



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MYLEIDE DE SOUZA MENESES OLIVEIRA

**COMUNIDADE TIA EVA:
Bairro de Negros e herança de fé**

DOURADOS

2019

MYLEIDE DE SOUZA MENESES OLIVEIRA

**COMUNIDADE TIA EVA:
Bairro de Negros, herança de fé**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD/ Faculdade de Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Fronteiras, Identidades e Representações.

Orientador: Professor Doutor Eudes Fernando Leite

DOURADOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48c Oliveira, Myleide Souza Meneses
COMUNIDADE TIA: BAIRRO DE NEGROS E HERANÇA DE FÉ [recurso eletrônico] /
Myleide Souza Meneses Oliveira. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: EUDES FERNANDO LEITE.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. COMUNIDADE TIA EVA. 2. CAMPO GRANDE. 3. HISTÓRIA. 4. IDENTIDADE. 5.
TERRITORIALIDADE. I. Leite, Eudes Fernando. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MYLEIDE DE SOUZA MENESES OLIVEIRA

**COMUNIDADE TIA EVA:
BAIRRO DE NEGROS E HERANÇA DE FÉ**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 02 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Cíntia Santos Diallo (Dr., UEM) _____

3º Examinador:

Cláudia Regina Nichinig (Dr., UFGD) _____

Dedico à minha Mãe e à Tia Eva.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial ao meu Orientador, querido, admirável e companheiro, Professor Eudes pela sua generosidade, compreensão e acolhimento na condução de toda pesquisa, mesmo diante de tantos fatores e acontecimentos jamais soltou a minha mão e esteve comigo nos piores e melhores momentos para juntos chegarmos até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação que me recebeu e me oportunizou tanto aprendizado e conhecimento através de nossos Mestres e em especial ao Wallace (secretário do programa) pela paciência e atenção sempre à disposição a nos atender até mesmo à distância.

À CAPES pela concessão da bolsa junto ao programa para realização da pesquisa e estágio.

À banca examinadora da qualificação, em especial, Prof. Jiani Fernando Langaro, UFG, que sempre me incentivou a não desistir, mesmo ao ser reprovada na seleção de 2016.

À Professora Celma, UFMS, me auxiliou na finalização do projeto de pesquisa.

Ao Professor Carlos Alexandre por me permitir e disponibilizar seu tempo, sua pesquisa e suas vivências junto à comunidade Tia Eva como fonte integrante desta pesquisa.

Ao Amigo Matheus pela paciência e pela assistência na relação com as normas da ABNT (A baby).

Aos meus Narradores que disponibilizaram seu tempo, suas histórias de vida e me permitirem a construção deste trabalho sobre a Comunidade Tia Eva.

Aos Colegas de turma do PPGH 2016 e 2017, parcerias e amizades valiosas que levarei para vida.

Aos Amigos de Dourados sempre dispostos e solícitos a me hospedar, me receber em seus lares e nas suas famílias. Nunca terei agradecimentos suficiente para retribuir tamanha generosidade.

Aos Descendentes de Tia Eva, em especial, Seu Michel, Dona Neusa e Seu Tuti que acolheram e me ensinaram com suas memórias, suas experiências vividas e seus saberes.

Aos meus Alunos e Alunos, que compreenderam do seu jeito, que eu estava fazendo uma pesquisa muito importante e ansiosos acompanharam cada o resultado. E diziam quase todos os dias há 3 anos: E o livro, Professora?

Aos Amigos e Amigas, minhas Irmãs de Coração Frau e Chris, as Amigas Ana Rachel e Ulliana (leram e releram o texto tantas vezes) por me ouvirem, pela minha ausência e por me

sustentarem com tanta força e amor em tantos momentos difíceis ao longo da pesquisa e da minha vida.

Ao meu Amigo Tiago Botelho, parceiro de todas horas, que junto com minha Mãe, acreditaram mais em mim do que eu. Fazendo deste Mestrado, idealizado e sonhado uma realidade. “Porque jamais devemos desistir dos nossos sonhos.”

À minha Mãe e a minha Filha mulheres da minha vida, que me inspiram e me dão forças para nunca desistir da luta, da resistência e dos meus sonhos todos os dias da minha vida.

E a Tia Eva, que esteja onde estiver me permitiu recontar e conviver com sua história através de seus descendentes.

SAMBA ENREDO – Escola de Samba Igrejinha - 2015

Autores: Osvaldo Pimenta de Abreu e Luis Fernando Batistote

*Veio lá de Goiás
A mais bela estrela negra
Driblou o seu destino
Ganhou o mundo
Deu em terras pantaneiras
Nos trouxe crenças e tradições
Lutando por liberdade
E com dignidade seu sonho realizou
Mulher Raiz e de fé
Exemplo de superação
A Igrejinha canta
Com garra e tradição
Este samba em oração*

*Óh, Tia Eva
Olhai por nós,
Rogai a São Benedito
O teu Santo mais querido
Que curai nossas feridas*

*E seguindo a procissão
Com canturia e muito axé
Fiz do altar a passarela
Da minha escola...religião
E este clarão*

*Entre estrelas ela brilha
Como um astro celestial
Guiando o povo seu
No bom caminho
Tia Eva tu és imortal!*

*Eu sou negro, Eu sou Força
Eu sou paixão
Eu sou Igrejinha de coração
Canta meu povo
Tia Eva é emoção*

BIS

LISTA DE SIGLAS

ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
ABPN – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PESQUISADORES NEGROS
ADCT - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
ANC – ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE
CEDINE – CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO
CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CJUR - CADASTRO DE JURISDICIONADO
CONERQ/MS - COORDENAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL
DFQ - COORDENAÇÃO GERAL DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
FAMA-SUL - FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL
FASFIL – FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
FNB - FRENTE NEGRA BRASILEIRA
FUCMT - FACULDADES UNIDAS CATÓLICAS DE MATO GROSSO
GRUPO TEZ – GRUPO TRABALHO E ESTUDOS ZUMBI
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IES – ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL
IHGB - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL
IMASUL - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL
INCRA - INSTITUTO COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SED – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SEMAC - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TEM – TEATRO EXPERIMENTAL NEGRO
UCDB – UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UNIDERP – UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO REGIÃO DO PANTANAL

LISTA DE TABELAS/QUADROS

QUADRO I – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....66

LISTA DE IMAGENS

IGREJINHA EVOLUÇÃO	37
DIVISÃO DO SÍTIO DE TIA EVA (DÉCADA DE 1980)	43
NOME DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS (HERDEIROS DE TIA EVA)	43
LOTES ADQUIRIDOS POR PESSOAS DE FORA DA COMUNIDADE 1985 A 2007.45	
LOTES ADQUIRIDOS POR PESSOAS DE FORA DA COMUNIDADE	46
BUSTO DE TIA EVA	55
IGREJINHA EVOLUÇÃO	80
1º ENCONTRO NACIONAL DOS MOVIMENTOS NEGROS 1991	107
VII REUNIÃO DE QUILOMBOLAS RURAIS E URBANOS	108
CURSINHO PRÉ VESTIBULAR MILTON SANTOS	109
ATIVIDADES DIVERSAS DO GRUPO TEZ	110
ESCOLA ESTADUAL ANTONIO DELFINO – COMUNIDADE TIA EVA.....	117

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a Comunidade Quilombola Tia Eva, no Município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, formada no início do século XX. Explora o auto reconhecimento e identificação da comunidade, como suas formas próprias de organização social, ocupação e uso de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução ancestral, cultural, social, religiosa e econômica, mediante conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição expresso nas ligações de parentesco, compadrio e movimentos sociais. A partir do estudo de caso, compreender e narrar parte do processo de luta pela regularização fundiária do território da Comunidade Quilombola Tia Eva, demonstrando a necessidade de redimensionar os conceitos de identidade e territorialidade associadas as interpelações com o espaço e a sociedade num cenário de representação política e social vividos pela comunidade entre os anos de 1985 e 2008 trazendo elementos culturais que os identificam e os oferecem o status de Comunidade Quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Tia Eva. Campo Grande. História. Identidade. Quilombola. Territorialidade.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the Quilombola Community Tia Eva, in the Municipality of Campo Grande, state of Mato Grosso do Sul, formed at the beginning of the 20th century. It explores self-recognition and identification of the community, such as its own forms of social organization, occupation and use of territories and natural resources as a condition for its ancestral, cultural, social, religious and economic reproduction through knowledge, innovations and practices generated and transmitted by tradition expressed in the connections of kinship, compadrio and social movements. From the case study, to understand and narrate part of the process of struggle for the land regularization of the territory of the Quilombola Community Aunt Eva, demonstrating the need to re-dimension the concepts of identity and territoriality associated with interpellations with space and society in a scenario of representation political and social life lived by the community between the years of 1985 and 2008 bringing cultural elements that identify them and offer them the status of Quilombola Community.

KEYWORDS: Community. Identity. Quilombola. Territoriality. Auntie Eva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A ORIGEM E TRAJETÓRIA DO GRUPO DA COMUNIDADE TIA EVA.....	19
1.1 A identificação da Comunidade com a periferia	21
1.2 Memórias e origem de Tia Eva.....	23
1.3 A promessa a São Benedito.....	26
1.4 E seu destino era Campo Grande.....	31
1.5 A “igrejinha” de São Benedito, uma promessa que vira realidade	33
1.6 Agora é preciso continuar sem Tia Eva.....	38
1.7 A família que virou “Comunidade”	47
1.8 Nascia o sentido de cidadania	49
CAPÍTULO II - QUILOMBAGEM E QUILOMBOS: A COMUNIDADE TIA EVA ...	58
2.1 A origem da “quilombagem”	58
2.2 Mato Grosso do Sul e o “Parecer Quilombolas”	63
2.3 A territorialidade e os direitos à terra ancestral	68
2.4 Comunidade Tia Eva e sua territorialidade.....	70
2.5 Cor, fé e pertencimento	76
2.6 Valor e as inter-relações com as novas experiências	80
CAPÍTULO III – A COMUNIDADE TIA EVA A AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE E OS DEBATES COM O MOVIMENTO NEGRO.....	86
3.1 O racismo e suas discussões	89
3.2 Movimento Negro como ator político e educador.....	95
3.3 A articulação e constituição do movimento negro em Mato Grosso do Sul.....	101
3.4 Ibaa.xe: que isso possa ser aceito	105
3.5 A autoafirmação veio com conhecimento	114
CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA	125

INTRODUÇÃO

O despertar e atração pelas comunidades quilombolas, começou ainda muito cedo, quando iniciamos os estudos em Tecnólogo em Turismo e logo em seguida a graduação em história. Neste período tivemos contato com a comunidade quilombola de São José da Serra¹ no município de Valença, sul do estado do RJ. Um projeto, que focava a valorização do Patrimônio Imaterial destas famílias, que se manifestava com muita força, tendo como ponto alto da tradição o Jongo. Em Campo Grande-MS, logo que chegamos, quisemos saber onde havia uma comunidade negra, apesar de não estar envolvida com a academia naquele momento. Assim foi em 2010, fomos ministrar aulas num bairro bem próximo da Comunidade Quilombola Tia Eva; acostumada com comunidades rurais, não tivemos maiores impressões a princípio a respeito deles. Mas nos chamou muito atenção o respeito e a importância de Tia Eva para o grupo, demonstradas em várias oportunidades de contato com alguns membros da família e na primeira vez que participamos da tradicional Festa de São Benedito. O interesse maior nasceu, quando intensificamos as idas na comunidade e as conversas informais, especialmente, com Senhor Sergio (Seu Michel) com o objetivo de aproximar a escola dos contatos com o patrimônio a sua volta. Fizemos algumas visitas com os alunos e percebemos que havia um material muito rico a ser trabalhado naquele local.

A nova Constituição Federal de 1988 oficializa uma conquista esperada por tantas gerações de remanescentes quilombolas espalhados por todo Brasil. O caminho oficial que situou as garantias necessárias para legalização permanente do reconhecimento de sua territorialidade e de sua diversidade cultural. Assim, se constituía um texto referenciado para construção do novo Estado democrático de direito. A luta pela igualdade racial no Brasil agora concretiza conquistas a partir desta nova concepção, de que agora o Estado passaria a valorizar e reconhecer a diversidade, a diferença, traduzindo em artigos constitucionais o reestabelecimento da dignidade consolidada pela posse da terra e o reconhecimento da tradição e da cultura dos grupos minoritários. A propriedade definitiva emitida pelo Estado traria sustentabilidade as manifestações culturais, segurança, qualidade de vida, para estas comunidades, se torna, também, dever fundamental do governo brasileiro.

¹ O Quilombo São José da Serra é formado por descendentes de escravos que vieram do Congo, da Guiné e principalmente de Angola e moravam nas terras da Fazenda São José da Serra. É o mais antigo quilombo do Estado do Rio, formado por volta de 1850. Localizado em uma área de 476 hectares na Serra da Beleza, após o distrito de conservatória, ele abriga cerca de 150 quilombolas, que mantêm as tradições africanas. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/quilombo-sao-jose-da-serra>. Acesso em 10 ago. 2017.

A Comunidade Quilombola Tia Eva devido aos seus fatores específicos deriva desta necessidade de ver suas terras tituladas e de ser reconhecida como remanescente de quilombos, percorrendo o devido processo legal, ligado há influências externas, que levaram a usufruir do direito constitucionalmente possibilitado pelo artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, recurso último para garantir sua permanência e direitos territoriais plenos na região reivindicada.

A pesquisa parte da perspectiva antropológica, histórica e sociológica investigar a comunidade e a sociedade ligada a ela. Buscando compreender a historicidade, a cultura, as relações sociais, e desta forma, os elementos que formaram a identidade étnica e sua territorialidade, enquanto espaço que resguarda nas memórias de Tia Eva o sonho de liberdade na escravidão e experiências da luta pela igualdade racial, uma forma de vida cuja a peculiaridade cabe ser abordada e registrada.

A Comunidade Quilombola Tia Eva nesse sentido define formalmente a busca por seus direitos territoriais de remanescentes quilombolas. Através do Certificado Autodefinição emitido pela Fundação Cultural Palmares, em 2008, segundo o uso das atribuições legais conferidas pelo Artigo 1º da Lei 7668, de 22 de agosto de 1988, pelos artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas como remanescentes de quilombola, registrado no livro Cadastro Geral n.011, registro n.1016, fl32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria interna da FCP n.98, em 27 de novembro 2007, publicado DO da União n.228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, fl29. Neste mesmo período, os descendentes reivindicam junto ao INCRA a tão desejada regularização fundiária do território adquirido por Tia Eva. A comunidade foi, então, objeto de sério e competente trabalho de identificação e delimitação do território, através de estudos por uma equipe oficial multidisciplinar. O qual constatou a existência de uma comunidade de afrodescendentes, vivendo na região urbana, que hoje faz parte da região bairro Jardim Seminário, em Campo Grande, MS, com um modo de vida próprio, que lhes diferencia e que lhes dá vida.

A abrangência da pesquisa, está estruturada a partir de sondagens prévias, algumas visitas, participação em eventos e a coleta de fontes, que resultaram inicialmente o projeto de pesquisa que teve como objeto de estudo a Comunidade Quilombola Tia Eva, composta por seus descendentes, em sua maioria, hoje é considerada principal comunidade de pessoas negras de Campo Grande – MS.

A problemática principal é reconstruir a trajetória e a origem do auto reconhecimento quilombola dos moradores da comunidade no período de 1985 a 2008, fazendo o levantamento e o diagnóstico das fontes (orais, escritas, iconográficas, patrimoniais) materiais/imateriais da Comunidade Quilombola Tia Eva. Lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas. Foram analisados acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, momentos à luz da vida e obra da personagem Tia Eva. Deste modo vemos que, a memória é lida como os encontros e os desencontros entre as lembranças e os esquecimentos. Sabemos que, o trabalho de pesquisa nestas comunidades é lidar o tempo todo com as memórias, essencialmente, pelo desejo de unir peças de um grande quebra-cabeça, peças dispersas que insistem em não se encaixar, ou que surpreendem pela imagem que reproduzem. Percebemos ao longo das entrevistas que o fato de lidarmos com “documentos vivos” há uma tendência natural a interatividade e as surpresas e mudanças o tempo todo.

Desta maneira, a pesquisa é baseada na coleta de testemunhos, e isso exigiu escolher e eliminar detalhes e fatos, fazer o “trabalho de memória” é reconhecer a necessidade do esquecimento como procedimento natural da memória. Le Goff (1996), insiste em uma “dimensão narrativa” capaz de reconstituir de maneira generativa e não mecânica fatos que merecem ser recontados. É certo que a mudança dos tempos implica novos meios de se interagir e de se conservar a memória. É muito evidente nas narrativas, mudam-se os tempos, mas permanece a dimensão narrativa da memória, dimensão cujas bases se dão nos caminhos entre o lembrar e o esquecer, o contar e o inventar.

Em outros termos, o maior legado deixado pela matriarca Tia Eva para aqueles que se ocupam o seu território está centrado na memória, na percepção de que os próprios cidadãos têm de si mesmos e que só há sentido na preservação daquilo que eles coletivamente valorizam. O essencial foi percebermos que a proteção de tais bens pressupõe e implica na preocupação que eles têm de reunirem as condições necessárias para a transmissão dos conhecimentos de uma geração para a outra. As perspectivas, teórica e sociais que nos situam no tempo histórico do presente, têm como horizonte a crítica às versões autorizadas e o desafio de trazer à cena histórica a articulação de “outras histórias” que encontram nesse campo o espaço privilegiado para sua construção e reconhecem como valores a serem transmitidas e tratadas como herança cultural.

Como o objeto de nossa pesquisa não constitui a temática de um tipo específico de fonte, foi necessário recorrer a diversos tipos tornando-se bastante difícil organizar sua tipologia,

destacando a observação participante e a história oral. Traço marcante da pesquisa é a interpretação da realidade, um olhar de inspiração etnográfica, capaz de descrever ambientes e narrar processos que não se encontram claros em documentos e nem em discursos oficiais. Para facilitar a compreensão dessa diversidade de fontes, as dividimos em quatro tipos, onde os itens 1 e 2 irão ser destaque nas análises: História Oral – as narrativas sobre as vivências e observações analíticas registradas no caderno de campo, fundamentais segundo a perspectiva da etnografia, essenciais na seleção dos entrevistados e na transcrição das narrativas. Imprensa – reportagens de jornais e revistas locais; Imagética – fotografias e vídeos de acervo pessoal de membros da comunidade e Fundação de Cultura MS. Material literário, Dissertações, Teses e Projetos Acadêmicos ligadas a temática da sociedade envolvida; Fontes escritas produzidas por órgãos governamentais, como Processo de Tombamento da Igreja de São Benedito e outros, junto as Atas e outros registros da Associação de Descendentes da Comunidade Tia Eva.

Os documentos analisados possibilitaram visualizar e compreender quais elementos sócio, culturais, políticos e religiosos foram escolhidos para compor as bases do processo de constituição da identidade da Comunidade, especialmente a étnico social, os quais são referência para o reconhecimento e a identificação de Comunidade Quilombola Tia Eva. Entender a noção de territorialidade² dos sujeitos sociais no processo de identificação histórico quilombola, determinado pelas disputas territoriais correlacionadas pelas forças políticas e movimentos sociais favoráveis ao direito a posse das terras e da Certificação quilombola da Comunidade Tia Eva.

E finalmente apreender a memória das festas religiosas da Comunidade Tia Eva, buscando entender a ligação das tradições da fé em São Benedito, a ligação afetiva pela imagem construída da Tia Eva como agente social com a ansiedade pela posse definitiva do território, como pilares da identificação coletiva do grupo.

O trabalho com as fontes orais foi organizado a partir da perspectiva teórica-metodológica da História Oral, desenvolvida no Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), fundado pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy. Além das fontes citadas, temos também um conjunto de observações minuciosas registradas no caderno de campo ao longo de todo tempo da pesquisa (desde maio 2015), que foram incorporados ao texto. Em especial, o Senhor Sérgio Antônio da Silva (Seu Michel), que

² “A utilização do território pelos grupos humanos “cria o espaço” (SANTOS, 1978, p. 67); imutável em seus limites e mutável ao longo da história, o território antecede o espaço. O território de uma sociedade comporta elementos que fazem parte da construção da sua identidade e da formação como parte integrante do mundo”. (MACHADO; MACIEL, 2017, p. 147-169)

se trata de História oral de vida, alguns cuidados foram tomados, porque histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória. [...] dos ajeitos, contornos, derivações, imprecisões e até contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva”[...] (MEIHY & HOLANDA,2015). Nesse sentido, temos que admitir que está tipologia da história oral nos permitiu reelaborar os eventos e o ato de narrar está articulado também com a finalidade para qual se narra e para quem se está narrando. Valorizando a oralidade transformamos as narrativas de sujeitos comuns em documentos históricos.

A natureza desta fonte é a mais relevante para esta pesquisa, pois foi a partir das narrativas feitas pelo Sérgio Antônio Silva (Seu Michel) em horas de conversa informal, que alcançamos os indícios para formação da rede entrevistas a serem realizadas com membros da comunidade que fizeram parte da diretoria da Associação, adultos mais velhos, que viveram a época e lideranças do movimento negro de MS, todos envolvidos no processo pelo reconhecimento da comunidade como Quilombola. Percebendo que havia ali material suficiente para construção do projeto para dissertação. “... abrir novos campos de investigação e devolvendo às pessoas que fizeram e vivenciaram a história, um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras” (THOMPSON, 1993). Ressaltando a oralidade como a principal forma de expressão dentro destes tipos de comunidade. Em se tratando de narrativas de idosos, a entrevista serve como mecanismo de transmissão dos seus saberes para as novas gerações. Isso significa que a utilização das narrativas de pessoas idosas na construção da memória coletiva representa uma força unificadora que confere a identidade, (PORTER, 1993), seja para fins de reconhecimento como remanescente de quilombo, como contribuição para pesquisa acadêmica ou meio de confirmar o seu percurso histórico.

Nesta pesquisa optamos por manter a construção das frases, de expressões e de palavras na forma como são utilizadas pelos entrevistados, sem perder a característica peculiar de cada um na linguagem oral. Objetivo é valorizar suas vozes, sua fala, a forma de expressar seus discursos, de pessoas simples do povo, que buscam demonstrar sua vitalidade e sua força como cidadão. Segundo Meihy, devemos eleger o “tom vital”, ou seja, a frase que introduz a narrativa ela serve de guia para leitura da entrevista, pois representa uma síntese moral da narrativa. Assim, os textos transcritos produzidos ao longo do trabalho passaram por um processo de conferência mediante a validação conjunta pela autorização para publicação, um dos princípios éticos mais importantes para história oral. Desta forma, esta pesquisa se volta para memória de indivíduos, enquanto parte de grupos sociais atuantes, pois é através da reconstrução de fatos registrados na memória que podemos formar uma imagem do passado, a partir do presente. Por

isso a memória pode ser utilizada como peça chave para pensar as questões quilombolas. Lidar com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.

As interpretações diversas imagens e reportagens, mesmo aquelas produzidas por sujeitos que participam do mesmo tempo histórico e mesmo grupo cultural, foram capazes de recriar sentidos e significados sustentáveis e decisivos para pesquisa. É através do compartilhamento da produção/percepção das imagens visuais que percebemos e formamos as séries de imagens conectadas relacionadas aos benefícios de infraestrutura urbana, sociais, políticas e culturais. As fotografias registraram principalmente a visibilidade que a comunidade ganha neste período analisado, que coincide com o momento de conscientização e destaque dentro da sociedade da época. Ligamos as imagens a família, a eventos sociais, culturais locais, regionais e internacionais, campanhas de políticos, inaugurações de obras urbanas na infraestrutura do espaço, a Festa do Padroeiro e os tradicionais Campeonatos de Futebol de salão, o ponto alto dos laços culturais, que os mantém conectados ao mundo, como uma forma de dinamizar e atualizar as demais influências assimiladas ao longo tempo. É claro, como a Igreja e a fé em São Benedito herança são o maior do legado de Tia Eva e estão presentes no dia a dia deles. A maioria das notícias que ele apresentou estão enfatizando a principal problemática enfrentada pela comunidade: os altos débitos gerados pelos impostos (IPTU) ao longo da urbanização acelerada da localidade, que foi afetada profundamente, ocasionando naquele momento o início o movimento de “reconhecimento quilombola” vivido por eles e o despertar para ações políticas e sociais como cidadãos ativos. Procuraram a partir deste período buscar na imprensa uma aliada, destacando a sua importância histórica e social para Campo Grande e Mato Grosso do Sul.

O Processo de Tombamento da Igreja de São Benedito – Jardim Seminário (TM) e (TE); Decreto Municipal nº3523, de 15 de junho de 1996. Resolução/SECE, de 7 de maio de 1998, trouxe informações relevantes sobre a importância, que a Comunidade Tia Eva para município, através de sua fé e a tradições ligadas a São Benedito, diante da promessa da ex escrava sua ancestral, fez perpetuar uma tradição. Como o levantamento de fontes documentais e bibliográficas sobre a devoção ao santo na comunidade Tia Eva, fontes orais, imagéticas e material arquitetônico, que completam e identificam o espaço o qual a comunidade esteve inserida e influencia para paisagem urbana que foi se formando em volta da construção. Enfatizamos, que igreja foi a primeira construção de característica religiosa tombada em Mato Grosso do Sul. Foi através das Atas da Associação de Descendentes da Comunidade Tia

Eva, fundada em 1984 que vimos uma forma de organização que os apresenta como um grupo que sempre lutou pela garantia de salvaguardar seu território para consolidar sua história de resistência e autonomia, além do acesso a serviços públicos, infraestrutura básica e emprego, assim neste caso representados pela Associação Beneficente dos Descendentes de Eva Maria de Jesus e outros grupos que se organizam por outros seguimentos na busca pela mesma identificação social.

Ressalta-se que a escolha das fontes ou a redistribuição de documentos pelo historiador é um percurso técnico e teórico, em que se transforma um objeto em documentos através da reunião e da seleção dentro do contexto histórico. E não há outra perspectiva, neste caso, senão a de vê-los pelo lado dos excluídos sociais, destacando a organização política, social, cultural e religiosa da Comunidade Tia Eva. Diante da cobertura e alcance que a pesquisa chegou sua estruturação apresenta-se em três partes: a primeira a história, aponta as origens de Tia Eva, a migração dela para Mato Grosso do Sul, os nexos (sociais e históricos) existentes entre o passado e os seus descendentes que ali hoje habitam. O segundo, faz menção ao processo de transformação do fenômeno “quilombagem” ocorrido ao longo da história do Brasil e a conexão com a formação da identidade quilombola como descendentes de Tia Eva entre 1985 a 2008, retratando os registros e narrativas dos mais velhos e dos mais jovens, abrangendo as características do meio físico, destacando as intervenções humanas na estrutura do lugar e a transformação de meio rural para urbano. A terceira parte constitui-se das observações etnográficas e antropológicas, sincronicamente com as relações que a comunidade faz com o meio externo e sua própria configuração sociocultural, fazendo um diálogo entre a comunidade Tia Eva e o movimento negro, fundamental na composição da autoafirmação como negritude e quilombola. Iniciando com um curto panorama das dimensões históricas, identitárias e políticas do movimento negro em Mato Grosso do Sul, em especial o Grupo Tez, atuante fundamental dentro processo de fortalecimento da luta pelos direitos do grupo trazendo o importante ponto de vista político e associativo, traçando e apontando suas particularidades em relação ao movimento negro urbano.

Em suma, o cotidiano, a memória individual e coletiva dos descendentes, sujeitos e instituições envolvidos no processo de identificação são considerados tão importantes quanto documentos oficiais ou periódicos dos jornais e revistas, porque juntos podem desvelar desde as manobras políticas, as transformações sociais às relações de poder instituídas, necessárias para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados. Partindo do princípio que cada campo social constrói seus interesses, que podem até ser símbolos, capital simbólico, que tem base

cognitiva apoiada sobre o conhecimento e reconhecimento, como afirma Boudieu (2008), enfatizando as questões de “reconhecimento”, que a pesquisa se concentra. Faz-se uso das fontes variadas para compreender o assunto, a fim de que possamos analisar a história e o patrimônio tecendo relações necessárias que nos levem a descobrir, no caso da pesquisa citada, qual a imagem que a comunidade estabelece para seus descendentes e para a sociedade de Mato Grosso Sul.

Assim, reafirmamos que este trabalho no que se expõe aos dados contemporâneos, traz um momento de comunidade que se encaixa como grupo étnico nos termos de Weber (1983), que se define como tal a partir da cor, da religiosidade, parentesco e da territorialidade, elementos sobre os quais descansam a sua ancestralidade, sua descendência dos ancestrais fundadores, os quais estão representados por descendente neste tempo e neste espaço.

CAPÍTULO I - A ORIGEM E TRAJETÓRIA DO GRUPO DA COMUNIDADE TIA EVA

Para melhor compreensão sobre o como ocorreu a formação da Comunidade Tia Eva ou Comunidade São Benedito em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, iniciaremos contando as origens de Tia Eva e sua trajetória até as terras sul do Mato Grosso no início do século XX. Assim entenderemos melhor a localização atual da Comunidade e o porquê ela se encaixa hoje nos moldes que definem a sua autoafirmação quilombola feita por meio da Fundação Cultural Palmares³. A partir da Constituição de 1988, o quilombo passa a ter significação atualizada e é inscrito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que verifica os direitos territoriais aos remanescentes quilombolas que estejam ocupando terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Assim, os negros da Comunidade Tia Eva passaram a levantar a questão do reconhecimento jurídico constitucional do território, o que lhes autorizou reivindicar aos governos federal, estadual e municipal a regularização fundiária junto ao INCRA, com o advento do Decreto 4.887/2003, a competência para a regularização fundiária dos territórios quilombolas no âmbito federal passou a ser do INCRA,

³ Por força da Lei n. 7.688, de 22 de agosto de 1988, foi criada a Fundação Cultural Palmares, oficialmente instituída em 10 de janeiro de 1992 pelo Decreto Presidencial n. 418, vinculada ao Ministério da Cultura com a finalidade de promover e preservar os valores culturais, sociais e econômicos das comunidades quilombolas, cabendo então a este órgão a regularização fundiária das terras de quilombo.

que publicou a Instrução Normativa N. 16, de 24 de março de 2004, revogada pela Instrução Normativa N. 20/2005 para regulamentar os procedimentos elencados no decreto. As palavras luta, resistência e esperança sempre fizeram parte da história de Tia Eva, e, com o tempo, foram ganhando força à medida que seus descendentes tomavam conhecimento de seus direitos e passavam a fazer da questão uma bandeira. Com isso ganhavam visibilidade no cenário social da cidade.

A história do sul do estado de Mato Grosso liga-se a origens migratórias promovidas no final do século XIX. As notícias de vastas campinas existentes no estado atraíram comitivas compostas por originários das Províncias de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. A respeito destas trajetórias migratórias foram escritas produções decorrentes, em sua maioria, de memorialistas que colaboraram com um “rememorar” momentos descritos como históricos, o que mostra, de forma clara, que a memória é também usada como instrumento de poder nas sociedades. Cada indivíduo estima ter uma essência, assim como estima, a maior parte do tempo, que o grupo ao qual pertence também tenha uma. E, por se preocupar com isso, esforça-se em colocá-la em narrativas que representem a coletividade. Para Ricouer (2000, p. 103-104), a moldura narrativa é então colocada a serviço da moldura identitária da Comunidade. Os registros e apontamentos podem contar o que as pessoas escolheram como história e sua leitura, a contragosto, pode revelar o que os memorialistas tentaram esquecer.

Nesta pesquisa, contudo, não iremos nos prender a detalhes já tratados e discutidos por autores especialistas da história regional tais como: Antônio Oliveira Neto, Arlindo de Andrade Gomes, Lyllia Galetti, Mariza Bittar, Paulo Cimó Queiroz e outros, como os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGB), criado em 1978, após a divisão do estado de Mato Grosso. Uma história carregada de tradições, que insistia em apontar um estado ansioso pelo progresso. Como afirma Galetti, “a grandeza e a raça mato-grossense, imortalizar os feitos do que se foram [...] escolher modelos para o futuro”. Uma visão criada a partir de grandes eventos e marcos temporais caracteriza a construção dessa história, registrada em jornais, instituições, revistas, órgãos governamentais e narrativas de pessoas, demonstrando o desenvolvimento do cenário simbólico regional.

As ações administrativas, ao longo da história de Mato Grosso do Sul, sempre vislumbraram o destaque não só do estado de Mato Grosso do Sul, mas da capital, incentivando o avanço e o desenvolvimento. Nessa perspectiva, Campo Grande torna-se uma das mais belas, bem planejadas e urbanizadas cidades do país, garantindo áreas verdes, centro arborizado,

dotado de excelente comércio, entre outras necessidades que influenciaram o crescimento e o funcionamento de uma cidade.

À medida que o município foi adquirindo características urbanas, as ocupações do território foram se definindo, ligadas principalmente às condições financeiras e econômicas dos indivíduos, assim, especialmente no caso da Comunidade Tia Eva, isso se desenha claramente como veremos no tópico a seguir.

1.1 A identificação da Comunidade com a periferia

Os centros urbanos, ao longo dos séculos, aumentaram espaços para os fluxos migratórios e o cenário pode desenhar-se da seguinte maneira: as elites poderosas ficaram distantes da força trabalhadora. A dinâmica de produção social nesses espaços é capaz de interpretar a realidade sócio-histórica que implicou a criação de uma nova prática urbana na qual Campo Grande, por exemplo, se insere. Milton Santos (2008) explica que essa organização social é o resultado do progresso cumulativo das forças produtivas, “o espaço é um misto, um híbrido formado, da união indissociável de sistemas de objetos e ações”. Apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. É no território de uma sociedade que encontramos elementos que fazem parte da construção de sua identidade e de sua formação como parte integrante do mundo.

Ainda completa o autor que os espaços formam configurações territoriais em que a ação, racional ou não, dos sujeitos, instala-se, criando espaços, formados a partir da sociabilidade. Assim, entendemos que na cidade a noção de unidade é homogênea, mas, ao mesmo tempo, o mercado e o território são elementos responsáveis fundamentais para a formação dos espaços urbanos. Nesse sentido as periferias formam uma organização social que ocupa e usa o território e seus recursos naturais como condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Utiliza conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição dentro e fora da cidade.

Dessa forma, é importante a compreensão da existência de várias culturas nos diversos ambientes e grupos sociais locais. É o que ocorre, por exemplo, na Comunidade Quilombola Tia Eva, formada no início do século XX, na cidade de Campo Grande. Junto com outros negros, ex-escravos já residentes vêm ocupar e formar a região que passa a ser conhecida como Cascudo. Região afastada do centro da cidade com características especiais, peculiares. Ali existiam a Mata do Segredo, a Mata do Prosa, a Mata do Engenho de Serra. São locais

escolhidos pelas famílias de negros e camponeses para formarem sítios e fazem parte da estratégia camponesa ligada diretamente à reprodução (SANTOS, 2014, p. 262). As condições de vida ainda ligavam-se ao fato de trazerem para si as antigas relações de subordinação relacionadas à Lei de Terras de 1850⁴. Tal lei fez com que os escravos ficassem amarrados às novas condições de trabalho, o que os impossibilitava de adquirir terras, assim como ocorria com os camponeses livres e imigrantes. Então, as transformações da cidade fizeram com que eles migrassem para as ditas “periferias” da região abaixo dos trilhos da ferrovia.

Isso sinaliza para o diferencial de luta do negro no campo, dentro da imagem construída no espaço urbano, interpretando as relações denunciadas da segregação racial e espacial urbana, apontando para resistência territorial. O seu território é a prova de sua identidade, o que liga a formação da Comunidade e o acesso ao negro à compreensão de sua territorialidade, como também à cidadania de poder civil e base de seus direitos. Nesse território, as pressões sócio-econômicas partem de latifundiários em busca de mais espaço para seus monopólios, de especuladores imobiliários em busca de terrenos que lhes propiciem aumento de lucro, até mesmo do poder público, em crise de representação, em busca de afirmação de seu próprio autoritarismo.

A vida dos libertos e de seus descendentes negros estão presentes, como sabemos, nos registros da memória e da oralidade, a perene forma de expressão humana. Cada afrodescendente traz consigo um leque de histórias repletas de momentos de alegria, dor, esperanças que entremeam sua história pessoal à história social abrangente.

Partindo do princípio de que o negro brasileiro, inserido no processo de escravidão, manteve-se, num primeiro momento, na base de produção e reprodução da agricultura e, num segundo, no espaço urbano em busca de condição de acesso ao mercado de trabalho,

[...] a cor torna-se um componente que o permite hierarquizar o trabalhador, atribuindo um valor a força de trabalho e contingente de reserva que rebaixa seus salários e depaupera as condições de reprodução dos meios de vida, empurrando-o para os cortiços e favelas, produzindo para si a imagem latente do auxiliar, da empregada doméstica e do miserável. (CARRIL, 2006, p. 221)

⁴ A Lei n. 601, de 1850, dispõe que as terras devolutas são, conforme se extrai do artigo 3º: § 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em com misso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (BRASIL, 1850).

Esse isolamento também é consequência da Lei de Terras (1850) que promoveu o distanciamento entre os que tinham condições de acesso à propriedade de terra, como mercadoria, e os que não tinham, os proprietários. Tal fato agravou-se com a Abolição que não inseriu o negro no mercado de trabalho e muito menos o fez como imagem de trabalhador. Com isso criam-se espaços na cidade onde a própria classe se promove sem infraestrutura e sem acompanhamento de ordenação urbana, o que favorece a especulação imobiliária, fomenta um desenho urbano inchado, desorganizado, reproduzido pela lógica capitalista.

E assim observamos que, desde o período pós-abolição até o século XX, as políticas urbanas do país, juntamente com outras políticas públicas, por exemplo, a referentes à educação brasileira tiveram êxito, salvo raras exceções, no sentido de esconder e excluir uma parte significativa da população. As consequências desse silêncio sobre a trajetória de parte da população da cidade se manifestam nas desigualdades raciais e em todos os indicadores sociais da atualidade. Organizando o território da cidade margeada pelos investimentos nos bairros de classe média e alta, enquanto os pobres são empurrados para periferia. Analisamos, em relação à trajetória de formação da capital de Mato Grosso do Sul, que isso também ocorreu.

A partir de depoimentos colhidos junto a descendentes e a outros membros que participaram da formação da Comunidade Tia Eva ao longo dos anos, foi possível a reconstituir a origem e a trajetória dessa matriarca e do grupo originário do interior de Goiás no início do século XX.

1.2 Memórias e origem de Tia Eva

Marcadas pela decadência da produção aurífera, com o esgotamento do solo, as capitâneas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em princípios do século XIX, passaram a desenvolver uma economia mais diversificada ligada à criação e ao manejo de gado de corte, à agricultura e a outras atividades agropastoris no geral, formando um eixo comercial entre as Províncias de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas transformações foram determinantes para motivar deslocamentos migratórios para o centro, o sudeste, o sudoeste e, principalmente, para o sul de Goiás e Mato Grosso, o que provocou a ocupação definitiva desses territórios.

Independente do grupo étnico, as características demográficas relatadas sobre aquele período nos levam a supor que a maioria dos migrantes que chegavam a Goiás, na primeira metade do século XIX, era de famílias pobres e excluídas. Assinalamos que, nesse momento,

forma-se um intenso desenvolvimento agropastoril no sul de Goiás, quando criadores de gado de Minas e de São Paulo se apossam de terras naquela região, onde surgem as primeiras fazendas de gado. O movimento migratório se intensifica ao longo da primeira metade do século XIX. (SALLES, 1992). Situada na região do Triângulo Mineiro, a Uberaba do século XIX era a mais importante cidade da região. Sua economia baseava-se na agricultura e na criação de gado, atividades que usavam ativamente a mão de obra escrava (GOMES, 2004). Após a década de 1870, com o término da Guerra do Paraguai, há intensa migração de fazendeiros criadores de gado dessa região para o sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Com o passar dos anos esses criadores iniciaram grande comércio de gado com os invernistas mineiros. A ideia dos invernistas era comprar o gado magro, de boa qualidade, procedente do Sul mato-grossense e, posteriormente, engordá-lo e vendê-lo nos mercados consumidores a preços altos. Devido à posição de interseção geográfica, Uberaba consolidou-se como importante interposto de comércio de gado e sal, pois ficava na rota comercial das províncias de Goiás e de Mato Grosso (LOURENÇO, 1998).

No ano de 1848, nascia na Fazenda Ariranha, Jataí-GO, de propriedade de José Manoel Vilela, a escrava Eva (futura Eva Maria de Jesus – “Tia Eva”). Cresceu em meio ao trabalho e suas atividades eram voltadas para os afazeres domésticos; desde muito cedo assumiu os serviços da cozinha. Contava Seu Waldemar Bento de Arruda⁵:

Nessa Fazenda [Ariranha], onde Tia Eva foi escrava tinha os dias dos escravos apanharem, porque naquele tempo era assim eles iam marcando a carne da pessoa, quando negro apanhava no tronco tinha uma comemoração, mas tinha que tal pessoa apanhar porque tal dia ele fez isso, fez aquilo, fez, fez aquilo outro. Ele não queria ir, mas tinha que ir e quem eram os próprios pretos. [...] É isso que a Tia Eva contava, ela não cansava de falar isso nas histórias. Naquele tempo tinha costume de que, quando ia a lua, principalmente a lua cheia, as pessoas ficavam tudo sentada na beira da cozinha escutando essas histórias. Então foi lá que ela contou essas histórias. (FRANÇA, 1995, apud SANTOS, 2014, p. 228)

Seu Waldemar busca dados guardados que trouxeram sua representação à tona, que através destas memórias parecem se fazer presentes naquelas palavras ilustrando uma realidade cruel e dolorida, contada a eles pela própria Tia Eva. A memória traz sentido e tem grande importância e, em geral, nas comunidades iletradas, de forte tradição oral, as pessoas encontram na reinvenção de suas identidades uma oportunidade de recriação historiográfica. “[...] a memória seria um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepor a processos estruturais pré-

⁵ Seu Waldemar Bento de Arruda, nascido na Mata do Segredo, região do Cascudo, Campo Grande em 1919, filho de ex-escravos, Generoso e Maria Gregória Bento de Arruda, naturais de Goiás. Seu Waldemar faleceu no início de 2014. (SANTOS, 2014, p. 229)

estabelecidos” (RICOUER, 2000). São experiências necessárias que nem se confundem, nem se complementam. Memórias inquietas que duvidam de si mesmas, conexões que produzem sentido de ordenação, ou seja, um ponto de partida para descrever algo importante ou traumático para todos.

Em relação à escrava Eva, ela foi adquirida por José Manoel Vilela, aos 14 anos, por 1.500\$000 réis (MELLO, 2002, p. 40). Valor equivalente na época a 63 vacas prenhas. Aos 22 anos deu à luz sua primeira filha (Sebastiana), ali mesmo na Fazenda Ariranha. Depois nasceram Joana e Lázara, filhas de pais diferentes. A seguir, Waldemar Bento de Arruda relata um acidente ocorrido com Tia Eva, o qual determinaria profundamente seu futuro:

E caiu banha quente na perna dela, da Tia Eva. Então ela ficou com aquele queimado sem cicatrizar, e ficou com mau cheiro na perna dela, porque eles eram muito enjoado, então ela ficou trabalhando fazendo sabão. Aí, fizeram um ranchinho pra ela no fundo do quintal da casa da fazenda, ali mesmo ela trabalhava, fazia sabão. (FRANÇA, 1995, apud SANTOS, 2014, p. 228)

Desde então, a escrava passou a viver longe da casa, fazendo sabão e cuidando de suas filhas, mesmo assim presenciava fatos violentos que a incomodavam muito. Essas lembranças geraram memórias muito tristes para ela. Mais tarde foram passadas a seus descendentes e narradas em torno de 100 anos depois por Waldemar. Segundo Polak (1992). Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Acrescentamos que a trajetória e o espaço vivido de uma criação do conhecimento histórico representam muito além de um lugar, mas também nos remete à ideia do corpo e do ambiente, evidenciando que o ato de habitar se equivale ao ato de construção do passado.

Assim, podemos afirmar que a memória é um ingrediente fundamental na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução. Memória reconstruída de um passado que parece ter uma temporalidade tão distante, mas que, mesmo assim, como afirma Thomson (1997) uma necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver, uma identidade ou subjetividade sobre aquilo que formamos ao longo do tempo através dos acontecimentos históricos para nós mesmos ou para outras pessoas.

Uma construção formada pela memória coletiva como um encaixe de vivências do passado e do presente que se ligam aos eventos dos tempos atuais traz elementos para as

narrativas que parecem ser movidas por eles também. “Ali certamente se encontram os vestígios dos eventos do passado e alguns fatos ou algumas personagens ali adquirem uma importância desmesurada [...] e nós sabemos que o sedimento é um depósito natural, cuja formação se deve à ação de agentes externos” (CALVET, p. 111, 2011). O passado parece estar sempre latente, é como se uma parte do presente e do futuro existisse hoje e desde sempre.

A seguir constatamos isso com evidência ao tratarmos, em especial, da promessa feita por Tia Eva antes de sua partida para o sul do Mato Grosso, motivação de fé e esperança de um futuro melhor.

1.3 A promessa a São Benedito

A historiografia contemporânea sobre a escravidão mostra que entre os negros a esperança da liberdade e o desejo de adquirir terras funcionavam como mecanismo disciplinador e de negociação das relações escravistas, “economia moral” dos escravos⁶. Sempre havia esperança de que o senhor doaria terras no momento de sua alforria, sentiam isso como espécie de pacto velado que presidia as relações escravistas. Tia Eva também ambicionava por liberdade, por obter uma terra só de negros e lutou muito para isso. Além disso, torna-se, com o passar dos anos, a ser reconhecida como benzedeira. Esse “dom” lhe deu o apelido “Tia Eva”. Ela utilizava os recursos naturais para a prática da sabedoria popular tradicional sobre as plantas de uso medicinal e místico, o que a faz respeitada e garante seu espaço social na fazenda e arredores. O termo “tia”, associado a seu nome, dignificava-a e concretizava seu lugar nas redes sociais em que frequentava.

Entre os negros esse comportamento era comum, produzia um tipo relação que era baseada em compadrios e afetividade, gestos muito comuns entre eles, que pareciam conectados entre as fazendas e as regiões escravistas. “Eles estavam organizados em laços familiares e parentescos rituais e avaliavam que uma transferência representaria uma derrota para sua comunidade de senzala” (GOMES, 2015, p. 36). Formavam uma espécie de rede de solidariedade que ocasionava uma realidade social específica com convívios que se baseavam em padrões de comunicação próprios. Podemos observar que “a ordem local associada a uma população reunida a um território, pautada na escala do cotidiano, onde a organização seria produto da solidariedade, e onde se daria a busca por comunicação” (SANTOS, 2008, p. 63).

⁶ Sobre o conceito da economia moral, ver Thompson, 1995.

No cativeiro as informações sobre castigo, fugas, mortes circulavam e eram atualizadas entre os escravos e também entre eles e seus proprietários. Formando diversas formas de associação nos grupos de negros esparramados por todo território, que se apresentou também no caso da Comunidade de Tia Eva, que acolhia e abraçava indivíduos de toda parte, criando uma organização solidária e estendida pelas comunidades negras da região de Campo Grande-MS.

Devido à vida difícil e ao fato de testemunhar com frequência fatos dolorosos a sua volta, Tia Eva cria dentro de si um sentimento ruim, muita tristeza e indignação. Waldemar Bento de Arruda, no que se refere à escrava Eva, afirma que ela, ao presenciar uma das torturas na fazenda dos Vilela faz uma promessa a São Benedito:

A tia Eva foi muito devota de São Benedito. Por causa da escravidão, ela fez um pedido para São Benedito, por isso ela veio pra cá. Ela fez um pedido a São Benedito assim, um dia eles tinham apanhado lá, ela viu as pessoas apanhando, ela fez um pedido se São Benedito ajudasse que ela saísse de lá para vim pro Mato Grosso ela ia arrumar um lugar para criar só as pessoas de cor dela, mas que não iriam mais ser escravos. iam viver independentes, fazer sua casa, fazer sua farinha, lavar sua roupa [...]. Ela falou isso para São Benedito. Ela tinha o dom de benzer, com as graças de São Benedito, assim que começou o negócio de benzer os outros. (SANTOS, 2014, p. 232)

Verificamos que a devoção de Tia Eva por São Benedito perpassa sua vida. A acometida por uma chaga na perna direita que não curava em razão da fragilidade da medicina da época, agarra-se à fé, à devoção ao Santo. Desse modo a identificação devocional compartilhada produziria frutos, mantendo-a firme em seus objetivos. A fé no Santo Preto desperta em tia Eva assim como em outros escravizados/as um sentimento de gratidão pelas graças alcançadas. Gratidão que é expressa na realização da primeira Festa de São Benedito, em 1919, e que se torna tradição, a herança mais inerente a todos os descendentes.

Registramos que a Comunidade ainda procura reproduzir algumas significações “tradicionais”, recriando outras, com o intuito de fortalecer vínculos socioculturais e contemplar o espaço cultural no que tange à religiosidade católica e às influências afrodescendentes. Assim, a memória relativa às festas religiosas da Comunidade Tia Eva sinaliza para a ligação entre as tradições da fé em São Benedito e a imagem afetiva de Tia Eva como uma agente social que uniu os seus seguidores pela posse definitiva do território e pela identificação coletiva do grupo.

Após a abolição da escravidão, os negros africanos e seus descendentes foram obrigados a enfrentar a busca por colocação no mercado de trabalho livre. Nessa época, o governo republicano (representante dos interesses dos grandes cafeicultores) promoveu campanha de

branqueamento da população, visando à europeização do Brasil e a eliminação da herança biológica e cultural africana. Como frisado por Schwarcz (1993), o conceito raça deve ser compreendido enquanto argumento político e histórico, cujas significações organizaram a vida social, cabendo aos nossos intelectuais e cientistas adaptar tais teorias à nossa realidade, na qual ocorreria, a partir da mestiçagem, a degeneração da sociedade, segundo teorias em vigor. Aos negros sobraram as tarefas menos qualificadas e mais penosas e, em geral, sem qualquer tipo de contrato firmado: passam a ser empregados e pagos por cada serviço prestado. A mesma situação se repetia nas cidades.

Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar a transição do escravo para o cidadão. [...] A maioria tinha estado mais preocupado em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania. O governo republicano que tomou o poder em 1889 excluiu os analfabetos do direito do voto, eliminando a maioria dos ex-escravos do eleitorado. (COSTA, 2008, p. 137)

Desse modo, os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza das ruas, no carregamento de cargas e na venda de jornais. A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho. Podemos notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por causa da sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro. Segundo Nogueira (1985 [1954]) ao examinar a sociedade brasileira na primeira metade do século XX, o autor verifica, que nos processos de classificação racial, o modo adotado no Brasil para distinguir as referências raciais de um indivíduo. Se baseava pela aparência física, pelas marcas (cor da pele, formato do nariz, de boca) não pelas origens ou laços sanguíneos. Reflexo do processo adotado no século XIX, que a classificação era dada pelo classificador não importando a opinião do classificado. Um formato mais complexo, pela estrutura escravocrata, a origem étnica por último o tipo de mestiçagem (cor da pele).

Clovis Moura (1977) inicia a discussão sobre a classificação do branco no Brasil. Ele afirma que, esta palavra se encaixava em várias conotações, que ia desde a condição social, cultural ou política, ou seja, esta ligada aos dotes e as propriedades, a condição intelectual e financeira, isso que definia a condição do status do mestiço. Não havia benefício algum em se mostrar descendente de africano ou indígena nas sociedades dos séculos XIX e início do XX. Havia um ditado que dizia: “No Brasil, passou de branco é preto”. É neste embasamento que se pontuam o conceito de racismo adotado no Brasil, uma sociedade que valorizava os interesses

materiais das classes dominantes, justificando a imigração em massa de europeus, dando margem a inferiorização dos brasileiros mestiços e negros.

Em Goiás, contudo, o fim da escravidão liga-se, principalmente, às fazendas de criação de gado, especialmente no sudoeste da província, um dos principais fatores que impulsionou o trabalho livre. Segundo Sant’Anna,

Tendo a pecuária alcançado ali relativo êxito, devido às boas pastagens, à abundância de terras e à facilidade de transporte do gado em direção ao mercado consumidor, nas primeiras décadas do século XIX, já se observava a presença das fazendas de criação de gado, espalhadas pelo sudoeste da província e o surgimento, em torno dessa atividade, dos primeiros centros urbanos como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Rio Bonito, Capelinha. Tais condições econômicas impulsionaram o trabalho livre naquela província, onde a relação entre pecuária e trabalho livre revela-se profícua, uma vez que nessa atividade não era necessário o emprego de vários braços como o exigido na extração do ouro. Essa transição no regime de trabalho torna-se visível quando se atenta para a diminuição do número de escravos, processo que ocorre no transcorrer do século XIX. (SANT’ANNA, 2005, p. 23)

Notamos que a população escrava de Goiás diminuiu progressivamente durante o século XIX, tendo também como causa dessa diminuição o fim do tráfico em 1850, o tipo de economia predominante na província de Goiás, as mortes naturais, as exportações dos escravos para outras províncias e as ações de liberdade que encontravam respaldo no fundo emancipatório e nas sociedades abolicionistas.

Tia Eva, nesse período, assim como a maioria dos negros, enfrentava grave situação financeira. Com três filhas para criar e uma perna ferida, continuava na fazenda e benzia todos os que a procuravam. Com o tempo foi conseguindo juntar alguns bens materiais – carro de bois, bois, galinha, porco e doações pelos benzimentos. Vinham pessoas de longe para serem benzidas por ela. Segundo seu Sergio Antônio da Silva (86 anos, bisneto de tia Eva), “ela recebia recurso, era doação que faziam, porque para benzer não se recebe, a pessoa dá, não pode ser negociado, fica a cargo de quem foi benzido dar alguma coisa ao benzedor”.

Lembramos que, depois da abolição, muitas negras foram morar em casas dos bairros periféricos das cidades, mas Tia Eva permaneceu ainda por um bom tempo na fazenda dos Vilela.

As condições de vida só se agravavam naquela região, sem acesso a terra, os negros, agora trabalhadores livres, ainda se sentiam presos à estrutura escravista, almejavam a “condição camponesa”. A migração foi, então, uma reação às imposições subordinadoras dos senhores de terra e da sociedade local (WOORTMANN, 2004). Tia Eva, vivia esperanças de realizar seu sonho, ter seu pedaço de terra, conforme havia pedido a São Benedito.

No final do século XIX, informações trazidas por comerciantes e criadores de gado sobre abundância de terras devolutas no sul de Mato Grosso fizeram com que muitos trabalhadores de Uberaba migrassem para o sul mato-grossense com a intenção de tomarem posse de um pedaço de terra. Foi com esse objetivo que, no ano de 1904, um grupo de ex-escravos formou uma comitiva⁷ e saiu de Uberaba. Comitiva formada por Maria Antônia, nascida na África, acompanhada de seus filhos Jerônimo Antônio da Silva, Luis José da Silva, Maria Antônia de Jesus e seu esposo Custódio Antônio Nortório, José da Silva, Domingos Francisco Borges e sua esposa Maria Rita de Jesus, Dionísio Antônio Martins⁸ e sua esposa Luíza Joana Generosa de Jesus. (SANTOS, 2012)

Juntaram-se a eles outros ex-escravos de Jataí/GO, como a ex-escrava Eva Maria de Jesus (Tia Eva) e seus familiares. A viagem até Campo Grande durou vários meses. O transporte era realizado por carros de bois e as pessoas faziam pequenas roças, em determinados trechos, para a alimentação da comitiva. É o que afirma seu Otávio Gomes de Araújo (80 anos, bisneto de Tia Eva):

A comitiva tinha de tudo, veio muita gente, tem os Caetanos lá de Boa Sorte também, Tem os Borges também veio lá também [...] Eles quando estavam vindo paravam e faziam uma roça aí durava uns três ou quatro meses, depois que colhiam começavam a andar de novo [...]. Eu sei que eles passaram por Coxim e depois chegaram aqui [Campo Grande]. (SANTOS, 2014, p. 242)

Observamos que a memória coletiva dos descendentes dos ex-escravos constrói um conjunto de fatos em sua evolução no tempo, ligando esses eventos aos dias atuais. De Certeau afirma:

Os lugares são histórias fragmentadas e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade de outros tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como história à espera e permanece no estado de quebra – cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor e no prazer do corpo. (1996, p. 189)

Essa conexão torna o lugar uma referência formada pela memória coletiva e estabelece vínculo, entre os atuais descendentes, com a escravidão, com a migração e com o território. Uma história construída em torno de pessoas, o que contribui e estimula a Comunidade no sentido de extrair a história de dentro para fora para manter o sentimento de pertencer a determinada época, a determinado local.

⁷ Aqui o termo “comitiva” é colocado como uma categoria nativa, que expressa o deslocamento dos grupos de ex-escravos em direção ao Mato Grosso do Sul.

⁸ Fundador da Comunidade Rural Quilombola Furnas do Dionísio no município de Campo Grande-MS.

1.4 E seu destino era Campo Grande

Em 1905, os integrantes da comitiva, logo que chegaram à recém-formada Vila Santo Antônio de Campo Grande, procuraram por terras ainda vagas e encontraram-nas na região de Olho D'água a cerca de seis quilômetros do centro da Vila. Nessa região, numa área de mata próxima ao córrego Segredo, Tia Eva e outros ex-escravos levantaram a Comunidade negra São Benedito (ou Tia Eva). O milagre havia se cumprido, ao tomar posse das terras, a ferida na perna de Tia Eva é curada. Assim, ela cumpre a promessa e constrói “a igreja” de São Benedito, em pau-a-pique, bem próxima a sua casinha. Dona Luiza Valeriana de Jesus (neta de Dionísio Antônio Martins) diz: “[...] Ela falou eu tenho a fé em Deus, que vou fazer igreja pra São Benedito na minha terra e fez”. Otávio Gomes de Araújo também informa: “[...] então em 1910 ela já tinha a igreja de pau a pique. De 1910 a 1919, ela construiu esta igreja que está aí até hoje”. (SANTOS, 2014, p. 247)

O grupo de migrantes libertos, vindo do interior de Minas Gerais e Goiás, unido por um “parentesco simbólico”, representado pela irmandade, estrutura-se na região periférica da Vila de Campo Grande, ainda com poucas casas, um pequeno povoado. Dividido socialmente, os libertos ocupam as regiões mais distantes, onde as terras eram mais desvalorizadas, seja pelo isolamento, seja por não servirem para a criação de gado⁹. A região onde Tia Eva e seus companheiros se instalaram já era habitada por negros camponeses, remanescentes das famílias da própria Vila de Santo Antônio de Campo Grande. Segundo seu Waldemar,

Lá tinha uns crioulos roceiros, quando Tia Eva chegou, falavam que eles também foram escravos, mas era daqui mesmo. Os brancos moravam tudo perto do centro. As coisas aqui antigamente eram assim, os crioulos de um lado e os brancos do outro, né. Antigamente tinha essas coisas, os brancos era tudo rico criador de gado [...]. (SANTOS, 2014, p. 246)

Tia Eva continuava a trabalhar na produção de seus doces, mesma atividade dos tempos de escravidão, produzia e vendia no centro de Campo Grande. Além de benzer, fazer partos, as mulheres das comunidades cultivavam pequenos “jardins”, verdadeiras farmácias, com plantas medicinais – folhagens e flores próprias para chás. Segundo nos relataram, no local todos

⁹ Quando Tia Eva chegou à Vila de Campo Grande, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Antonio Pires de Barros, em sua Mensagem encaminhada à Assembleia disse: “[...] muitos foram os nacionais ou estrangeiros, procedentes, sobretudo dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, que entraram e fixaram no estado. Segundo informação prestada pela Diretoria das terras, pode ser calculado cerca de 5.000”. (SANTOS, 2014, p. 246)

aprenderam a respeito de plantas, principalmente com a família e com amigos também. Três entrevistados citaram o nome da filha de Tia Eva, Sebastiana, que benzia e era parteira; citaram também o nome do raizeiro Antônio, neto de Tia Eva. Uma demonstração clara de que as Comunidades de São Benedito, dos descendentes da negra Tia Eva, ainda conservam suas tradições como o uso de plantas medicinais e místicas vindas com seus ancestrais da África.

Segundo seu Sérgio Antônio da Silva, Tia Eva já tinha idade avançada (ele não se recorda a idade exata) quando requereu suas terras ao intendente da comarca de Campo Grande, Nilo Javary Barem. Eram oito hectares de terras devolutas que lhes custaram 85 mil réis. Esse baixo valor foi determinado, acredita-se, em razão da localização, afinal ficava bem distante do traçado da ferrovia (SANTOS, 2014, p. 257). Segundo Luiza Valentina de Jesus: “É terra devoluta. Aí, ela pegou e requereu. Requereu um pedaço ali e aquele pedaço de terra ali, o pessoal fala que ela ia até naquela igreja de São Francisco ali, esse pedaço era tudo da Tia Eva”. (SANTOS, 2014, p. 257). Arruda (1991) relata que os trilhos da ferrovia criaram ou consolidaram uma espécie de divisão simbólica do espaço urbano de Campo Grande, revelando impactos como a divisão da cidade entre o lado de baixo, pobre, e o lado de cima que apresentava as atividades mais significativas e as construções mais nobres.

Uma situação plenamente apreendida neste trecho da narrativa, diante das relações sociais que caracterizam as memórias que constroem, fazem e refazem os valores da ocupação do espaço da cidade:

[...] a co- presença e o intercâmbio são condicionados pelas infraestruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecidas pelo equipamento existente. A divisão do trabalho dentro das cidades é o resultado da conjugação de todos estes fatores, não apenas do fator econômico. (SANTOS, 2014, p. 216)

As comunidades negras foram desenhando suas áreas sociais, que mais tarde se tornaram bairros na periferia, com suas características próprias em conexão com os elementos que fundem as realidades de espaço e tempo.

Na região onde Tia Eva se fixou, todos tentavam amarrar a produção do campo, o trabalho na roça com outras atividades como a manufatura, a produção de doces, de artesanatos. O papel das mulheres era dividido: algumas iam para o centro da vila com as crianças para vender os doces e outros produtos feitos e colhidos (hortaliças, mandiocas...) na Comunidade, enquanto outras trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas. Os homens faziam o serviço da roça, trabalhavam como carpinteiros, pedreiros e peões de fazenda. Essas famílias de negros eram a força de trabalho para a Vila de Campo Grande. (SANTOS,

2014, p. 259). Uma maneira de aos poucos irem se encaixando ao novo ritmo da cidade e sua urbanização crescente. Tais pessoas constituíam força de trabalho essencial para a cidade que necessitava de muitos braços e de muitas horas de trabalho, marcadas pelas dificuldades impostas pela exclusão social.

Como já constatado ao longo do texto, a construção da “igrejinha” foi fator marcante na contextualização da história de vida de Tia Eva e de seus descendentes. Algumas características arquitetônicas da construção e fatos a elas relacionados devem ser descritos, a seguir, com maior atenção.

1.5 A “igrejinha” de São Benedito, uma promessa que vira realidade

Os relatos dos descendentes mais antigos dizem que a reza na Comunidade, após a chegada de Tia Eva e antes de haver a capela, era feita embaixo das árvores e os padres chegavam de charrete ou a cavalo. Nesse momento a reza a São Benedito ficou conhecida e ganhou importância. Matos e Kashimoto (2003, p. 16) observam que, com o tempo, “ocorreram mudanças [...] Nota-se uma adaptação da manifestação religiosa da Comunidade. [...] Isso é percebido na inovação do modo de se conduzir a reza e cânticos, bem como a estrutura da nova capela”. Avaliam, contudo, que, desde o início, o fervor religioso na Comunidade se manifestava naturalmente, a Comunidade foi criando seus espaços e suas regras sociais, Tia Eva trazia consigo a sua devoção e junto seu critério de identificação assimilado por todos a sua volta.

Em 1918, a Vila Santo Antônio de Campo Grande é elevada à categoria de cidade e começa a ganhar organização urbana. Nesse mesmo período, a “igrejinha” que havia sido finalizada em 1912 é oficializada em 1919, informação descrita nas inscrições feitas na entrada da “igrejinha”. Tia Eva, com a ajuda da Comunidade e de devotos de São Benedito, consegue substituir a antiga “igrejinha”, feita de madeira, por uma nova construção com estrutura de alvenaria, coberta de telhas de barro. Nesta destacam-se duas torres em concreto na composição do telhado; na parede do fundo, encontra-se um cruzeiro em autorrelevo. Símbolo de fé, renovação de votos e união entre todos daquela “irmandade”:

Entre os diversos espaços urbanos da diáspora, africanos e seus descendentes encontraram nas irmandades católicas um espaço onde podiam se reunir de forma mais ou menos autônoma, reconstruindo suas identidades. No interior das capelas e igrejas, fundaram oratórios para devoção dos seus santos [...]. Auxiliando e ajudando uns aos outros nos momentos de necessidades, cada irmão ou irmã ofertava suas contribuições e zelavam de todos. Havia ainda a organização de festas em devoção

aos Santos, funerais, auxiliavam os doentes e cuidavam da administração da capela e do culto divino, com rituais tradicionais em menção a fé ao santo devoto. (MOREIRA, 2006, p.103-104)

Ainda no ano de 1919, a Festa de São Benedito ganharia o destaque que Tia Eva tanto esperava, ou seja, seria organizada pessoalmente por ela. Adair Jerônima da Silva, bisneta de Tia Eva observou: “Nessa festa, Tia Eva renovou seus votos ao Santo, e prometeu que haveria todos os anos festa ao Santo. E prometeu também que todos os anos ela faria a festa e quando morresse seus descendentes iriam continuar com festa”. (SANTOS, 2014, p. 270)

Tia Eva manteria a data do festejo a São Benedito em dia diferente ao do calendário oficial da igreja Católica, 4 de abril. Seu Otavio Gomes Araújo, 80 anos explica o motivo: “ No mês de maio, como aqui não tinha luz era num domingo que mais tinha luz na época, lua cheia e mais próximo do dia 13 de maio. Então, todos sabia, o domingo mais vai ter lua, mais próximo de 13, a festa São Benedito obedecia a lua” (SANTOS, 2014, p. 270).

Pontuamos que a data é sempre respeitada e a Festa ainda é organizada conforme os moldes do passado. Apesar de ter sofrido algumas modificações e adaptações, essa Festa ainda é um momento muito importante entre os mais velhos e os mais jovens. Isso mostra a importância das relações familiares no grupo e sua contribuição e participação como reafirmação da promessa feita por Tia Eva.

As celebrações em torno dos santos padroeiros, protetores celestiais, são momentos considerados como instantes de reconstrução de identidades, fortalecendo laços entre irmãos que têm nesses dias oportunidade de reencontrar os que estão longe, de tornarem-se úteis ao grupo, assumindo funções importantes na organização da Festa, especialmente nos dias de devoção. Nessas ocasiões, celebrar solenemente é garantia de proteção na vida e na morte.

Os rituais na Comunidade iniciavam-se meses antes – Tia Eva saía carregando o mastro de São Benedito, junto com outros parentes, por fazendas, pedindo ajuda para a realização da Festa que se tornou um grande acontecimento. Vinham pessoas de Campo Grande e de toda a região do Cascudo. Chegavam também de Furnas da Boa Sorte e de Furnas do Dionísio. Acampavam ali nas terras de Tia Eva. A Festa tinha início com as novenas durante o dia. À noite havia os bailes embaixo da mangueira próxima à igreja, pois ainda não havia o salão comunitário. Segundo Sérgio Antônio da Silva,

A festa acontecia no quintal de casa aqui, tinha uma mangueira grande aqui, sabe. Eles dançavam a noite toda, não tinha aquele barracão. A comida era servida tudo, aqui, uma quantidade de doce feito pelas Tia Eva e as mulheres, que organizava tudo. E era tudo de distribuído não cobrava nada. Tia Eva ganhava muita esmola.

O louvor tinha um sentido diferente do que acontece hoje. Seu Sérgio nos conta que, quando eles eram crianças, os festejos iam de cinco a treze de maio. Havia a novena e, com as orações de Salve Rainha, soltavam os três rojões, saudando o Santo. O terço era cantado. Depois da reza, o baile começava: tocavam xote, valsa, e a catira era dançada. Vinham tocadores de outras regiões. Quando não viam, as próprias famílias tocavam para animar. Era tudo muito organizado e animado, Tia Eva recomendava que não poderia haver desperdício de comida, pois tudo era preparado com muito carinho por todos.

A festa de São Benedito ainda é um momento de aproximação entre os descendentes dessa Irmandade, período de reencontros das antigas alianças e de construção de novos laços de solidariedade. Uma preocupação coletiva entre eles é manter o mais próximo possível a fidelidade com as raízes deixadas por Tia Eva que, junto com um grupo de mulheres, organizou e administrou tudo até sua morte.

Tia Eva ganhou “reputação” inestimável, uma referência em Campo Grande. Resolvia, como benzedeira, curandeira e parteira, problemas de saúde. No seu espaço exercia, também, o papel de sacerdote sem a mediação da igreja. As pessoas a procuravam para desabafar suas dores, pedir conselhos, orações, bênçãos. Além de ser reconhecida por sua sabedoria religiosa, foi, muitas vezes, vista como milagreira. Sobre isso Seu Sergio também comenta: “A Tia Eva era milagreira. Minha Mãe contava também que ela era muito gorda. Que uma vez não conseguiu escapar e neutralizou um touro só com o pensamento. Conta que cada oração que ela fazia realmente dava certo” (SANTOS, 2014, p. 276).

A memória trazida por Seu Sergio nos remete, mais uma vez, para a relação da Memória - vida, “Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta, como uma coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 2004). Uma recuperação de valores do passado, uma realidade percebida e vivida por uma figura referencial para todos, uma forma de o grupo sempre atualizar a crença na sua origem comum, não só pelos laços de afetividade, mas como representação de destaque para toda cidade.

Aos 78 anos de idade, falece Tia Eva no dia 11 de novembro de 1926¹⁰. Segundo seu Sergio, a causa de sua morte nunca foi exatamente esclarecida, o que se pode observar em sua certidão de óbito. Ela adoeceu e em poucos dias veio a falecer. Foi enterrada na igreja de São Benedito. Relatam que a cidade toda parou e vieram pessoas de toda a região para

¹⁰ A certidão de óbito original encontra-se em posse do Sr. Luiz Gomes Cabral, advogado dos moradores da Comunidade na ocasião do processo de inventário de Tia Eva. Essa certidão de óbito de Tia Eva foi registrada em cartório sob ordem judicial expedida em 18. 08. 1956, ou seja, 30 anos após sua morte, sem constar a data e causa de morte. Narrativa do Sergio (2017).

homenageá-la. Após sua morte as lideranças religiosas e políticas foram passadas para sua filha mais velha, Dona Sebastiana Maria de Jesus, que retornou com sua família para a Comunidade. Candau (2009) afirma que memória étnica ou religiosa, por exemplo, “se constrói comumente em referência [...], que contribui de maneira diferenciada, mas sempre predominante, à construção do patrimônio de grupo, e por consequência, sua identidade [...]”. Seu Sérgio (S. Michel) nos relata que sua mãe presenciou a morte de Tia Eva, e isso parece ter marcado muito sua vida, acentuando o envolvimento dele com as causas da Comunidade e fazendo com ele adquirisse potencial de liderança que ainda é muito forte.

A morte da mãe de seu Sérgio, dona Catarina Rosa da Cruz, traria também uma herdeira religiosa, a irmã de Dona Catarina, dona Narzira da Cruz de Barros, mas ela ficou impossibilitada de assumir, pois morava numa fazenda afastada da Comunidade nesse período. Assim, Sérgio (S. Michel¹¹) assume o posto de responsável pela comunidade, acumulando a representação política. Reafirma a liderança de um chefe de família. “[...] por meio do trabalho de memória proposto por Ricœur, é possível resignificar tais espaços e descobrir neles, inclusive, a dimensão essencial do espaço de vida, ainda fundamentais para o presente e futuro do lugar” (RICOUER, 2000). Dessa forma, espaço e memória são essenciais para a coesão social do grupo. Reafirmam o sentido de “comunidade” por meio de uma unidade advinda do parentesco, que surge com força na época da Festa.

No que se refere à “igrejinha” e seu entorno, de acordo com pesquisa de Tereza Penha¹², houve pequenas alterações: a troca de antigas janelas por outras mais modernas, o piso de chão batido foi substituído por piso de cerâmica, no teto colocaram forro de madeira. A inscrição com a data 1919 na parede frontal da igreja, antes em alto relevo, agora aparece em metal. A capela está cercada por calçadas de alvenaria. O salão para receber os festeiros foi construído nos fundos da capela e era de madeira, depois passou a ser de alvenaria, porém oferecendo pouca infraestrutura. O atual – com amplo espaço e também de alvenaria – foi construído pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. O pequeno cemitério cedeu lugar a um campo de terra. Os restos mortais de Tia Eva e de seus descendentes, antes ali sepultados, foram retirados e acomodados em uma urna, atualmente depositada dentro da capela.

¹¹ Como é chamado carinhosamente por todos.

¹² Arquiteta responsável pelo Projeto de Tombamento Histórico e Cultural do estado e município da “igrejinha” em 1997.



FONTE: Acervo pessoal de Sérgio da Silva, possivelmente década de 1960 do século XX e atualmente

As imagens apresentadas sinalizam para as transformações por que passou a Comunidade. No final do século XX, meados da década de 1960, ainda era muito carente de infra-estrutura urbana. Na primeira imagem, a “igrejinha” se apresenta em meio ao terreno e, segundo Sergio, era um período muito difícil, mas as coisas aconteceram aos poucos e tudo foi ganhando estrutura. É o que se verifica na segunda imagem.

A pesquisa de Penha informa ainda que, com a reforma, há mais de 50 anos, no momento de demolição e limpeza do local, foram queimadas muitas lembranças, muitos registros e documentos, registros pessoais de Tia Eva, além de objetos e fotografias deixadas por fiéis em troca das graças alcançadas em São Benedito. Confirmamos quanto as ações do grupo no presente e no passado desta Comunidade tem como referencial, herança deixada e passada de geração para geração, que perfeitamente se encaixa nos seus mais valiosos bens culturais, com uma significação pessoal. Uma história que permanece nos relatos orais da Comunidade campo-grandense, através do tempo, afirmando o seu espaço dentro da cidade.

É importante observar que o tombamento da Igreja de São Benedito foi efetivado pela Lei Municipal n. 3523, de 15/06/1996, e pela Resolução/SECE, de 07/05/1998, reconhecendo sua importância simbólica e histórica. Segundo Camargo (2002, p. 29-30): “a preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico que atribuímos a eles. Todo e qualquer produto material das culturas humanas é dotado de uma

funcionalidade, um fim para o qual é executado”. Compreendemos que o devido significado dado ao patrimônio cultural deve ser expresso por todos na Comunidade que, incentivada pela busca de seus valores sociais, culturais e econômicos, procura proteger e defender sua história retratada nos monumentos tangíveis e intangíveis. Nesse sentido, a Comunidade Tia Eva visa a dar continuidade a um passado e requer que novos usos apontem e renovem seu contexto histórico, mantendo sua importância, pois mirar-se no passado traduz a busca por suas raízes, trazendo-as para o presente e levando-as para o futuro.

Com isso a Comunidade enfatiza a valorização da identidade e a interação das práticas culturais reproduzidas dentro do seu processo histórico, fortalecido por elementos étnicos e culturais cada vez mais presentes; divulgados dentro e fora do grupo, o que resulta em produtos (igreja, imagem de São Benedito e bandeira do santo) e ações (Festa de São Benedito, palestras educacionais) que carregam uma carga simbólica com a qual todos se identificam.

Como é perceptível até aqui, a história dessa Comunidade nos aponta que a memória do passado, associada ao local e à religião, são aspectos culturais de relevância para a construção da identidade e, ao mesmo tempo, para a manutenção da presença lúdica de Tia Eva, dando continuidade ao cumprimento de sua promessa.

1.6 Agora é preciso continuar sem Tia Eva

Os descendentes de Tia Eva permaneceram morando, de forma irregular, ali naquelas terras adquiridas por ela. Não havia lotes individuais, ainda predominava o uso comum da terra. Na época, o crescimento da cidade de Campo Grande foi impulsionado pela vinda de pessoas e famílias para o sul do Mato Grosso, motivadas pelo projeto “Marcha para o Oeste”, do governo Getúlio Vargas. (LIMA FILHO, 1998). Então, membros da Comunidade começaram a migrar para outros tipos de atividades e buscaram emprego na cidade. Assim, percebemos que o desenvolvimento urbano de Campo Grande influenciou consideravelmente o comportamento dessas pessoas que deixavam de lidar com a terra e passavam a trabalhar em outras áreas em que a cidade necessitava de mão-de-obra. Os homens envolviam-se principalmente com a construção civil; as mulheres dedicavam-se aos trabalhos domésticos como os de lavadeiras, faxineiras e babás. Dona Neusa Rosa dos Santos (bisneta de Tia Eva, 68 anos) diz o seguinte:

A gente trabalhou muito tempo nas casas de luxo da cidade, gente importante, aí na cidade. Mamãe (D. Catarina) levava nós desde pequena pra aprender. Eu trabalhei muito em tudo, a vida não era fácil aqui não. Era o que conhecia, era o que ela sabia fazer, então a gente seguia ela, né.

As mulheres que permaneciam, em menor número, na Comunidade para cuidar das crianças aumentavam sua renda fazendo doces para vender no centro da cidade. A condição de marginalização social e de ignorância em que a maioria se encontrava submetida tende a mantê-las na esfera de luta pela reprodução básica da vida, na atenção aos instintos primários, em que a segurança alimentar é um desafio cotidiano. (CARNEIRO, 2005, p. 150). Uma ação automática, diretamente ligada à memória coletiva, em que o grupo reproduz o mesmo papel mostrado pelas imagens construídas por seus ancestrais. Lembramos que, após a abolição da escravidão, a mulher negra, marcada pelo passado difícil e pelos símbolos transmitidos pela história oral, cria os seus mecanismos de defesa e conserva em seus braços as heranças culturais que lhe dão força para enfrentar a realidade.

Assim, Tia Eva se reproduz nelas por meio da mesma força passada por mães, avós, tias, primas ao viverem num lugar isolado e distante, mas construído sobre laços sociais fortalecidos pelo referência religiosa e étnica adotada pelos seus descendentes marcante na construção de sua identidade. Identidade proporcionada por uma noção clara de unidade configurando a noção de território etnicamente diferenciado e politicamente constituído como minoria étnica¹³. Para Fredrik Barth: “[...] grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores, e, assim, têm a característica de organizar a intenção entre as pessoas”. O conceito de grupo étnico, na acepção proposta por Barth (1998), revela-nos que, para entendermos a constituição da Comunidade Tia Eva como um grupo étnico, mas não abrange todas suas características da realidade investigada nesta Comunidade, assim Banton (1979) nos auxilia com seu conceito de minoria étnicas, pois liga ideia muito forte que eles nos mostram mais à frente da busca pela cidadania e de espaço de participação nas suas relações com Estado e na sua representatividade dentro da sociedade.

Na Comunidade, as relações com o espaço construído pelo indivíduo e pelo grupo vão adquirindo significado por meio do sentimento acumulado em relação aos objetos que o compõe ao longo dos anos. Cada lugar é carregado de sentido compreendido pelas ações do grupo que reforçam os laços sociais e de irmandade vividos pelos mais velhos.

Conforme mencionamos, a origem da Comunidade Tia Eva associa-se a um processo de luta pela manutenção de suas terras que, até a morte de Tia Eva, pareciam garantidas por direito de herança. Contudo, com o passar dos anos este contexto passa a mudar devido,

¹³ Para Banton, minoria étnica “é uma minoria que cultiva uma diferença baseada na descendência e que quer ver este fato reconhecido pelo Estado em que vivem seus membros” (BANTON, 1979, p. 165).

sobretudo, ao processo de urbanização da cidade e o consequente crescimento demográfico ocorrido no período de 1990 a 2006.

Tudo começa quando o prefeito de Campo Grande, Eduardo Olímpio Machado, assina o Decreto n. 39, de 31 de janeiro de 1941, que divide a cidade em zonas de construção: central, industrial, residencial e zonas mistas. Esse plano de expansão urbana determinou que as áreas, antes tidas como rurais, se transformassem em urbanas e criou os bairros Amambaí, Boa Vista, Vila Alba e Cascudo, definindo a metragem dos lotes desses bairros (SANTOS, 2014, p. 288). O resultado do Decreto, para os descendentes de Tia Eva, foi o de que a partir desse momento precisariam organizar o parcelamento das terras tradicionalmente ocupadas por eles. Os espaços, antes utilizados para a produção agrícola, para a coleta de lenha, corridas de cavalo e moradia, agora deveriam ser divididos e, assim, começaram as vendas das terras.

Os padres da Missão Salesiana de Mato Grosso foram os primeiros a comprar os terrenos com o objetivo de fundar o Seminário Diocesano. Segundo seu Otavio Gomes de Araújo, “[...] seu Lázaro vendeu, Tio Candido vendeu, venderam a troco de nada, assim, né, os padres iam tocar a gente daqui mesmo, nós ia perder mesmo, né. Aí, eles resolveram vender. As terras de Tia Eva não mexeram, mas o resto tudo foi mexido” (SANTOS, 2014, p. 289). A maioria dos entrevistados afirma que a construção da Rua do Seminário, que motivou a venda, passava do lado das terras do grupo. Dessa forma o território foi diminuindo e a urbanização, promovendo a valorização das terras. O Seminário contribuiu para o aumento demográfico da região e os bairros São Francisco e Jardim Seminário foram se formando, como afirma seu Otavio Gomes de Araújo: “[...] Aí, o povo começou a comprar terra por aqui, por que no Seminário tinha colégio atraía o povo” (SANTOS, 2014, p. 290).

Durante as décadas de 40,50 e 60, as famílias se deslocam em busca de outras formas e estratégias para sobreviver, migrando para fazendas e outras regiões da cidade. Dona Neusa relata que morou em muitas partes ao redor com sua família e que, depois de casada e aos poucos, foram juntando dinheiro para construir sua casa na Comunidade. “Nossa parte é herança da Vó Sebastiana, aqui onde estamos até hoje, perto da casa da Vó Catarina”. Nas terras da Tia Eva, um sítio onde viviam várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral comum, havia como núcleo centralizador a casa da família mais velha, a de Dona Sebastiana Maria de Jesus (herdeira de Tia Eva).

Após o falecimento de dona Sebastiana, a casa de sua filha, Dona Catarina Maria de Jesus, herda essa posição. Assim, as terras de cada núcleo familiar que compunha o sítio de Tia

Eva eram cultivadas por uma ou mais famílias. Cada núcleo tinha noção do seu espaço e da extensão exata, não havia divisão, como diz seu Sérgio:

[...] era tudo um terreno só. [...] Assim, retomamos ao conceito de grupo étnico para dar sentido ao modo como a comunidade tem negociado sua identidade afrodescendente ao longo do tempo, seja atualizando e relendo a bagagem herdada de seus ancestrais, seja apropriação pelos poderes locais como elementos do folclore da região.¹⁴

De acordo com Max Weber,

[...] os grupos étnicos são aqueles grupos que fundam-se na semelhança de um hábito exterior e dos costumes, ou ambos a um tempo, ou lembranças de colonização e migração, abrigam a crença subjetiva em procedência comum de tal forma que a crença é importante para ampliação da comunidade. (1983, p. 318)

Observamos que os mais idosos descrevem com exatidão que a coesão do grupo sempre dependeu dessa referência, que até a Dona Catarina era Matrilinear¹⁵, marcada por herdeiras ancestrais. Sob essa perspectiva, os descendentes que viviam nas terras de Tia Eva identificavam aquele território como etnicamente delimitado, onde a regularização fundiária parecia não ter relevância, o que, a partir da década 70, com o planejamento urbano da cidade, foi modificado.

Na época, as fazendas e chácara da região e o Sítio da Tia Eva, tiveram que ser substituídas pelos loteamentos dos bairros ao redor aumentaram ainda mais, nascendo outros: Nasser, Monte Castelo, Portal do Gramado, Vila Saraiva, Vila São Roque, Otavio Pécora e Jardim Seminário I e II, criados para abrigar a população de baixa renda de Campo Grande. [...] Como consequência desse processo, o Sítio de Tia Eva, onde era praticada a agricultura voltada, principalmente, para a subsistência e para comercialização de excedentes no mercado local, foi prejudicado pela abertura da Rua Eva Maria de Jesus. (SANTOS, 2014, p. 299)

Conforme seu Sergio, a Rua Eva Maria de Jesus, em homenagem à fundadora da Comunidade, foi aberta no meio da propriedade, do sítio, e é considerada a rua principal do bairro, onde estão localizados o Centro Comunitário e a “igrejinha”.

Ainda segundo Sergio, a rua foi aberta, pois não havia escrituras definitivas dos imóveis, assim, o parcelamento das terras causou muito desconforto, pois não só dividiu o espaço, como

¹⁴ Bath e Banton apontam as fronteiras de inclusão e exclusão como centrais na constituição de grupos étnicos, respectivamente.

¹⁵ Sistema de filiação e de organização social no qual só a ascendência materna é levada em conta para a transmissão do nome, dos privilégios, da condição de pertencer a um clã ou a uma classe. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/matrilinear/>.

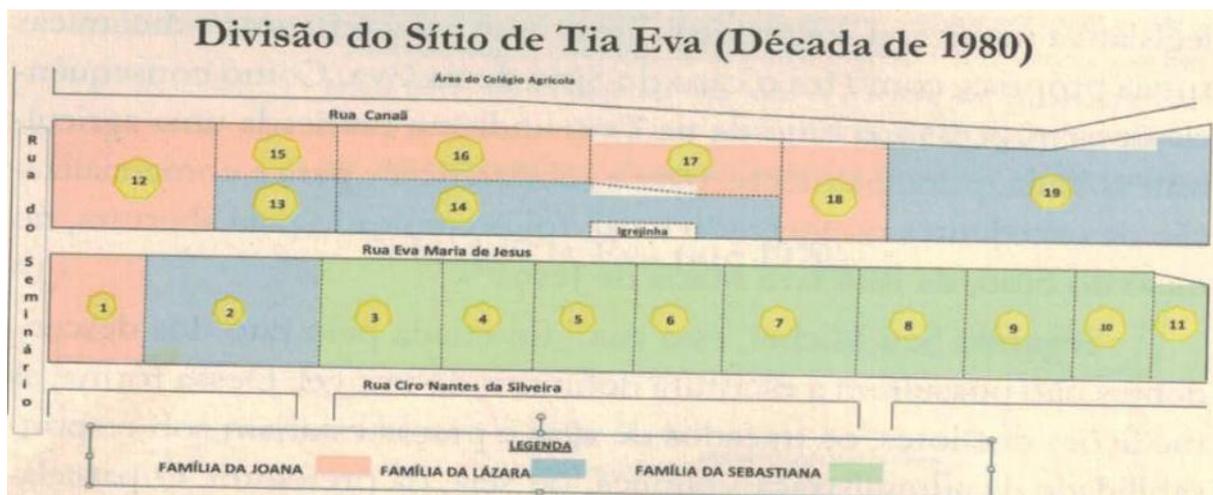
também as famílias. Isso ocasionou problemas internos, subdivisões de lotes para filhos casados para haver adequação na prefeitura. Ele nos relata:

Em 1950 um senhor que casado com alguém que era da família, por nome de Tanagildo, começou esse inventário. E eu não sei por que forma foi, diz que não acharam o atestado de óbito da Tia Eva, daí parou. E aí na época que eu entrei, depois de mais de 30 anos paralisado, eu entrei e consegui achar atestado de óbito da Tia Eva.

Em 1983 a Comunidade ganha ação por usucapião¹⁶, solução encontrada pelo advogado para diminuir custos do processo de inventário, escrituras e outras despesas. O inventário foi reaberto em 1998, momento em que Sérgio Antônio da Silva assume como inventariante.

Então, seu Sérgio, que era representante dos descendentes na época, resolve entrar em contato com a Prefeitura para que fosse feita uma planta com as divisões internas do Sítio. A divisão foi feita com a participação de todos os moradores. A seguir, informações acerca da divisão do Sítio de Tia Eva, conforme Santos:

[...] a figura abaixo, o Sítio de Tia Eva, o qual possuía aproximadamente 93.776, m², foi dividido em 19 lotes, que variavam entre 2.870,40 m². Na planta obedecendo a normas do Plano Diretor Municipal, foram reservados 15. 857,04 m² para ruas e quadras, ficando a área de todos os lotes com perímetro de aproximadamente de 77.918,95 m². Nessa divisão, os herdeiros das filhas de Tia Eva ficaram com os seguintes lotes: herdeiros de Joana Maria de Jesus – lotes nº 1, 12,15, 16, 17 e 18; herdeiros de Lázara Maria de Jesus – lotes nº 2, 13, 14 e 19; e os herdeiros de Sebastiana Maria de Jesus nº 3, 4,5, 6, 7, 8,9, 10 e 11. (SANTOS, 2014, p. 300)



FONTE: Carlos Alexandre Plínio dos Santos.

¹⁶ **Usucapião** é um modo de aquisição da propriedade e ou de qualquer direito real que se dá pela posse prolongada da coisa, de acordo com os requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/.../Usucapiao-Novo-CPC-Lei-n-13105-15>.

Nome dos proprietários dos imóveis (herdeiros de Tia Eva):

1	2.817,51 m ²	João Batista da Silva	Joana Maria de Jesus
2	5.426,37 m ²	Jerônima Borges da Silva	Lazara Maria de Jesus
3	3.016,09 m ²	Sérgio Antônio da Silva	Sebastiana Maria de Jesus
4	3.016,00 m ²	Nadir da Silva Moraes	Sebastiana Maria de Jesus
5	2.870,62 m ²	Geraldina de Arruda Baptista	Sebastiana Maria de Jesus
6	2.870,17 m ²	Maria Francisca Dias	Sebastiana Maria de Jesus
7	2.870,40 m ²	Otaclíio Antônio dos Santos	Sebastiana Maria de Jesus
8	2.870,40 m ²	Adão Borges da Silva e irmãos	Sebastiana Maria de Jesus
9	2.870,40 m ²	Otávio Gomes de Araújo	Sebastiana Maria de Jesus
10	2.870,40 m ²	Antônio Pereira da Silva	Sebastiana Maria de Jesus
11	2.870,40 m ²	David Joviniano de Brito	Sebastiana Maria de Jesus
12	6.221,25 m ²	Ernestina Alves Pinto	Joana Maria de Jesus
13	3.110,58 m ²	Jerônima Borges da Silva	Lazara Maria de Jesus
14	9.332,43 m ²	Eva Lazara da Silva	Lazara Maria de Jesus
15	3.110,49 m ²	Constâncio Ferreira Pinto	Joana Maria de Jesus
16	6.220,97 m ²	Adelaide Valério do Carmo	Joana Maria de Jesus
17	5.714,92 m ²	Raimundo Soares Pinto	Joana Maria de Jesus
18	3.110,67 m ²	Benedito de Paula Pinto	Joana Maria de Jesus
19	6.730,03 m ²	Jerônima Lazara da Silva	Lazara Maria de Jesus

FONTE: Carlos Alexandre Plínio dos Santos.

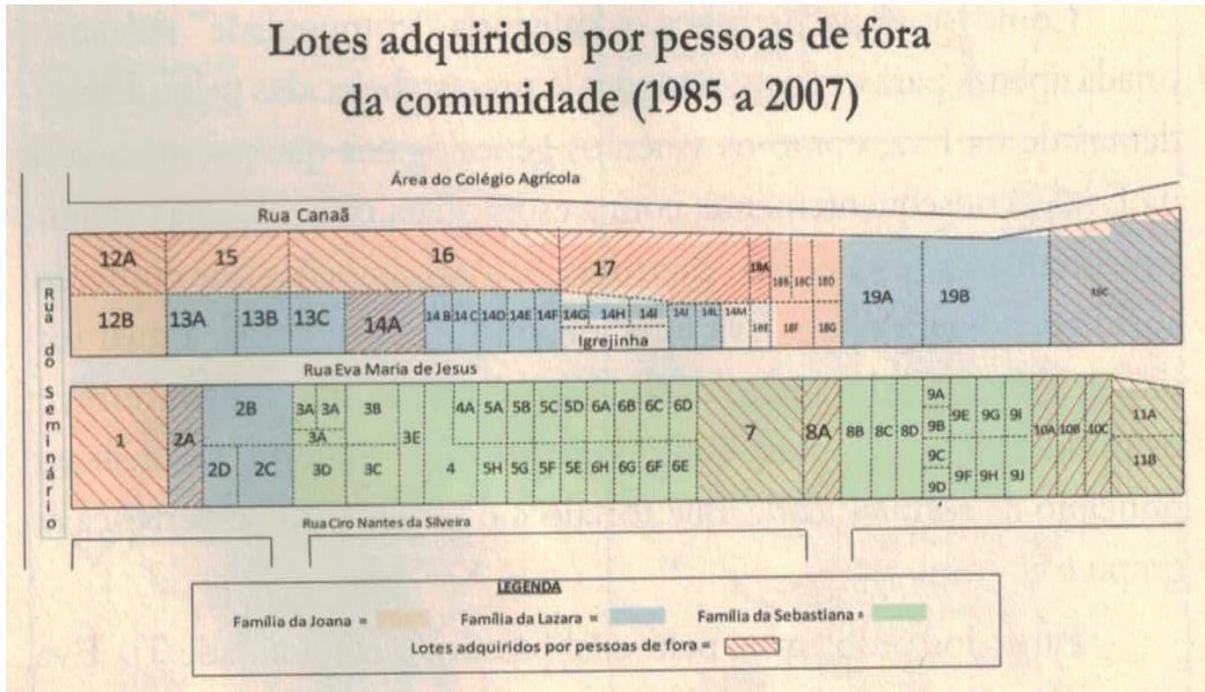
A divisão fez com que aos poucos o sítio Tia Eva começasse a ganhar uma nova configuração: “Foi perdendo as características de área rural e ganhando aspecto de bairro periférico, sem pavimentação nas ruas, sem água encanada, sem luz elétrica, sem escola e sem posto de saúde” (MORAES, 2003, p. 22). O crescimento de Campo Grande, consequência de fatores políticos e econômicos, acarretou aumento na procura de imóveis e as áreas de ocupação urbana se esparramam pela cidade.

Desse modo, pessoas de fora da Comunidade passam a adquirir parte das terras. “Com isso, a Comunidade que possuía 77. 918,95 m² de terras ficou restrita a aproximadamente 42.508,35 m² próximo a 45% das terras originais já não se encontram mais nas mãos de herdeiros de Tia Eva. O processo de diminuição das terras da Comunidade Tia Eva ocorreu principalmente na família de Joana Maria de Jesus, seguida da família de Sebastiana Maria de Jesus e por último, da Lázara Maria de Jesus”. Sérgio ainda explica, que o parcelamento obrigou muitas famílias a entrar com processo de herança subdividindo os lotes entre os filhos casados para se organizarem conforme a prefeitura exigia deles. E que o direito à terra nessa

Comunidade passa, necessariamente pela descendência direta da Tia Eva. Nesse sentido, as pessoas de fora que casam com pessoas de dentro não herdam a terra, entretanto, os filhos gerados por eles são herdeiros. (SANTOS, 2014, p. 312). Cada família dentro do bairro tem acesso a uma porção de terras, seja via laços de parentesco e casamento. A apropriação do lote é privada e passada por herança, entretanto, a utilização pode ser individual ou comunal, nesse caso com anuência do dono. Essa sucessão de divisão continuou acontecendo, assim como subdivisões na família pelo processo de herança.

Apesar da valorização dos terrenos no bairro Jardim Seminário, local onde estava a Comunidade Tia Eva, influenciada pela proximidade com o Seminário, sobretudo após a instalação da universidade (Universidade Católica Dom Bosco), inaugurada em 1997, não modifica consideravelmente realidade dos que vivem ali. Otávio (bisneto de Tia Eva, 80 anos) afirma que as mudanças só começaram a acontecer após a fundação da Associação. As melhorias provocaram um impasse entre os que vieram e os já estavam ali. Ele é muito enfático quando aponta o como isso é problemático no processo de titulação das terras, ficando ainda mais moroso, devido às negociações de desapropriação das partes já vendidas. Um total de 35.410,60 m² de terras estão nas mãos de pessoas de fora da Comunidade. Assim, dos 77.918,95 m², restaram aproximadamente 42.508,35 m² de terras. (SANTOS, 2014, p. 311). Conclui Santos: “Assim, próximo a 45% das terras originais já não se encontram nas mãos dos descendentes. Nesse território se reproduzem socialmente um espaço definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais” (SANTOS, 2014, p. 312).

A seguir imagem em que se visualizam os lotes adquiridos por pessoas de fora da Comunidade, período de 1985 a 2007.



FONTE: Carlos Alexandre Plínio dos Santos.

Lotes adquiridos por pessoas de fora da Comunidade¹⁷:

¹⁷ Vários dos lotes foram entregues para o advogado Luiz Gomes Cabral como pagamento de inventário realizado por ele para alguns familiares. (SANTOS, 2014, p. 311)

Terreno n°	Lote n°	Atuais proprietários	Tamanho dos lotes
1	1	Vendido para Paulo Estevão da Cruz e Souza.	2.817,51 m ²
2	2A	Vendido para Jorge Renato Brandini.	2.248,00 m ²
7	7	Vendido para Irany Pereira Caovilla, a qual doou depois para a Prefeitura construir um colégio.	2.870,40 m ²
8	8A	Pago como honorários do advogado Luiz Gomes Cabral ³¹ .	717,75 m ²
10	10A, 10B, 10C	Pago como honorários do advogado Luiz Gomes Cabral.	2.870,40 m ²
11	11A e 11B	A prefeitura de Campo Grande se apropriou do lote.	2.870,40 m ²
12	12A	Vendido para Mário Bongiovani.	1.555,26 m ²
14	14A	Vendido para Luiz Gomes Cabral ³¹ .	2.332,00 m ²
15	15	Vendido para Rodolfo.	3.110,49 m ²
16	16	Vendido para o sindicato das indústrias gráficas do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual construiu um clube esportivo no imóvel.	6.220,97 m ²
17	17	O lote foi vendido para Maria Taira	5.714,92 m ²
18	18A	Pago como honorários do advogado Luiz Gomes Cabral.	400,00 m ²
19	19C	Pago como honorários do advogado Luiz Gomes Cabral.	1.682,50 m ²
Total aproximado de terras adquiridas por pessoas de fora			35.410,60 m²

FONTE: Carlos Alexandre Plínio dos Santos. p. 311.

Como descrito no processo de contínuo urbano de ocupação do território, o território relativo ao Sítio Tia Eva é hoje denominado oficialmente Vila de São Benedito. Possui a rua principal asfaltada, a Rua Eva Maria de Jesus, com cerca de 500 m de extensão. Ela divide a Comunidade em dois lados. É também nela que estão situados a “igrejinha” de São Benedito e o salão comunitário. Descendo pela Rua do Seminário, no sentido córrego Segredo, estão os

lotes dos descendentes de Lázara Maria de Jesus; do lado direito os de Sebastiana Maria de Jesus, se encontram alinhados com suas respectivas casas. O número de casas está intrinsecamente relacionado ao tamanho de cada família. Os conjuntos residenciais se distribuem e são formados por famílias extensas, ora tendo como referência o pai, ora a mãe. É o caso da família de seu Michel com seus 11 filhos, quase todos distribuídos dentro do seu espaço. Eric Wolf analisa:

[...] os círculos superpostos de parentes tendem a agrupar-se no que se pode chamar de região de parentesco. Na medida em que os laços constituem um grupo de recursos para um indivíduo ou uma família, a distribuição de alianças de parentesco constitui importante critério na demarcação das classes de uma sociedade. (1982, p.06)

Verificamos que é uma relação caracterizada pela “reciprocidade” indefinida, uma distinção interna baseada no respeito aos mais velhos, nos moldes das relações de compadrio vividas e reformuladas por “padrinhos” e “madrinhas” (os mais velhos) que falam em nome da Comunidade e a representa como mediadores. Ainda se dá muito valor aos “antigos”; embora alguns se queixem de que não é como antes. Esse valor constitui marco para a identificação da territorialidade e as alianças criam uma relação de solidariedade entre as famílias num sentido de “grande família”.

1.7 A família que virou “Comunidade”

Segundo Carril (2006), o território da cidade apresenta-se fragmentado. Acrescenta que tempos e territórios segmentados tornam-se símbolo de degradação permeada por investimentos nos bairros de classe média e alta e afastamento dos pobres para as “margens”. A autora ainda afirma que a formação social-econômica, historicamente, criou uma contradição, carregada de símbolos ligados ao baixo poder aquisitivo, advindo da heterogeneidade dos grupos que fizeram a ocupação territorial em ritmos diferentes. Assim, com a passagem do rural para o urbano, o privilégio é sempre transferido para as mãos da elite, ou seja, os detentores do poder econômico. Tal fato apresenta uma sociedade desnivelada que promove e perpetua a desigualdade social, acentuando a exclusão. A sociedade brasileira vista pela ótica do escravismo e pela da colonização forma relações envolvendo atores que causaram espalhamento do poder original da propriedade latifundiária, tentando, ao longo do tempo, explicar a imagem apresentada sobre a escassez de noção de direito presente em nossa realidade. De acordo com Carvalho (2001, p. 11): “[...] todo sistema de dominação, para

sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda, que seja a apatia dos cidadãos”. Assim, ao longo da história da democracia brasileira, a exclusão social e o afastamento do Estado não se dissociam da questão territorial, muito naturalmente apresentada nas grandes cidades, trazendo o desapontamento, gerando diversas formas de reação.

Dona Neusa descreve muito bem essa concepção:

Muita gente falava que aqui era dos negros, né, que nós era os mais desfavorecidos, os mais pobres, eles diziam, né. [...] que aqui era uma favela, porque aqui não tinha água, luz e outros benefícios, né. Mas aqui não era favela não, na realidade aqui nunca foi favela, né, era uma sede de famílias nunca foi favela. (Neusa Rosa Santos, 2017, p. 307).

Podemos notar que a palavra “favela” assume um valor carregado de depreciação, ligado à imagem de um lugar onde pessoas de baixa renda não respeitam o espaço do outro; lugar constituído por um conjunto de barracos erguidos sem planejamento, com falta de infraestrutura, segurança. Ainda sob essa ótica, a favela é vista como local onde os moradores vivem em situação irregular, em desconformidade com os padrões legais de habitação.

Dona Neusa ainda nos conta que os descendentes, com o tempo, passaram a ser reconhecidos de outra forma, a partir da proximidade que foram tendo com a cidade. Muitos alunos, por exemplo, do ensino médio e superior, por meio de pesquisa, foram em busca de sua história, o que fez com que o território onde moravam passasse a ser identificado como “comunidade” – palavra usada para se referir a vários tipos de grupos, numa dimensão mais subjetiva. Estas ações qualificam o sentido de territorialidade, demonstrado ao compartilharem do sentimento de pertencimento, sentimento coletivo que nos remete aos moldes de vida da humanidade.

Ao fazermos uma correlação entre os dois termos, verificamos que o termo “favela” está associado ao negativo, à ideia de abandono e de carência; enquanto o termo “comunidade” é utilizado para autenticar a região. A Comunidade ganha um valor emblemático como lugar de realização de valores “tradicionais”. A imagem que resulta dessa concepção identitária é positiva e fartamente acionada tanto por moradores de favelas quanto pela sociedade mais ampla, em momentos em que se quer valorizar os elos entre a favela e essa sociedade.

Há que registrarmos que, quando o espaço – muito próximo ao centro, ocupado por descendentes de ex-escravos, como acontece com o de Tia Eva – é inserido na categoria de “comunidade”, passa a expressar sentido de pertencimento, de identidade. É o caso dos descendentes de Tia Eva que veem a Comunidade e suas tradições, por exemplo, a Festa de São

Benedito, assim como seus vínculos genealógicos, agregados a uma identidade diferenciada, ligada à escravidão, a qual construiu um ideal local de comunidade.

Dona Neusa, por exemplo, ao elucidar seu sentimento de pertencer ao grupo e ao local, não se prende apenas aos conceitos geográficos ou geopolíticos. Dessa forma, precisamos compreender o olhar subjetivo, simbólico para um espaço em que o homem estabelece laços afetivos, constrói sua história e concretiza suas relações e representações.

Na Comunidade de Tia Eva este sentimento de pertencimento aflorado, provoca a união dos descendentes, que juntos representariam o valor específico necessário, perante as autoridades do município, dando voz às suas reclamações e reivindicações. Assim, a formação oficial de associação faria o papel de mediadora entre os órgãos públicos e os moradores. Envolveria toda comunidade agindo como uma ferramenta funcional para que se vissem representadas.

1.8 Nascia o sentido de cidadania

A Associação Beneficente de Descendentes de Tia Eva nasce em 4 de julho de 1984. Seu José Roberto Camargo de Souza, advogado e amigo da Comunidade, frequentava a localidade desde a década de 70 e viveu com os moradores as primeiras mudanças e dificuldades enfrentadas na transição dos lotes, na intensificação urbana e na falta de infraestrutura do lugar. Ele nos conta que, junto com outros amigos da Comunidade, incentivou a criação da Associação Beneficente de Descendentes de Tia Eva. Ela seguiu o modelo das associações tradicionais, construindo um estatuto pontuado no objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus associados, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto a idosos, jovens e crianças, com vistas a distribuir, gratuitamente, benefícios alcançados junto a órgãos municipais, estaduais, federais e junto à iniciativa privada.

Por meio da Associação, os descendentes tiveram oportunidade de se aproximarem da política, passando a entender quais eram são os seus deveres e direitos como cidadãos. Seu Otavio Gomes de Araújo nos explicou que, inicialmente, eram duas Associações, a Associação Beneficente dos Descendentes de Tia Eva e o Clube das Mães. A partir dessa iniciativa, conseguiram luz, água, linha de ônibus e a construção da ponte que liga a Comunidade ao bairro Monte Castelo.

Ao analisarmos os livros de registros da Associação, verificamos que as atas se encontram irregulares, sem registro em cartório, e que até 1996 foram feitas em livros diferentes. Algumas das atas estão escritas a lápis e contêm informações sucintas sobre os

acontecimentos durante a assembleia. Tivemos informação de que os primeiros livros de atas desapareceram numa grande chuva que afetou o telhado do salão comunitário. Informaram-nos ainda que a eleição de Diretoria da Associação é determinada pelo estatuto e que, segundo este, deve ser composta por descendentes. Observamos que a maior parte do tempo a liderança fica nas mãos de Sergio Antônio da Silva e de Eurides Antônio da Silva, seu filho.

Seu Eurides expõe, em uma de nossas conversas informais na casa de seu pai (Sr. Michel), que os descendentes precisavam ter uma unidade e que a Associação funcionou muito tempo na informalidade e que “isso precisava mudar, que na década de 90 os movimentos sociais, sobretudo o dos negros estavam a todo vapor e que na Comunidade a coisa precisava acontecer”. Assim, em 15 de maio de 1997, foi registrada em Cartório a Criação da Associação Beneficente dos Descendentes da Tia Eva, uma entidade civil sem fins lucrativos, que presta serviços sociais a seus associados. A diretoria foi assim constituída: Sérgio Antônio da Silva (presidente); Eurides Antônio da Silva (1º vice-presidente); Getúlio Caetano de Barros (2º vice-presidente); Alaíde Batista da Silva (secretaria geral); Sandra Mara Martins dos Santos (1ª secretária); Rildo Ferreira da Silva (tesoureiro geral).

A oficialização da Associação torna-se um marco temporal na Comunidade e traz avanços, assim como reconhecimento na sociedade de Campo Grande da época.

Tendência que cresce graças ao espalhamento e ao crescimento da urbanização da cidade. Sabemos que no Brasil a população urbana, no final do século XX, passa por transformações influenciadas pela globalização acelerada das economias e das culturas, pela intensificação dos intercâmbios sociais trazidos por novas agregações e movimentações, o que cria novos símbolos universais que servirão de marcos referenciais para a criação de novas identidades e de estratégias de sobrevivências das camadas populares e também das elites.

Como apontou Eurides, anteriormente, os movimentos sociais estavam naquele momento fazendo reivindicações importantes como, por exemplo, reforma agrária, desapropriação de terras. Havia debates acirrados entre as camadas populares que pareciam em ebulição. Nesse caminho, vemos também o movimento negro trilhando uma luta de altos e baixos, com batalhas pela igualdade de direitos, pela busca por educação e cidadania.

No que relaciona à Comunidade Tia Eva, as pessoas se dividiam entre o trabalho assalariado na construção civil e no serviço doméstico, deixando em segundo plano a busca pela educação. Brito (2000), professora afrodescendente, afirma em sua dissertação de mestrado, que entre 1987 e 2001 apenas uma pessoa havia concluído um curso universitário e que entre dezenas de jovens descendentes nenhum havia concluído o Ensino Médio.

A escola na Comunidade – concluída em maio de 2000 – existe em consequência de um fato muito curioso, como nos relatou seu Michel. Foi para cumprir uma graça alcançada pela empresária Irany Caovila, que acreditava ter sido curada de grave enfermidade por efeito de milagre de Tia Eva. Então, Irany comprou um terreno e doou para a construção da escola que recebe o nome de Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, em homenagem ao pai de Irany. A escola funcionava, inicialmente, com os ensinamentos Médio, Fundamental, de Jovens e Adultos e o Infantil, ministrado na creche, ao lado. Atualmente a escola atende o Ensino Fundamental I e II, junto à creche que ainda se mantém em funcionamento, com um número de descendentes muito pequeno, o que evidencia a polêmica constante em relação à presença da escola no local e o fato da escola ter atendido à Comunidade. Um conflito constante entre a Comunidade e o estado, que insisti em não adaptar o quadro funcional e a metodologia da escola para especificidades que contemplariam a Comunidade em seu perfil quilombola.

Cabe aqui destacar que, ao analisarmos o modo de organização de vida econômica e social da Comunidade, vemos que ele é marcado de forte consciência social, que leva em conta o bem coletivo, que estimula a busca por diferentes conhecimentos, como o escolar e o universitário, para que os sujeitos se sintam inseridos na sociedade de forma mais competente. Nessa direção, membros da diretoria da Associação começam também a divulgar a história da Comunidade e de Tia Eva para escolas, visitantes e pessoas desejosas de conhecimento, sem que haja interferência de terceiros, diretamente, que queiram modificar o legado deixado por Tia Eva a eles.

A Comunidade parece buscar para si essa força que antes parecia adormecida. Constatamos no acervo de “seu Michel” uma quantidade enorme de publicações na mídia envolvendo os mais diferenciados fatos da história de Tia Eva e de seus descendentes. É como se a inquietação do negro brasileiro tivesse aflorado dentro deles, desejosos por transformações e respostas para indagações que a história ainda não lhes havia trazido.

Ainda sobre a intensa divulgação e presente afirmação nos eventos de imprensa, seu Michel nos mostra o livro que receberam ao participarem no 1º Fórum Pró- Intercâmbio África/ Mato Grosso do Sul, realizado de 27 a 30 de maio de 1993, em Brasília – DF, com embaixadores da Nigéria, Gabão, Senegal, Angola, Togo, Marrocos, Gana, Camerões e Cote’ D Ivoire. Esses embaixadores foram até à Comunidade, assistiram a apresentações culturais, fizeram confraternização entre os povos e finalmente seu Michel e outras personalidades negras foram reconhecidas e registradas como membros atuantes do movimento negro em Mato Grosso Sul, fato que marcou profundamente a Comunidade naquele momento.

Em 1996, a Câmara Municipal de Campo Grande fez homenagem póstuma concedendo o Título de cidadã Campo-grandense a Eva Maria de Jesus (Tia Eva) pelo Decreto n. 368, de 27 junho de 1996, pelos relevantes serviços prestados à Comunidade. Em 07 de maio de 1998, a Igreja de São Benedito é tombada pelo Patrimônio Público Estadual e Municipal, sendo a primeira construção de característica religiosa a ser tombada em Mato Grosso do Sul. Assim, reconhecem que a Comunidade São Benedito¹⁸ possui uma história e que, por meio de suas práticas sociais compartilhadas por várias gerações, construíram seu espaço dentro da sociedade local. Para Castells (1999, p. 435), “o espaço é a expressão da sociedade. [...] Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade, ou seja, o espaço não pode ser definido sem referência a suas próprias práticas sociais”.



FONTE: Arquivo pessoal de seu Sérgio Antonio da Silva. Jornal Comunitário da Vila São Benedito (2001)

A Comunidade ganha, então, cada vez mais visibilidade e noção de cidadania. Em 2000 chega até lá o Projeto Negraeva¹⁹ (voltaremos a falar dele com maiores detalhes no cap. 3) com o objetivo de promover a inserção de um número maior de descendentes na academia. Outro projeto lá desenvolvido é o Projeto Jornalismo Aberto²⁰, da então Vila São Benedito, Bairro São Francisco, que tem o desafio de publicar um periódico local, registrando os acontecimentos

¹⁸ Primeiro nome dado à Comunidade, ainda na estruturação urbana, na década de 1970. Em referência ao ponto principal do bairro, a igreja em menção a São Benedito.

¹⁹ Projeto Negraeva - contemplado no edital do Programa da Fundação Forte – UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), com objetivo de patrocinar a permanência de afrodescendentes no ensino superior.

²⁰ Projeto de Extensão Jornalismo Aberto - Curso de Jornalismo - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coord. Prof. Edson Silva e Márcia Chiad. Fonte: arquivo Prof. Edson Silva - UFMS.

e a história dos moradores. Entre as ações também verificamos a criação de uma rádio local, que funcionou de 2005 a 2008, sob o comando de D. Neusa, com supervisão e coordenação do Prof. Edson. Dona Neusa relata que:

Ihhh, ia longe, Santa Luzia. Marli, Saraiva. Era altão o som.. Fazia os programa no sábado à tarde das 2h às 5h tarde, 1 vez na semana. Eu trabalhava igual uma louca. Era o melhor dia da semana pra mim! (Emocionadas, com olhos cheios d'água)) chegava em casa correndo, ajeitava as coisas e ia pra lá. Eu nisso já tinha escrito o programa, um roteiro correndo das coisa que ia fala. Escrevia muito pouco, porque tenho muito pouca leitura, né. Assim, verbalmente falando eu me viro muito bem.

Dona Neusa acrescenta que convidava outros membros da Comunidade, fazia entrevistas e, emocionada, diz que se sentiam importantes. Ela sentia que, de alguma forma, aquilo lhes era tão precioso, ganhava outros caminhos: “Cada entrevistado se sentia importante e via sua ligação dentro da família e como isso era especial”. Essas ações os faziam conectar-se cada vez mais com o sentido de inclusão, com suas tradições, com suas questões associadas aos direitos territoriais e à noção de pertencimento a discursos que, antes, pareciam ser insignificantes, mas, agora, ganham força e sentido próprio com uma amplitude cada vez maior entre eles. É como se construíssem o jeito próprio de resistência e de reprodução dentro da sociedade. Assim, destaca O’ Dweyer:

A identidade destes grupos não se define pelo tamanho e número de membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Trata-se, portanto, de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. No sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento através das normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (1995, p. 03)

A família tem ali tem seu chão e possui ligações com seus ancestrais, por meio de terras herdadas que se transferem aos que ali se fixam: esposas, maridos, filhos, netos que contraíram matrimônio, embora saibamos que esse reconhecimento não se encaixa no sentido legal de herança. Importante explicitarmos que a composição e a seletividade das memórias trazem para a identificação um caráter coletivo. É nesse sentido que, por meio da memória viva e latente de Tia Eva, as pessoas se representam e se autoafirmam. Em razão disso, em maio de 2003, a Comunidade recebe um busto de Tia Eva feito por Maria de Oliveira (artista plástica) após mais de um ano de estudos. A pessoa que serviu de modelo foi uma bisneta de Tia Eva, já falecida, de nome Nadir Antônia da Silva. Ela tinha o rosto que mais se aproximava do de Tia Eva, conforme descrições feitas pelas memórias contadas pelos mais velhos. O fato é que não havia

nenhuma imagem/fotografia de Tia Eva. Seu Michel nos relatou que eles acompanharam passo a passo a execução do trabalho da artista. As imagens a seguir apontam para a repercussão do fato na mídia local e para o busto de Tia Eva:



FONTE: Foto da pesquisadora



FONTE: Foto da pesquisadora

Percebemos que também referências físicas, como a “igrejinha”, o busto e todo o em torno são para os moradores da Comunidade componentes de grande importância simbólica e política, constituídos pelo respeito a Tia Eva. Uma significação de raiz familiar que estabelece associações de tradição, fé e ancestralidade, marcadas pelo vínculo com a terra e por elos de consanguinidade e compadrio vividos e passados por gerações. A Festa de São Benedito é ponto aglutinador das famílias formadoras do núcleo. Os que ficaram e mesmo os que migraram mantêm valores comuns, transmitidos através das gerações, como os da responsabilidade e o do respeito à fé e às ações deixadas por Tia Eva. Um exemplo é a Associação Beneficente de Descendentes de Eva Maria de Jesus que²¹, desde sua fundação em 1984, agregou elementos repletos de significados, acionados pelos mais velhos relativos à autovalorização, à idealização do passado, sempre contado, mostrado através dos anos de uma maneira que faz parecer ser melhor do que a realidade presente. Então, o modo como esses elementos acionam direitos étnicos, necessariamente reascende o vínculo que lhes impõe a conjuntura formada pela descendência, pela cor, pela origem do território.

²¹ As dívidas do IPTU estão congeladas, pois a fazem parte do processo de regularização das terras no INCRA.

Assim, a tradição, materializada na terra e na promessa deixada por Tia Eva, por vezes contradiz com a realidade vivida pelos descendentes no presente, envolvidos em contextos totalmente diferentes do passado. Contudo, uma memória coletiva que, de certa forma se altera, serve de embasamento para o diálogo nascido, por exemplo, na Associação. Diálogo que traz acontecimentos que margeam a situação caótica enfrentada pela maioria dos descendentes, temerosos por perder a terra para a Prefeitura devido aos altos débitos do IPTU, mas também traz possibilidades concretas em vista de eles possuírem características diferenciadas, que expressam e priorizam as estratégias tradicionais de inclusão, em sintonia com o Artigo 68, aprovado em 1988. A ADCT constitui o que o Estado considera como um dispositivo mais preocupado com o passado do que com o ideal “sobrevivido”, que define formalmente os direitos territoriais de remanescentes quilombolas.

Um distintivo marcado pelos valores mais tradicionais das comunidades, expressos pelos “antigos” e, talvez de modo um pouco modificado, pelos “novos”, mas suficientes para motivar uma mobilização social que culmina, em 29 de fevereiro de 2008, na Certificação pela Fundação Cultural Palmares de Autodefinição, segundo o uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 1º da Lei n. 7668, de 22 de agosto de 1988, pelos Artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas como Remanescente Quilombola, registrado no livro de Cadastro Geral n. 011, registro n. 1016, fl32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria interna da FCP n. 98, em 27 de novembro de 2007, publicado em DO da União n.228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f 29. Desde então, os descendentes reivindicam junto ao INCRA a tão desejada regularização fundiária do território de Tia Eva.

Assinalamos que este capítulo expressa um momento de reconstrução de memórias da Comunidade. Tal processo, segundo Ginzburg (1991, p. 171), vai além das análises macroestruturais oferecidas pela metodologia quantitativa e serial e representadas por tal tipo de fonte, as “linhas que convergem para o nome e que dele convergem, compondo uma espécie de teia de malha tão fina, dão ao observador uma imagem gráfica comparada à de um “tecido social”, no qual o indivíduo está inserido”. Na forma de fazer-se presente na reconstituição efetiva desta Comunidade negra, composta de cada olhar, cada fala, cada gesto, cada riso daqueles que estão presentes ao afirmarem quem são, o que fazem, o que viveram, o que contam da vida de sua principal referência como ancestral, “Tia Eva”, e o que desejam para seus descendentes.

A seguir, o trabalho se volta para a análise mais evidente da constituição da identidade quilombola, buscando entender como ela opera dentro do grupo e como se relaciona com a cor, a religiosidade, o parentesco e principalmente com a territorialidade. Sinais de transformação, os quais sua ancestralidade, representada por cada indivíduo que estão agora em outro tempo, mas continuam ocupando o mesmo lugar.

CAPÍTULO II - QUILOMBAGEM E QUILOMBOS: A COMUNIDADE TIA EVA

2.1 A origem da “quilombagem”

O escravismo nascido nas Américas de forma decorrente das necessidades históricas profundas, consequência da ação do homem. Ciro Cardoso (1988) afirma que a sociedade escravista colonial surgiu da empresa exportadora e se estruturou em função das características e exigências desta tal empresa, que se traduz na decisão consciente dos colonos e das metrópoles, na organização do tráfico e nas políticas coloniais. Instrumentos essenciais, que só se viabilizaram a partir da permissão desta exploração escravocrata do grande latifúndio e da exaustão do trabalho. A opressão e exclusão, que transcenderam três séculos, fez do termo “negros”, um sentido proposital de anulação de sua diversidade étnica, omitindo as peculiaridades, que cada grupo trouxe de sua origem africana. A resistência foi a alternativa encontrada por parte dos negros do período escravocrata para manterem suas raízes. Na formação dos quilombos e dos povoamentos que se formaram ao longo tempo no Brasil, a resistência dos negros foi se acentuando e acabava se apresentando como uma arma ilegal, mostradas através de fugas, revoltas, suicídios, mortes e até em negociações com seus proprietários em troca de terras.

Ao falar da origem dos quilombos temos que mencionar o quilombo dos Palmares²², fazer a menção aliada as relações traumáticas do cativo, que “representa este local como uma volta a África, que cada trabalhador escravizado arrancado de suas origens e da liberdade roubada, uma referência segura, embora ao mesmo tempo perigosa”. A Confederação dos Palmares, se descreveu:

[...] em uma extensão de 50 a 90 léguas mais ou menos, abundantes de palmeiras, [...] aí tinham negros um certo governo temporal, uma certa administração da justiça, as suas povoações eram fortificadas, embora toscamente, tinham armas para sua defesa; e entregavam –se também a cultura, sobretudo dos gêneros de primeira necessidade. (FIABINI, 2005, p. 53)

²² Foi o mais famoso quilombo que existiu no período colonial brasileiro. Local onde os negros que fugiam da escravidão se escondiam. Ficava localizado na serra da Barriga, Capitania de Pernambuco, região que hoje pertence ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/quilombo%20dos%20palmares/2176/>. Acesso 25 jun. 2018.

Os autores são conscientes de que em geral, as fontes documentais referentes a estes mocambos são muito escassas. Contudo, as informações sobre Palmares e outros resumem –se a muitos relatos de viajantes aventureiros, algumas documentações administrativas civis, e sobretudo, relatórios de militares e civis que se esmeraram em aniquilar os quilombos. Conclui a historiografia que este quilombo foi um fenômeno, um acontecimento particular, seja qual visão que for descrito. “O mocambo era uma resistência, sobretudo cultural, reafirmação da cultura e do estilo de vida dos africanos, que ocorria principalmente em momentos de crise do sistema” (FIABINI, 2005, p. 51). O Quilombo dos Palmares e seu herói Zumbi ganharam um papel ilustre dentro do contexto simbólico de resistência, diante de uma liberdade consentida, pois sabemos que não veio alterar consideravelmente a situação do negro no Brasil, que claramente se manteve excluído dos mais fundamentais direitos de cidadão.

No Brasil tais comunidades intitularam – se “mocambos” e depois “quilombos”, é sabido que estas nomenclaturas já se referiam a acampamentos improvisados por motivos de guerra ou apresamentos de escravizados na África Central.

O termo quilombo só aparece na documentação colonial no século XVII. [...] as comunidades fugitivas foram denominadas ao mesmo tempo de mocambos na Bahia e quilombos em Minas Gerais, e o termo quilombo apareceu em Pernambuco somente a partir 1681. (GOMES, 2015, p. 10- 11)

Mas o Conselho Ultramarino se ampara em características bem definidas para conceituar a palavra quilombo, compreendeu o quilombo como “ fuga dos negros”, ou seja, a formação do que chamava de quilombo, em 1.740 era por negros fugidos, desconsiderando a possibilidade de formação de grupos de negros por questões culturais ou relação de pertencimento à terra. Definiam uma quantidade mínima de fugidos, ignorando números menores que cinco, de forma a tabelar a formação de grupos de negros pela quantidade. Outra era o isolamento geográfico, levando-se à noção de marginalidade, local distante da civilização. Em seguida relacionava à forma de habitação de quem reside em local isolado, nos ranchos e por última, a característica que se relaciona com a inexistência símbolos de autoconsumo de alimentos e relações comerciais em mercado rurais, como o arroz. Entretanto, a situação de isolamento era descaracterizada pelas “[...] transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas, tornando-as mais viáveis porquanto acatadas pelos segmentos sociais que passavam a interagir” (ALMEIDA, 2011, p. 60). Havia sim uma interação, que era necessária à própria sobrevivência, continuidade e amplitude do processo de revolta contra o sistema escravagista, mantinham uma relação

próxima com a sociedade, relações comerciais clandestinas, e mas iam além da troca de informações entre senzalas e quilombos e até mesmo relações afetivas.

Este isolamento apontado pelo Conselho Ultramarino definia que a área do quilombo era falsa, pois havia uma relação social intensa, por vezes com violência em situações de tomada a força de produtos de engenhos, mas também de forma pacífica, na troca de produtos para alimentação e até pequenos comércios nas imediações do quilombo (ANDRADE, 2001, p. 83).

A ideia de isolamento traduzida pelos portugueses poderia significar para eles um distanciamento da sociedade controladora sob o ponto de vista da submissão, mas não da relação cotidiana fora do quilombo. Constatando-se, portanto, que a definição feita pelos portugueses não retratava a realidade dos quilombos, sendo utilizada para caracterizá-los por estereótipos, ou seja, de realidades desconhecidas à época. O que se deduz, é que havia sim as fugas, mas elas apesar de constantes, eram uma marca do fortalecimento e união deles contra o sistema e garantia de sobrevivência e autonomia dentro do processo de luta e resistência negra.

A economia destes quilombos girava em torno da produção diversificada, que ia do feijão, mandioca, arroz, milho, algodão, cana e fumo. Outras atividades como a produção de farinha de mandioca, fabricação de cerâmica e cachimbos e outros utensílios também eram produzidos e chegavam a ser comercializados, mostrando que havia uma relação com intermediários. “A base econômica funcionava em termos de produção e comercialização (...) Cativos e libertos construíram práticas econômicas a partir das quais se interagiram”. Para Flávio Gomes (2015), “ao fugir e se aquilombar, ainda que ‘sem conscientização’, os escravizados acabavam por ‘dinamizar a estratificação social’ sob o cativo, já que sua força de trabalho deixava de ser simples mercadoria”. Escravos frequentavam feiras e mercados locais aos sábados e domingos, em seus dias “livres” costumeiros, onde montavam “quitandas” e vendiam produtos de suas roças. “Lá podiam encontrar quilombolas com o mesmo objetivo: estabelecer conexões mercantis” (GOMES, 2015, p. 28). Grupos que desenvolviam práticas de resistência numa manutenção e duplicação de seus modos de vida definidos, cuja a identificação se resume na referência histórica comum, baseada nas vivências e valores compartilhados. Acentuava assim, a constituição do campesinato tão constante e comum dentre estas populações, que relacionadas as atividades econômicas destes pequenos lavradores, soldados, desertores, escravos e libertos, indígenas e vendedores.

O termo “Quilombo” continuou durante muito tempo ainda, como um uso restrito e quase exclusivo a historiadores e especialistas, que por meio de uma vasta documentação estudada disponível e inédita, passou a trazer novas perspectivas e abordagens, nascendo assim,

as recentes interpretações sobre esta denominação. Ao analisar a etimologia do termo quilombo vemos que ele tem sua origem na língua Bantu.

A palavra quilombo/mocambo para a maioria das línguas bantu da África Central e Centro Ocidental quer dizer “acampamento”. Em regiões africanas centro-ocidentais nos séculos XVII e XVIII, a palavra kilombo significava também o ritual de iniciação da sociedade militar dos guerreiros dos povos- imbangalas rituais de iniciação. (GOMES, 2015, p. 10)

A importância e a extensão das fugas e os “aquilombamentos” determinaram profundamente a história política, social, econômica, demográfica e cultural do Brasil.

Para Kabenguele Munanga,

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade: negros, índios e brancos, prefigurando um modelo de democracia plurinacional que o Brasil ainda está a buscar. (2001, p. 30)

A relação com a ancestralidade, demonstrada no uso da terra, na forma de organização social e nas manifestações étnicas e culturais, talvez modificadas pelas estruturas da colônia regida pela exploração e castigo. Nesta perspectiva que se norteou a o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1994, que tinha como objetivo dar um novo sentido ao termo “quilombo”, documento publicado em 1995, que teve a finalidade de chamar a atenção para as necessidades específicas locais, culturais e étnicas das comunidades. Criando um modelo padrão de classificação para cada comunidade negra como quilombo ou não, pois:

O termo quilombo tem assumido²³ novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil (...). Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram

²³ Documento confeccionado a partir de um encontro feito entre os 17 e 18 de outubro de 1994, no Rio de Janeiro, com a presença de Ilka Boaventura Leite, Neusa Gusmão, Lúcia Andrade, Eliane Cantarino O’Dwyer e João Pacheco de Oliveira.

práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (...). No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (ABA, 1994, p. 81)

Uma realidade sentida pela identificação seletiva dos antepassados, uma fonte de sentimento de pertença pelo qual se manifesta, positivamente, a identidade étnica. Eventos históricos sobre a formação dos quilombos durante o período escravocrata, apresentados numa temporalidade marcada, não construída linearmente, mas descrita pela diversidade de tantas famílias que vieram para o Brasil em diferentes momentos através do tempo. O que ocasionou uma nova releitura para o conceito de “quilombo”, que passa a traduzir a história viva das lutas específicas de cada uma destas comunidades. Diante de uma nova reflexão sobre os processos de construção moderna do Brasil referentes aos espaços políticos legais estabelecidos. Andrade e Treccani (1999), apresentam uma discussão sobre os termos jurídicos do artigo 68 do ADCT, que conclui que é a transição da condição de escravo para camponês livre o centro do novo conceito. Esclarecendo que, a regularização das terras de quilombos não é uma questão apenas cultural, mas territorial. Muito bem, ilustrada na operação da “questão agrária” sobre a atribuição do Instituto Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Uma noção ampla de que no plano institucional a questão das comunidades quilombolas, devem ser obrigatoriamente analisadas simultaneamente em duas dimensões tanto cultural como fundiária. Sustentando a razão política presas a materialidade histórica, assim como a dimensão simbólica, apresentada na intervenção da tradição, a auto atribuição e a manipulação da identidade, que está aliada a nova base histórico nacional, que reconhece o surgimento destes novos sujeitos.

O Estado-Nação brasileiro a partir do século XX, constituiu-se novos empreendimentos definidos não apenas pelo Estado, mas também pelos conceitos capitalistas, que rodeavam o novo sentido “modernizador” do país. Assim, o poder absoluto não descartou o duvidoso, nem o igualou, pelo contrário diferenciou e classificou as práticas diversas, destacando as formas de se “fazer história”, que após a Constituinte de 1988, segundo seus autores, estabeleceu uma nova ordem jurídica diversificada diante das anteriores, inaugurando um novo Estado. “Os direitos culturais protegidos pelo Estado brasileiro, no caso “indígenas” e “afro-brasileiros”, e de outros “grupos”, com a “valorização da diversidade étnica e regional” (BRASIL, 1988, p. 139-140, artigos: 215 e 216), alterando consideravelmente o antigo conceito do passado. Orientando suas ações e significados produzidos em cima do reconhecimento dos direitos

diferenciados de cidadania, os quais foram interpretados, enquanto organização social com práticas comuns de comunicação. Ao orientar suas ações e produzir significados nestes contextos, indivíduos e grupos são movidos por visões de mundo, representações e relações sociais que configuram e filtram suas experiências. Fatores fundamentais, que se ressaltam pelo sentido etnográfico, pré-definido pela conexão com passado (BARTH, 2002).

Um conjunto de ações seculares, de luta pela terra articulada com as vivências e experiências da escravidão e período pós-abolição. Marcadas pelos descendentes que ocupam as terras herdadas, seja como doação pelos seus senhores ou outras formas de aquisição. Terras que representam a participação destes ancestrais dentro de processos de luta, que se espalharam por todo território. Nos últimos anos forçadas a obedecerem a restrições, que acabam por protelar e dificultar a concretização e efetivação das conquistas destes grupos ao seu território. Segundo O'Dywer (2006), tais restrições são impostas na contramão do pleno exercício dos direitos culturais, como preconizam os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual as chamadas “necessidades territoriais” compreendem os espaços necessários à preservação e reprodução de práticas culturais, modos de vida e territorialidades específicas. Arruti (2006) também diz que o desconhecimento dos constituintes acerca do número, situação e localização das comunidades ajudou a aprovação do artigo. Além disso, os constituintes, no calor daquele momento, tinham medo da pecha de racistas. Quilombos e mocambos do passado e do presente que estão por aí, em todo o Brasil próximos as grandes cidades ou já dentro delas, constituindo comunidades negras “remanescentes de quilombo” da época da escravidão ou pós-abolição ou ainda de comunidades negras formadas ao longo de décadas, que insistem em manter seus modos de vida tradicionais herdados de seus ancestrais, que hoje potencializam a participação e o desenvolvimento da população negra do Brasil a partir de sua história e da sua cultura.

2.2 Mato Grosso do Sul e o “Parecer Quilombolas”

No Mato Grosso do Sul, a partir 2007 as discussões e conflitos se intensificam, entre as comunidades negras rurais quilombolas, governo do estado, Sindicatos Rurais, Prefeituras (Nioaque, Dourados e Sonora), grandes proprietários de terras e a Federação de Agricultura e

Pecuária de Mato Grosso do Sul/ FAMASUL²⁴ e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul/ IHG- MS.²⁵ Chegando a emitirem o Parecer em 10 de setembro de 2008, escrito por membros do IHG/MS, denominado “Parecer Quilombolas”²⁶. Declarando não reconhecer a presença de comunidades remanescentes de quilombolas em Mato Grosso do Sul. Santos (2014) afirma em sua tese, que esse Parecer está pautado no conceito Ultramarino de 1740, conforme discutimos as bases anteriormente. Este parecer foi aceito e serviu de base para deslegitimar todas as comunidades quilombolas do estado. E com apoio e aval, do então, Governador André Pucinelli, por meio do Ofício PGE/ SEMAC/CJUR/IMASUL/N.002/09, ganhou “status” na imprensa e legalidade dentro dos âmbitos da administração pública estadual e sindicatos rurais de todo estado. Como o jornal “O Progresso”²⁷ e reproduzida pelos jornais on-line: “douradosagora” e “newtimems” traz como título: “Estudo descarta quilombo em Dourados”. Algumas reportagens chegam a afirmar: [...] segundo o “ Parecer Quilombola” do IHG/MS, “ a própria região onde hoje está localizado o Mato Grosso do Sul nunca chegou a explorar a escravidão e as juntas de emancipação das principais vilas do sul do Mato Grosso nunca trataram da questão escravagista ou fizeram alusão a quilombos. (SANTOS, 2014, p. 24 -25)

As consequências destas ações acionaram os movimentos sociais negros e entidades representativas do movimento quilombola, representadas pelas associações das comunidades negras rurais quilombolas do estado. Então, se organizaram e publicaram e no dia 13 de março 2009, em resposta ao “Parecer Quilombola”, um Ofício/Manifesto n. 01/09/FPEMN/MS, neste assinaram membros do Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro/MS- Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas Rurais de MS CONERQ/MS e o Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira –ICCAB, negavam a veracidade das afirmações feitas pelo “ Parecer Quilombolas” e atos da SEMAC e FAMASUL. Organizaram-se em defesa dos direitos quilombolas num discurso unificado, reprovando o apoio do governo estadual, que atende prontamente as exigências da FAMASUL. O Fórum se defende apoiado na diferenciação

²⁴ Entidade Sindical congregando atualmente 69 sindicatos rurais. Foi constituída em 29 de outubro de 1977, e fundada efetivamente com a assinatura da Carta Sindical, pelo Ministério do Trabalho, em 22 de fevereiro de 1979. Disponível em: <http://portal.sistemafamasul.com.br/institucional/>. Acesso 04 dez. 2017.

²⁵ O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul é uma instituição cultural do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, fundado no ano de 1978. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=instituto+historico+e+geografico+de+campo+grande+ms&oq=instituto+historico+e+geografico+de+campo+grande+ms&aqs=chrome..69j0l4.9908j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso 04 dez. 2017.

²⁶ Publicado desde 16 de novembro de 2008. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/99995-revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-mato-grosso-do-sul.html>. Acesso 04 dez. 2017.

²⁷ Jornal “O Progresso”, 29/12/2008. Disponível em: <http://www.douradosagora.com.br>. Acesso 04 dez. 2017.

entre os conceitos do termo quilombo histórico definido no “Parecer Quilombola” e de Remanescentes das comunidades dos quilombos, tratado no Decreto nº 4887/03. Representando em MS de forma muito explícita a diferenças sociais e modelos claros de um jogo interesses econômicos, sociais políticos.

Percebe-se prontamente que este discurso acionado pela FAMASUL e HGB/MS e órgãos estaduais vem tentar desconstruir todas as reivindicações feitas pelas comunidades de remanescentes de quilombolas de Mato Grosso do Sul, embasado pela ideologia intencional de manter o que Bourdieu (1994) para o autor, esta reprodução julga mudanças incessantes e renovação permanente, chama de “status quo” de dominar e manter relações sociais de todo estado. Este comportamento desperta como um discurso a não modificação da estrutura social. Como afirma:

A vida social ou vida do mundo social não é outra coisa senão o conjunto das ações e das reações tendentes a conservar ou transformar a estrutura, ou seja, a distribuição dos poderes que a cada momento determina as forças e as estratégias utilizadas na luta pela transformação ou conservação e, em consequência, as possibilidades que essas lutas têm de transformar ou perpetuar a estrutura. (BOURDIEU, 1994, p. 40)

Os embates entre as redes sociais, de um lado a chamada “elite agrária” (FAMASUL e proprietários de terras) e do outro todo Movimento Negro e Quilombola de Mato Grosso do Sul reivindicantes do direito à terra. Segundo Santos (2014), o que inicialmente provocou este empasse, foram os estudos regularização fundiária iniciados pelo INCRA nas terras da comunidade negra rural quilombola Dezdério Felipe de Oliveira. A localidade conhecida como “Negros da Picadinha²⁸” fica no município de Dourados, uma região de grandes proprietários de terras Dezdério reivindicavam uma área de 3.900 hectares, adquiridas em 1930 pelo ex-escravo Dezdério Felipe de Oliveira. A área foi reconhecida e ampliada pelo INCRA em novembro de 2014, com portaria publicada Diário oficial em 2015. Devido, a sua área ser de grande potencial econômico para todos estes proprietários, foram vítimas de muitas ameaças, que culminaram neste debate inédito no Brasil promovido pelo IHB/MS. (SANTOS, 2014, p. 27). Vale exaltar que o interesse do IHGB/MS nessas discussões era somente o de manter o discurso explícito do “Parecer Quilombola”, que nos dá entender anulação da presença quilombola.

Só a ponto de esclarecimento de dados, em todo o Brasil, são 2.465 certificados emitidos para 2.890 comunidades quilombolas, Mato Grosso do Sul ainda permanecem algumas em

²⁸ Referência popular na cidade ao identificar o grupo.

áreas rurais e outras em meio ao crescimento urbano da capital. Como sabemos, os sinais da escravidão em nosso estado iniciaram no sul do estado do Mato Grosso, trazidos por mineiros, chegando a região, hoje se denomina Mato Grosso do Sul, onde podemos encontrar comunidades quilombolas em Aquidauana, Bandeirantes, Bataguassu, Bonito, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dourados, Figueirão, Maracaju, Miranda, Jaraguari, Nioaque, Paranaíba, Pedro Gomes, Rio Brillhante. (BRASIL, 2017, texto online)

Conforme tabela abaixo no Mato Grosso do Sul relacionamos as seguintes comunidades quilombolas:

QUADRO I - COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CIDADE	NOME DA COMUNIDADE	DATA DO AUTO RECONHECIMENTO PELA FCP
DOURADOS	Picadinha/Comunidade Negra Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira*	19/04/2005
MARACAJU	São Miguel	19/04/2005
CORGUINHO	Furnas da Boa Sorte*	25/05/2005
JARAGUARI	Furnas do Dionísio*	25/05/2005
CAMPO GRANDE	Chácara Buriti	19/08/2005
FIGUEIRÃO	Santa Tereza	19/08/2005
PEDRO GOMES	Família Quintino	19/08/2005
RIO NEGRO	Ourolândia	19/08/2005
SONORA	Família Bispo	19/08/2005
TERENOS	Comunidade dos Pretos	19/08/2005
NIOAQUE	Família Cardoso	12/05/2006
NIOAQUE	Comunidade Negra das Família Araújo e Ribeiro	09/11/2005
CAMPO GRANDE	Comunidade Negra São João Batista	07/06/2006
AQUIDAUANA	Furnas dos Baianos	07/02/2007
RIO BRILHANTE	Família Jarcem	02/03/2007
CAMPO GRANDE	Eva Maria de Jesus Tia Eva (Vila São Benedito)	05/03/2008
CORUMBÁ	Ribeirinha Família Osório	06/07/2010
NIOAQUE	Ribeirinha Família Bulhões	17/06/2011
NIOAQUE	Ribeirinhos Família Romano Martins da Conceição	17/06/2011
CORUMBÁ	Maria Theodora Gonçalves de Paula	22/12/2011
BONITO	Águas do Miranda	03/09/2012
CORUMBÁ	Família Campos Correia	01/04/2013

TOTAL		22
--------------	--	-----------

FONTE: Fundação Cultural Palmares, 2013.

As relações sociais entre negros e não negros, pautadas na violência cotidiana reforçam a invisibilidade social e falta de referência. “O ser negro não incidindo de modo profundo sobre a configuração da sociedade, nela não encontra referências positivas, essenciais à construção afetiva da pessoa e de sua autoestima”. (BANDEIRA, 1991, p. 26). Nesta perspectiva, a luta pela terra significa não somente o embate entre a ideia de propriedade privada que o direito aceita como válida, mas também a confirmação de que os negros são sujeitos de direitos e como tais necessitam da compreensão do uso da terra de forma grupal, em um processo de consciência da pluralidade de nações brasileiras e por consequência, da diversidade cultural que repercute social e juridicamente na busca pelo reconhecimento da cidadania. (GUSMÃO, 1995, p. 71). A relação de distribuição e apropriação do Estado brasileiro com as terras dos negros, portanto, corresponde à maior das injustiças sociais vividas, com a consequente falta de acesso às garantias mínimas de sobrevivência digna, além da invisibilidade de suas lutas perante o poder dominante, que se inicia com a diáspora, em condição de mercadoria enviada ao Brasil para servir de escravo, a negativa de toda e qualquer manifestação cultural identitária pela força ideológica imposta, a subjugação e a marginalização do negro mesmo após a ilegalidade da escravidão. As violações de direitos e a consequente invisibilidade, portanto, iniciaram-se, sem perspectiva de término.

Se apresentando de forma contraditória todo o acervo normativo histórico de violação dos direitos humanos dos quilombolas, entre eles o direito ao território, pois como visto, a legislação de terras tanto em contexto nacional quanto no estado de Mato Grosso do Sul foi imbuída de reflexos ideológicos escravistas e insistem manter os negros no campo da invisibilidade, expropriando-os de suas terras tradicionalmente ocupadas, ao mesmo tempo que, há um aparato normativo em esfera internacional, nacional e estadual que garante, neste outro cenário histórico, o direito ao território, ainda carregado que ranços ideológicos permanecem, podendo-se dizer que houve um pequeno avanço do processo de invisibilidade expropriatória dos negros. Conclui-se que quilombismo é mais forte, do que o reconhecimento de um direito é uma inspiração de luta e resistência.

O território é um lugar onde acontecem todas ações, é no território que nasce a ideia de Estado nacional, de referência de identidade e de nação. Para uma comunidade negra, o território, não é apenas um legado pela via de herança, há uma ligação lógica, que inclui e

também exclui membros, pelo pertencimento e pela garantia da continuidade tradicionalmente agregada aos descendentes de cada linhagem e seus representantes.

2.3 A territorialidade e os direitos à terra ancestral

A identidade é o sentimento de pertencimento, uma relação profunda com o que nos pertence. Para Milton Santos, o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. Assim, a existência pode ser interligada com as inúmeras relações sociais simples ou complexas produzidas dentro do espaço, que de algum modo produz valor a cada pedaço de chão atribuído a aquele grupo social. Fica claro, que o conceito de território migra por várias concepções e referenciais teóricas, como o binômio materialismo e idealismo, vinculado entre sociedade – natureza ou as dimensões sociais selecionadas (econômica, política e cultural). A historicidade que abrange toda e qualquer sociedade em períodos e espaços diferentes, mas relacionados ao mesmo tempo em seu carácter absoluto ou relacional ou ainda social - histórico. Respeitando, sobretudo, a posição filosófica a quem estiver vinculado o pesquisador, seja um sentido econômico, material ou nas dimensões simbólicas sociais e culturais. Mas acabam ao mesmo tempo se reconhecendo nesta mesma perspectiva.

A interligação do território com a natureza é evidente e antes de mais nada se apresenta como uma fonte de recursos de existência. Uma noção influenciada pela experiência territorial das mais tradicionais sociedades ao longo da história. Dentro desta perspectiva “material” do território é necessário considerar esta dimensão “natural”, porque nos é revelada uma apropriação simbólica que a compõe, na qual as sociedades ao se instalarem em um determinado território parecem juntos compartilhar as suas reproduções de vida e os recursos dos quais eles dependem naturalmente. Neste sentido, a ideia de território é mais muito mais ampla, que vem compreender um olhar subjetivo, símbolo de um espaço em que o homem estabelece laços afetivos, concretiza representações e relações com sua história e com sua identidade. Pierre Bourdieu (1989) nos acrescenta ainda, que os elementos língua, arte e ciência como os instrumentos de conhecimento que formam um sistema simbólico capaz de estruturar a identidade de um povo. Para o autor, “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social [...]” (BOURDIEU, 1989. p. 8-10).

Portanto, território e territorialidade negra possuem um sentido para além do espaço físico. São, também, espaços políticos e de dominação antiescravista, de visibilidade.

Desta forma, quilombo ou remanescentes de quilombo, termos usados atualmente para se conferir direitos territoriais, de acordo com a Constituição de 1988, o termo quilombo passa adquirir uma significação avançada, ao ser inscrito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que conferem a denominação da ocupação de suas terras, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. Saberes pontuais, que em sua maior parte, não combinam com definições científicas ou governamentais, mas que tomam por referência não apenas o modo de vida, as atividades sociais, assim, como os laços de parentesco e vizinhança, relações de solidariedade, “irmandades” e reciprocidade entre eles. Num contexto mais amplo, seria uma alternativa de assegurar existência social e cultural destes grupos que reivindicam ao Estado seus direitos pela posse da terra. Trazendo para palavra “remanescente” a função de desmitificar a questão das continuidades e descontinuidades históricas que o termo “descendente” não abrangia, além de introduzir uma identificação com relação ao quilombo, pois o que passa a estar em pauta não são as reminiscências de antigos quilombos, mas também para as comunidades que reivindicam serem reconhecidas como remanescentes de quilombos, ou seja, formações sociais, grupos de pessoas organizadas para garantir seus direitos, principalmente os relativos à terra. De acordo com Arruti (2006, p. 82) “o termo ‘remanescente’, no caso dos quilombos, pode servir, ao final, como expressão formal da ideia de contemporaneidade dos quilombos”. Era necessário designá-los para que se fizessem visíveis, e transformar essa nomenclatura para que ela fizesse sentido e se complementasse. O artigo 24 do ADCT redigido desta forma:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando as suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ficam tombados os sítios detentores de reminiscências históricas, bem como todos os documentos dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988, p. 1499)

O reconhecimento do domínio destes territórios é muito mais do que a materialização de uma política fundiária, pois se transformou em um elemento de defesa da cultura afro-brasileira, dando origem a um novo social mapeamento baseado numa matriz étnica, fundamentado na ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida no passado num passado remoto. Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a

garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. De acordo com Sanchez (2004, p. 41) a denominação ‘remanescente de quilombo’ é muito mais o que se poderia chamar de uma identidade política do que um real auto reconhecimento. Contudo, isso não desqualifica a luta dessas comunidades, muito pelo contrário, as torna mais conscientes do seu papel na sociedade. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. “Quilombos contemporâneos são os grupos étnicos raciais, com histórias ligada ao passado escravista, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto nº 4.887, BRASIL, 2003).

A partir desta nova dimensão para o significado do termo quilombo, milhares de comunidades negras se viram aptas a conquistar a titulação das terras. Em sua estrutura regimental a temática quilombola é tratada pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

2.4 Comunidade Tia Eva e sua territorialidade

Desta maneira, a comunidade Tia Eva pode se encaixar em um perfil específico, o qual se verifica em milhares de outras comunidades de descendentes de quilombolas por todo Brasil. Denominada por Almeida (2004) como “ocupações especiais” as chamadas de uso comum, que não se equivale a “terras coletivas”, mas sim a forma de sua utilização que faz combinações diferenciadas entre o seu uso e sua propriedade e entre o caráter privado e comum, que percorre os fatores étnicos, de parentesco e de sucessão, ligado aos fatores históricos, a sentidos identitários específicos e por fundamentos político-econômicos de organização, que culminam em práticas e representações singulares. Caracterizado aqui por Almeida:

Assim ficou aparentemente firmada a expressão oficial “ocupações especiais”, que designava, entre outras situações, as chamadas terras de preto, terras de santo e terras de índio, tal como definidas e acatadas pelos próprios grupos sociais, que estavam classificados em zonas críticas de tensão e conflito [...]. As situações de conflito levaram ao dissenso em torno do conceito de quilombo e dos procedimentos operacionais, revelando o grau de organizações das forças sociais que recusam o caráter restritivo e limitante do único instrumento legal produzido após a abolição de 1888, o qual se refere a direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes. (2004, p. 45)

Assim este desdobramento, que se demonstra singular e limitado, ligado a toda dificuldade de reconhecimento de terras de remanescentes de quilombola tratada no artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que deve ser considerada, mais claramente como uma atitude de inclusão social dos remanescentes pelo reconhecimento do domínio de suas terras. Como uma suposta de reparação pela “dívida” acumulada pela reprodução histórica, pela ampla negatividade de suas consequências na sociedade brasileira. A partir deste dispositivo a Constituição Federal vem autorizar o reconhecimento dos direitos étnicos. Permitindo o surgimento de indivíduos políticos, que antes pareciam invisíveis perante a sociedade: as comunidades quilombolas.

A comunidade Tia Eva diante desta nova perspectiva se colocou posicionada diante da importância social e efetiva, que lhes cabia, que não lhes parecia evidente, só depois percebendo que haviam elementos fundamentais suficientes e indispensáveis para garantir a afirmação e a continuidade das tradições, ao sentido de pertencimento e afetividade de seu grupo social e que se organizaram com objetivo de se constituírem como como uma “ comunidade de remanescentes quilombolas”, no seu caso, urbana e tradicional como tantas outras. D. Neusa se recorda da sua infância nitidamente e diz:

Eu nasci aqui, neste lugar, onde era a casa da minha vó. Onde era a casa minha mãe antes era casa da minha Tataravó Bastiana (filha da Tia Eva). Ali fora onde tem um poço, posso te mostrar depois. Eu fui criada aqui, eu cresci aqui. A gente sempre teve uma fixação muito grande neste lugar, nasci aqui e fiquei até os 5, 6 anos. (...). E aí, morava fora mas eu sempre vinha. Logo, que eu casei fui morar na Popular. Mas nas festas eu nunca deixava vim. Tinha ano que não dava pra gente vir, porque tava longe nas fazendas. Mas quando dava a gente tava sempre junto, né. Naquele tempo não havia este negócio de reportagem estas coisas, sebe. As “coisa” era muito difícil. Agora depois que casei. Morei no Oracília e outros lugares, mas tava sempre aqui nas festas, ajudando participando. (...) Mas a gente não vinha só por causa da Festa a gente vinha pra trabalhar, vinha ajudar, na participação, mesmo. Não por causa da festa, de dança da música, mas pra participar mesmo. Eu sempre fiz isso. Quando depois eu mudei do Oracília pra cá de vez, mesmo. Daí, assumi a igreja, cuido da limpeza, agora sou que tô cuidando ainda. Minha Mãe (Nazira) também voltou e ficou um tempo cuidando (...).

Como podemos observar através das memórias de D. Neusa, eles receberam traços fortes do enlace construído pela trajetória familiar, verificada através das narrativas dos “mais antigos” entrecruzamentos familiares, intensos com a ancestralidade ligada ao espaço ocupado pelas gerações antigas, quando ela diz “a gente sempre teve uma fixação muito grande neste lugar”, que mesmo com incorporação de pessoas de fora ou da sazonalidade de alguns membros da família a comunidade nunca perdeu a conectividade, que forma uma trama muito complexa, configurada no pleito pelo reconhecimento e titulação de suas terras. Descendentes herdeiros

de uma promessa de fé a São Benedito, representada na tradicional realização anual da festa partilham com seus netos, sobrinhos, filhos e filhas, não só através de suas relações familiares intensas, que vão além, guardam um parentesco com a luta pela propriedade e pela identidade na tentativa de não deixar se acabar o que eles têm de mais valioso, e que se transfere uns para outros há tantas gerações.

Durante tantos anos estiveram reduzidos ao mínimo de suas posses e de suas referências sociais, pareciam viver além do tempo e do ritmo da cidade. Envoltos aos seus laços internos, que agregavam cada mais a numerosa família. Atravessaram um período longo de mais ou menos quase 30 anos, em que as terras não tinham a documentação oficializada, período entre a morte de Tia Eva e o processo de inventário. Houve um tempo, no qual as lideranças não pareciam ter conhecimento, nem apoio de outros para tal tarefa, havia uma desregulamentação generalizada, onde maioria da arrecadação de impostos não era feita e muitas vendas obscuras e heranças não eram regularizadas. Assim a situação dos “lotes”, agora classificados e numerados de 1 a 19 foi ganhando uma proporção muito grave de endividamento, ocupação indevida, vendas e revendas informalizadas muito bem descritas pelos senhores Sérgio (Seu Michel) e Otavio (Seu Tuti), membros mais antigos, portadores de uma responsabilidade quase paterna por cada família de descendente de Tia Eva. Demonstrada a cada instante, que podemos conviver com eles e nas longas conversas ao longo do período de pesquisa.

Certa vez, Seu Otavio nos relatou vários casos relacionados as negociações de compra e venda e posse dos terrenos de heranças dos descendentes de Tia Eva, dentre muitos destacou um caso muito curioso, que nomeia como: a história da Japonesa, ele conta que ela teve a capacidade de apresentar uma escritura assinada em nome de Tia Eva, com uma data, que marcava quase 50 anos depois da sua morte, neste caso a polícia entrevistou em favor da Japonesa autenticando a falcatura e seu primo herdeiro legítimo foi expulso do terreno, o caso ainda tramita na justiça, devido exatamente pela falta de provas e documentações precisas que provem posse das terras em nome do descendente(primo). As terras já não estão em total posse dos descendentes da comunidade, existem muitos relatos de irregularidades nas negociatas e isso gera ainda mais dificuldade no que tange o processo de titulação. Ele ainda nos afirma, que como as famílias são muito extensas, os lotes têm ocupações improvisadas e que causando inúmeras confusões e acusações entre eles. Como aqui nesta parte da entrevista ele cita um exemplo: “Como ali a esquina não é deles, do Neto da Veia Eva. Ele já morreu. E não foi feito o inventário. Vai só acochando e tem pobreza e tem pessoas que tá viva e tem filhos. Igual uma Neta da Veia Eva. Não mora aqui e já venderam o terreno dela”.

Assim, existe inúmeras situações, que são contornadas na informalidade, na expectativa de que no futuro com a finalização do processo tudo se esclareça e se acerte. Ele nos conta que se sente muitas vezes impedido de agir, como se refere em sua narrativa “de mãos atadas”, é como se a terra fosse nossa, mas ao mesmo tempo não podemos ter a segurança de ficar aqui. Muitas vezes se mostrou sério e arisco, não se mostra tão acolhedor e otimista, pelo fato de defender outro tipo de posicionamento perante a comunidade, tiveram dificuldade em aceitar nossa proposta para esta entrevista. Sua filha Lúcia e ele também já estiveram à frente da Associação, e se comportaram segundo seus princípios, o qual ele nos explica e repete por várias vezes:

O sistema deles trabalhar é um e o meu é outro. “Eu dou de César o que é de César”. Como quando a Prefeitura determina alguma doação para Comunidade, eu não aceito que venha na minha casa. Se pergunta pra quem vai distribuir: Mando por no Salão e lá distribui, mando dá pros mais necessitados. Eu não entro, dou pros mais necessitado. Este é meu sistema de trabalhar.

Um processo de identificação implica a movimentação coletiva do grupo, simultaneamente, como sujeitos de direito e pertencimento identitário pelo território, desta coletividade moralmente motivada pelos significados da memória local e familiar, rompem com o silêncio a que a ela sempre lhe foi relegado, seja por motivos que sobrevivência ou pouco conhecimento dos seus direitos. Em torno desta nova realidade, começaram a se situar e a discutir como iriam processar esta busca. A maioria parece ainda alheio ao processo e ao que posso se resultar. Mas a solução, a possibilidade e força de se conseguir um futuro garantido pela permanência no território e a na unidade familiar a qual sempre foram conduzidos e que se reconhecem. Vemos em alguns depoimentos, que este sentido é o mais claro e motivador entre eles. Lúcia filha de S. Otávio nos conta que no período de sua gestão na Associação, em uma das vezes que foi a Brasília no INCRA nacional, ouviu o seguinte conselho de um dos representantes da instituição:

Nós passamo 5 dias lá em Brasília, junto com o INCRA de lá, que não é só em CG, não é MS. É no país inteiro. E lá eu vi que tem uma parte dos “Nego Quer” ter e outra parte dos Nego “Eu mando”. Daí, o que o INCRA fez o que dividiu o país em 4 (norte, sul, leste e oeste) e colocou nós tudo lá dentro de um salão, quase 6 dias. Que eles falou pra nós. - Gente, tenta pelo meno fazê igual o Índio. O que eles faz? Quando ele consegue uma terra por mais que ele briga. O que ele faz? Eles procura o outro Indio que é dono pra coloca primeiro. Pra se uni, pra tribo fica maior. E nós tá fazendo o inverso. Ensino pra nós isso.

São conflitos internos por terras, que falam de um sistema de descendência e herança como uma lógica, que inclui uma gama diversificada de fatores, que fazem da partilha de terra efetuada com dificuldade numa eterna e contínua garantia de atribuições, embaraçam o processo. Diferente da situação de indígena, obedecem à linhagem homogêneas e de continuidade familiar muito menos complexa.

Observa-se que houve a mudança, e que palavra-chave “assumir” no uso do verbo, nesse caso, corresponde a “descobrir”, provocando e reconduzindo entre eles formas diferentes de ação e reação, mas com a produção de uma sensibilização. Subjugados a um impacto social, simbólico e subjetivo interno no grupo. Uma atitude duplamente estimulada pela permanência da tradição e ao mesmo tempo pela resolução dos problemas tributários. Um sentido envolvente, que agora parece transformado pelo sentimento de terem uma comunidade maior e com um sentido real de cidadania, uma noção simultaneamente mais ampla de comunidade e fraternidade entre eles. Associado ao sentido de quilombo, que para muitos não parece ter qualquer significação, mas que permite naturalmente se sentir parte integrante da designação assumida pelo grupo concretizada na auto - afirmação feita em 2006 junto a Fundação Cultural Palmares. O seguimento de uma comunidade ao longo tempo se dá não exclusivamente e necessariamente por meio da descendência biológica dos descendentes. Se sente assegurada pela importância da coletividade,

[...] em suma as comunidades remanescentes de quilombos não podem ser definidas em termos biológicos e raciais, mas como criações sociais que se assentam na posse e usufruto em comum de um território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e de identidade própria. (OLIVEIRA, 1996, p. 84)

Se representando através comportamentos e posturas adotadas por eles como uma forma de se conformarem ao seu papel.

A terra e o sentido do direito que possuem sobre ela, produz no grupo um efeito rumo a fonte do direito: o ancestral e o quinhão de terra que instalou seus descendentes. O território compõe, por sua vez, um campo de união ancestral do passado, presente e futuro em laços de tempo mitificado entre sujeitos iguais “[...] que se comunicam entre si e com o ‘outro’, diferente dele, mas que invade seu mundo e ali está”. (GUSMÃO, 1995, p. 70). A permanência nela que se deu pela cedência ou por herança ou por ocupação, não esclarece o único meio que é o direito a ela. Os núcleos familiares na comunidade Tia Eva se organizam nos terrenos, somam - se a todos que podem ali se subsistir. Para alguém se fixar no terreno precisa da autorização do descendente a quem coube a continuidade da ocupação. Quem tem o domínio sobre os terrenos

tradicionalmente ocupados e demarcados oficialmente são os mais antigos “Seu Michel (Sérgio) e Seu Tuti” (Otávio), que tentam da melhor forma possível, serem justos entre os mais novos. Eles necessariamente não têm a posse formal do terreno, mas determinam a cada parentela a aquela pessoa que assume o “poder” de mandar no terreno e este papel é reconhecido e respeitado pela comunidade. Vimos que a aposentadoria dos mais velhos e a maior permanência deles em casa, atraem os mais jovens, filhos e netos, muitos até retornaram para comunidade, ajustando seus recursos e somando a grande família. Desse modo visualizamos a noção de aliança doméstica, um tipo de articulação que eles definem como “todo mundo junto no mesmo território”, mas ao mesmo tempo mantém a autonomia de cada família. Em conexão com as redes de ajuda, com as determinações e posicionamentos da Associação de Descendentes e com a sociabilidade de um conjunto de parentes residentes naquela unidade territorial.

Identificamos também, que a Igrejinha e o Salão Comunitário fazem uma conjugação entre os “lotes” ou melhor os “territórios” no sentido de reunir e englobar todos indivíduos e famílias que dali fazem parte. Há uma estrutura concreta e articulada nas diferentes gerações pelo laço de parentesco e pela territorialidade, como se fosse desenhado pelo espaço e pela reprodução social. Assim, o grupo parece, geralmente, que se reconhece como sujeito e como referência dentro da unidade se centraliza na referência primária deixada por Tia Eva. Mostrando que a terra além de possuir um significado como de raiz familiar, estabelece claramente a associação com a Tia Eva e sua promessa. Esse vínculo é demonstrado com ênfase na fala de Antônio Marcos (Vice-presidente da Associação de Descendentes):

A gente pede, né. A gente que é mais velho, né. A gente ensina, pede. A gente aprendeu com nossos pais que passou pra gente, né. Então, a gente não pode deixar a tradição morrer. Outro dia com um grupo de jornalistas meu filho mais novo se manifestou, mostrou interesse, eu nem sabia. Meu filho de 9 anos. Até porque, Myla eu vejo que o jovem tem uma visão mais aguerrida. Acha que meu pai fazia assim eu vou fazer assim e continua fazendo assim. é preciso se adaptar aos novos tempos sem perder a essência, sabe. Trazer o jovem, é preciso abrir as porta pra eles se sentirem acolhidos e se sentirem mais forte para irem em frente. (Entrevista Antonio Marcos Ferreira)

A exaltação deste vínculo é descrita pela linhagem vertical que liga o indivíduo ao seu ancestral gerador, que remonta a convicção ao direito a terra, como discutimos anteriormente. Nessa necessidade por terra sendo categoria expressa por remanescentes quilombolas, vemos

que o testamento de Tia Eva em mãos revela aos seus descendentes²⁹s a força de seus antepassados constituintes de sua genealogia do passado. Mesmo vendo que a vida da cidade influencia e modifica muito, temos a comprovação que os jovens mantêm o interesse pelo conhecimento e a manutenção das tradições e costumes conjugados a fé a São Benedito. Acompanham os pais a festa, as reuniões da associação e as demais manifestações culturais que acontecem por lá. E outros ainda ocupam papel de acompanharem seus avós nestes rituais adotando inconscientemente, a posição de mais tarde serem os guardiões da terra. Vinculando primos, amigos e demais membros da família este sentido de pertencimento ao território.

2.5 Cor, fé e pertencimento

Não seria possível falar deles e não adjetiva-los. Seja pelo sentido da fórmula geral que lança mão da palavra “remanescentes” ou pela distinção que faz em relação as outras comunidades por se tratar de remanescentes quilombolas “urbanos” e não rurais, ou pelas inúmeras alternativas de referenciais que a cidade tenta se pronunciar ao se tratar desta comunidade. Ou finalmente, quando se fala da sua história de sua fundadora Tia Eva, que sem dúvida, é a maior e melhor referência de embasamento para se tentar adjetivar este grupo. Não apenas pelo seu carácter, mas por designar aos seus descendentes tantas atribuições, a sua cor de pele, sua ancestralidade, em clara alusão ao seu passado de dificuldades e resistência impostas a ela, estruturados e articulados através das gerações ligados pelo parentesco e pela territorialidade.

No cenário descrito, percebemos que, a cidade ia crescendo e o processo de modernização foi alcançando a Comunidade Tia Eva, as relações com as formas de organizações políticas, jurídicas, econômicas e culturais modernas foram estreitando os laços e isso ocasionou muitas mudanças transformações significativas em todos os âmbitos da comunidade. Nas entrevistas, percebemos as alterações do tempo vivido, que trouxeram muitos benefícios e qualidade de vida ao bairro, e no comportamento social, construíram efeitos, que causaram uma verdadeira metamorfose, que em alguns momentos também gerou preocupação e críticas, talvez por zelo a uma tradição e uma história tão preciosa para eles. A luta pelo

²⁹ As relações de familiares, redes de irmandade e de compadrio entre as comunidades quilombolas na região de Mato Grosso do Sul são descritas rigorosamente na obra SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. *Fiés descendentes: redes – irmandades na pós abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos e a reivindicação pela titulação, é o maior exemplo disso. Foi dentro deste longo e criterioso processo, que eles puderam enxergar - se de uma outra forma, a identidade passou a se tornar um campo de lutas por direitos sociais. O modelo é revelado de acordo com os novos usos sociais, que a comunidade passa a se portar, a presença do auto atribuição como remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares, serviu para questionar o modelo no que ele se sustenta nas noções de ruralidade ou outro uso comum do território. Um jogo de fuga e captura entre a modernização e diversificação, entre norma e variante, no qual os discursos antropológico, jurídico e político estão em permanentes deslizamentos e apropriações. A própria noção de auto atribuição pelos outros grupos étnicos (BARTH, 1976), como fundamento da aplicação das categorias jurídicas de índio e quilombola a determinados grupos foi fundamental no embate político contra atores e agências que interessados em negar tais direitos a tais grupos. (ARRUTI, 2008, p. 340). Uma identidade política é a escolha que os negros têm para se apresentar aos agentes externos e, assim conquistar seus direitos.

Dona Neusa e Seu Otavio nos relataram, que até a década de 1980 do século XX, não havia esta ideia de quilombola por lá, foi aos poucos que este termo passou a se revelar entre eles. Como uma mobilização promovida por grupos engajados dentro e fora da comunidade, liderados pelos posicionamentos trazidos pela associação e pela visibilidade apresentada através das inúmeras publicações em jornais, revistas, periódicos e pequenas reportagens nas tvs locais, a realização de pesquisas acadêmicas e até produção de vários documentários. Como Dona Neusa demonstra:

Eu me lembro que logo que vim pra cá, as pessoas vieram e pediram a gente pra grava, fui umas 3 vezes com Tio Michel, Tia Luzia o Seu Adair. A primeira vez que gravamo no Tio Michel, ele não filmou, gravou num gravadorzinho e escreveu algumas coisa que perguntou. E isso foi crescendo as pessoa e fora, principalmente, estudantes vem fazer pesquisa com nós (...). Olha, um exemplo: O Benhur falar sobre trazer bons trabalhos pra nós, vídeos, a rádio foi que nos indicou e nos trouxe a universidade federal pra cá...é uma coisa que marca, sabe.

Revela, que foi um tempo brilhante para ela. Havia voltado para comunidade depois de muitos anos e tudo parecia ferver, tantas oportunidades de aprender, de crescer, de saber sobre tudo. A comunidade vinha criando seus espaços próprios de cultura, normatizando o seu lugar dentro da cidade, comportamentos próprios, produzindo sua arte, seu samba, seus campeonatos de futebol, suas músicas, um comportamento peculiar. Quando assumem a consciência do conflito, tudo se abre em uma luta pela investigação pelo poder. Entender que não é uma luta individual e sim uma unidade. Compreender o lugar dentro da sociedade como um todo. Vimos

que havia e há muitas divergências entre eles, lutas internas, que naturalmente se desenvolvem pelo poder. A construção de uma identidade, é complexa e ela se baseia em parte nestas questões de poder. Por mais que o sistema social dominante deixe claro a exclusão, cria internamente um diferencial e é nesta diferença, que enxergamos a origem quilombola. Materializada na cor e na necessidade primária de se mostrar integrante e desafiar esta dominação. Assim, o processo de identificação revela que ele se deu também através desta integração com os de fora como eles mesmos referem. Fundação Cultural Palmares:

Essa raiz quilombola da comunidade veio dos estilos dos negros, da raça dos negros, [...] aquela tempestade que eles conseguiram resistir, conseguiram aguentar através da fome, trabalho, através de doença, através da cultura... Através de judiação, de trabalho, de trabalho com patrões e aí tudo isso se formalizou uma raça quilombola. Mas antes a gente também não sabia o que era a raça a nação quilombola. Aí através da pesquisa, através de histórias, de cantoria, um conta uma história de um jeito, outra conta de outro [...] aí, foi que recebemos um convite, uma carta: descendentes de afro-brasileiros. Então hoje temos nossa raça de afro-brasileiros, uma comunidade a quilombola. (BRASIL, 2017)

A vida para eles parecia estar ganhando significado, haviam sido tocados pareciam sentir estar inseridos dentro de um sistema, que antes era para eles tão alheio. Segundo Stuart Hall (2012) propõe a respeito do processo identificatório, de acordo com a primeira proposta, “ a identificação é construída com base no conhecimento em alguma origem comum ou de características compartilhadas com outra pessoa ou outro grupo, ou com um ideal e com estreitamento natural da solidariedade e da fidelidade estabelecida sobre esse alicerce. Já a segunda, se concretiza através da compreensão apreender caráter dos processos de identidade contemporâneo. E identificamos na pesquisa, que esta comunidade sofre estas alterações no modo de vida, a partir dos fins da década de 1980, tendo seu auge intensificado no início dos anos 2000. Destacamos o aspecto mais forte e presente nesta comunidade, desde a sua fundação, que é a religiosidade fé e devoção permanente em São Benedito deixado por Tia Eva, que junto a este processo histórico, funcionou como uma ação conjunta, marcando todas formas de expressão elaboradas por eles. A Festa de São Benedito na comunidade Tia Eva sentença, enriquece e articula todas relações como gestos que se expressam por si só.

Ao longo das nossas entrevistas na comunidade constatamos que a religiosidade presente não se manifesta apenas entre os mais velhos, mas também os mais jovens, parecem ser conscientes e a festa funciona como uma forma de inclusão, as reuniões dos preparativos e todo clima envolvem além da diretoria da associação, as famílias com seus representantes, que fazem questão de uma forma de outra contribuir. É como se estar ali, significasse pertencer a

comunidade ou muito mais que isso, é ser descendente de Tia Eva, mas do que uma sintonia, uma definição de pertencimento. Apesar de serem parte de um segmento cultural afro, eles não mediam o catolicismo com o culto aos orixás, quebrando determinantes culturais ou sociais pré-estabelecidas no campo religioso. Os negros da comunidade apresentam-se em sua maioria praticantes da religião católica, muito embora, alguns tenham se convertido a outras religiões. Cada detalhe deste lugar tem seu sentido explícito para cada membro, que está diretamente ligado a memória coletiva desenvolvida nas ações de cada sujeito. Porque, cada um destes detalhes é correspondente a outros aspectos que surgem dentro da estrutura, que parecem ser diferentes, mas na verdade demonstram apenas que a vida daquela sociedade é dinâmica e sofre influência do tempo e do espaço que ocupa.

A igreja de São Benedito funcionava como um elo agregador entre a rede de irmandade, como seu Seu Michel conta que nos tempos de Tia Eva era aqui que os fiéis de São Benedito depositavam votos, os casamentos e batizados também eram realizados nela. A continuidade do uso da igreja é uma constante entre eles e por devotos do santo preto. Vemos algumas imagens de pagadores de promessa no altar na esperança de cura de suas enfermidades, como aconteceu com Tia Eva. No aniversário de nascimento de Tia Eva em novembro é realizado uma missa e naquela semana cumpre-se uma novena tradicional em intenção a fé a São Benedito. Ao longo dos anos ela sofreu pouquíssimas intervenções em sua estrutura, como descrevemos anteriormente. E que podemos confirmar nas imagens abaixo:



FOTO de Eliane de Matos/junho/1998.



FONTE: Fotos da esquerda para a direita: Acervo pessoal de Sérgio da Silva; acervo pessoal de Eliane de Matos e; acervo pessoal da autora.

A relação dos negros com a religião e entre os grupos sociais negros no Brasil, desde nossos ancestrais africanos carrega uma simbologia muito marcante, durante épocas e espaços diferentes buscaram através dos caminhos da fé explicações, que lhes ajudassem a responder tantas perguntas e um sentido ser e estar neste mundo. A Festa de São Benedito para comunidade Tia Eva é ainda o ponto de junção entre todos os seus membros, das famílias de migrantes e daquelas que já estavam, um ritual de interação que traz para eles uma significação formada pelo princípio de interdependência constituído ao longo de sua história. Apesar de ter sofrido algumas transformações, como afirma os mais velhos. Seu Otávio diz: “que hoje é diferente, mudou tudo, a tradição a festa mudou. Antes tinha leilão, vendia as vacas no leilão, novilho, porco. As pessoas pagavam promessa e trazia para igreja aquelas cópias de pé, de mão, cabeça, essas coisa.” Munanga e Gomes (2006) esclarecem, homens e mulheres criam artefatos e constroem códigos, regras, leis, que lhes possibilitem garantir a sobrevivência e a manutenção de seu grupo. Cada grupo produz sua cultura de acordo com suas necessidades e possibilidades, não como considerar uma expressão cultural superior ou inferior, melhor ou pior do que a outra, o mesmo se aplica a religiosidade. Concluindo que cada uma tem seu movimento próprio e se manifesta e se reproduz com formas e variações particulares influenciadas pelo seu contexto social e histórico.

A igreja e a festa de São Benedito, apesar de nos últimos tempos arrebatar um número menor de fiéis e participantes e não contemplar rituais tão tradicionais e marcantes devido a vários fatores, como afirma Seu Michel: “hoje a situação econômica e a vida é diferente né”. Continuará a ser materialização mais exata da mulher que foi Tia Eva, que com o passar dos anos, alguns tem creditado milagres, a parteira, curandeira, benzedeira, símbolo de uma força representada na família e na terra, nas memórias dos mais antigos e absorvida pelos mais jovens, passado e presente, que resiste ao tempo e a metamorfoses trazidas pela cidade.

2.6 Valor e as inter-relações com as novas experiências

Fica muito claro nas narrativas, que a “chegada dos de fora” trouxe para eles os maiores benefícios, quando tiveram acesso ao conhecimento, aprenderam que eram além do que achavam ser, com a aproximação das Universidades, a vinda dos projetos e atividades, reuniões, os jovens e os mais velhos, perceberam que tudo que aprenderam até aquele período, passado

as gerações através das histórias contadas embaixo da mangueira no quintal do Seu Michel ou na frente da capela ganhava um sentido e nova relevância para todos. Dona Neusa afirma que a rádio comunitária abriu seus horizontes, ao assumir a responsabilidade pela apresentação e produção dos programas semanais transmitidos para todo entorno da comunidade. Ela afirma:

Lembrei! Foi em 2005, devido a um curso que a gente tava fazendo de argila, não não...a Radio foi antes, tenho os papel de tudo anotado, porque era eu que escolhia os assunto, fazia a programação, vou procurar e vou te mostrar. Era uma equipe de 21 pessoa, mas ninguém assumiu a frente teve corage pra fica tocando fazendo as coisa, o pograma. Aí, primeiro a gente foi um dia na Universidade fazer, o q eles chama de Pograma Piloto. Apanhei pra aprender! Menina, que vergonha que eu fiquei! (risos) Não tinha coragem de fazer... Aí com muito custo fomo fazendo reunião e mais reunião aqui em casa. Daí, quando saiu os aparelho e fomo fazendo um trabalho aqui. Ihhh, ia longe, Santa Luzia. Marli, Saraiva.. Era altão o som.. Fazia os programa no Sábado à tarde das 2h às 5h tarde, 1 vez na semana. Eu trabalhava igual uma louca.. era o melhor dia pra mim chegava em casa correndo ajeitava as coisas e ia pra lá. Eu, nisso já escrevido o programa um roteiro correndo das coisa que ia fala. Escrevia muito pouco, porque tenho muito pouca leitura, né. Assim, verbalmente falando eu me viro muito bem. Ah..eu falava da História da Tia Eva, o que tinha acontecido naqueles dia...notícia das outras vila, notícia de morte..este tipo de coisa. Era um informativo, sabe.

Evidencia-se uma emoção muito forte nas palavras de Dona Neusa, deixando - a com olhos marejados de lágrimas. Uma clara necessidade, que as imagens e histórias do passado reproduzidas nas atitudes de reafirmação pela superação das dores e lembranças dos antepassados, e que agora as novas experiências trariam conforto e outras perspectivas. É como se tudo que era contado pelos mais velhos não viria mais acontecer daquela maneira. Essas percepções distorcidas da realidade do negro promovem invisibilidade e por consequência, violações de seus direitos, implicando em “diferenças racial e cultural, separação social, barreiras linguísticas, inimidade espontânea e organizada” (BARTH, 2000, p. 28). Ao enaltecer importância da leitura e o contato com as notícias do mundo, mesmo com tão pouco conhecimento, ela passa a transmitir valorização e visibilidade para todos. Em outras partes da narrativa ela nos conta, que as pessoas de outras comunidades em torno começaram a vir procura-la para dar sugestões de pauta para o programa e fazer perguntas a respeito deles. E com o tempo fazia até entrevistas com outros membros da comunidade, que contavam suas histórias e experiências. Nesta perspectiva, constatamos que este grupo social passa significar suas expressões e atualizar as múltiplas ações sociais, históricas e culturais, adotando uma postura de autoanálise, priorizando o modo como concebem a sua própria percepção dentro processo e sua historicidade. Abaixo a imagem demonstra uma nota na imprensa local:



FONTE: Foto da pesquisadora

Nesse sentido, as concepções de identidade étnica de um grupo, especialmente os negros se dão pela ignorância à própria identidade negra, como alerta Eliane Cantarino D'Owyer (2002, p. 17) resta “saber o que é especificamente étnico na oposição entre ‘eles’ e ‘nós’ e nos critérios de pertença que fundam esta oposição”. “A identidade étnica tem sido diferenciada de “outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado”. Essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos “não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva” — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica. A autora nos esclarece mais uma vez, que na visão do grupo de trabalho da ABA, “a etnicidade está sempre relacionada entre os grupos que consideram a si próprios e são também por outros como distinto”. (D’OWYER, 2007, p. 47). Assim, é a identidade que une os membros deste grupo por suas condições, etnias e identidades culturais entre si, e ao mesmo tempo, a diferença deles para outros segmentos da sociedade no momento em que se reforça a identidade a partir da diferença cultural e suas peculiaridades, há a reafirmação da identidade étnico-cultural preponderante.

A palavra quilombo e suas nuances de território e territorialidade negra sempre foram interesse de observações desde a tentativa de descrição pelo Conselho Ultramarino, passando por acepções dadas pela historiografia, além de concepções antropológicas, interpretações normativas internacionais e internas, como descrevemos no início deste capítulo. Em suas mais

variadas abordagens e interpretações vão se completando ao longo do tempo, sofrendo modificações nas diferentes interpretações nas várias áreas de conhecimento, especialmente quanto à forma de organização das comunidades negras e o uso coletivo da terra. Numa tentativa incessante de nunca deixar de observar e apontar as mais variadas etnias advindas dos povos das diferentes Áfricas, a concepção que se tem a respeito de quilombos ou territórios quilombolas desmerecendo afugentando os generalismos preconcebidos; não se trata de desvalorizar os trabalhos de pesquisadores em observar as características comuns dos quilombos e quilombolas, mas de compreender que cada território possui uma identidade própria e quem o habita possui a própria capacidade de fazê-lo. Apontando que o território exclusivo é sinônimo de afirmação de identidade.

Desta forma, há uma linha a capaz de fortalecer as vivências entre a própria comunidade, mas também a concepção intercultural. Fredrik Barth denomina de fronteira social, onde a interculturalidade é imprescindível para a “[...] diversificação e expansão de suas relações sociais, de modo a eventualmente cobrir todos os diferentes setores e domínios de atividade”. (BARTH, 2000, p. 34). Neste entendimento, o território e a territorialidade negra confirmam o lugar do negro no contexto histórico e social, pela construção do imaginário social a partir de todas as ideologias escravistas, pela racionalidade colonial de uso e ocupação da terra, além da marginalização dos espaços de significados dos negros, exaltados pelas manifestações culturais e religiosas, ou seja, por uma série de fatores que são fundamentais à visibilidade negra com consumação jurídica e social. Sua terra possibilita a afirmação de sua posição perante o grupo ao qual pertence por meio dos processos de identidade étnica (GUSMÃO, 1995, p. 72), refletidos no seu modo de ser, fazer e viver, ancorados a uma base de negatividade do ainda presente sistema racista e invisibilidade de seus direitos, que faz uma constante o processo de luta pela afirmação identitária.

É uma realidade em que a reafirmação da identidade negra, especialmente a quilombola ganha cada vez mais força nas discussões pelo reconhecimento dos seus direitos jurídicos e humanos, sempre atrelado a abordagem da territorialidade negra. Sugerindo a compreensão necessária, a territorialidade negra e os direitos humanos apontando a igualdade e não a discriminação a todas as manifestações culturais, relações sociais e com o meio ambiente. Transmitindo a parcialidade em quaisquer situações, seja no trabalho, na educação, no direito à propriedade, descritos em normativas em tratados internacionais dentro de um sistema global, acerca da competência do Brasil, bem como de Mato Grosso do Sul, contanto que, existe todo

um leque de regras, que compõe um sistema específico de proteção dos direitos humanos dos quilombolas, cujos direitos devem ser respeitados, como tem que ser a todo ser humano.

Desta forma, para compreendermos o processo atual de territorialização destas comunidades negras foi necessário construir um percurso da trajetória do negro em nosso país buscando sempre destacar a valorização da terra/território e da memória, pois estes são as bases na luta política destas populações que historicamente foram marginalizadas e empurradas a invisibilidade. Associado ao preconceito, racismo e injustiças sociais, ascendentes de um processo que começou com a colonização das Américas e do capitalismo colonial moderno e eurocentrado, cujo eixo de fundamentação atribuía e se solidificava-se na classificação social dos indivíduos por meio de traços fenotípicos, ou seja, marcado no conceito de raça, pautado inferioridade ligada ao escravismo praticado durante tantos séculos em nossas terras. Para Kabengele Munanga (2006) recuperar a relação do quilombo brasileiro com o quilombo africano reafirma sua importância como forma de resistência ao escravismo. Nessa perspectiva, mais que um refúgio para os negros, os quilombos foram reunião de homens e mulheres que se negaram a viver sob o regime de escravidão e que desenvolviam laços de solidariedade e fraternidade na reconquista de sua dignidade. Assim, as comunidades “remanescentes de quilombos”, mais que uma herança que ultrapassa o tempo, passam a ser pensados em suas diferentes formas como experiências historicamente situadas na formação social de nosso país, que na luta por sua existência desenvolveram identidades próprias.

As memórias destes grupos, vão estar sempre calcadas na liberdade e não da escravidão, que suas ancestrais a todo custo tentavam apagar. É fácil encontrar bairros negros como a comunidade Tia Eva, que ao longo do tempo e no desenvolvimento de sua territorialidade, fizeram seus indivíduos construir uma identidade, que nem sempre os igualava aos demais habitantes dos outros bairros da região habitada. Desta forma, sempre receberam a denominação de ribeirinhos, caboclos, pretos e tantas outras referências parecidas. E estas comunidades negras acabaram assentando estas identificações que se prendiam sobre a cor da pele ou posição social. Esta maneira distorcida de ver uma comunidade negra reproduziu frutos dentro da construção social feita pelos brancos para os brancos em uma ideologia contaminada pelo processo de escravidão e coisificação do negro, tratando estes bairros como espaços e ligados a imagem e a adjetivos pejorativos que lhes imputam a tentativa de busca étnica mesmo após a diáspora. Para Barth, há uma limitação dos próprios fatores que garantem as percepções da diversidade cultural; há um imaginário social de isolamento coletivo, afastado de interações culturais com outros povos, como os brancos e demais segmentos sociais, e por consequência

produz “[...] um mundo de povos separados, cada qual com sua cultura e organizado em uma sociedade, passível de ser legitimamente isolada para descrição como se fosse uma ilha” (BARTH, 2000, p. 28). A leitura desta situação faz emergir neles uma imagem de si mesmo, “a família da gente” sempre aqui, afastada, isolada, longe do centro, com um perfil categórico desvalorizado formalizado pela sociedade.

Portanto, percebemos que as comunidades quilombolas ao se saírem em busca de seus direitos aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando pelo que se apresentam elas: a demarcação de terras, as quais elas têm absoluto direito, mas, sobretudo estão fazendo valer seus direitos ao seu modo de vida. A identidade quilombola em geral, é tardiamente assumida ou construída por estas populações quando política e estrategicamente ela se faz necessária. Assim, a comunidade Tia Eva passa a participar como sujeitos ativos, que se apresentam e se sentem como cidadãos.

Desta maneira a palavra quilombola, muitas vezes, é uma palavra é “pesada” demais para muitos, encharcada deste sentido pejorativo, pois é claro, que em alguns lugares do Brasil quilombo é sinônimo de marginalização. Ou seja, se a comunidade a ser identificada não está bem organizada politicamente, e consciente do que é ser um quilombola, dificilmente vai enxergar que terão as vantagens de sê-lo. Passam a vivenciar uma comunidade imaginada, ou seja, carregada pelos signos transmitidos por esta partilha vivida por seus ancestrais e reafirmada pela sociedade. Para Clóvis Moura (1977, p. 19) o processo de marginalização do negro em nossa sociedade é ainda mais perverso, pois segundo este autor a sociedade faz crer que o negro é marginalizado porque é sujo, incapaz, desleixado e não por sua cor, quando na verdade ele encontra-se sujo, incapacitado e desleixado porque foi marginalizado pela sua condição negra.

Desta maneira, o negro infelizmente fica submetido à favelização, ao sub-emprego, ao desemprego, à prostituição, pois a sociedade dominante faz das diferenças culturais e estéticas, marcas de inferioridade, que se ascendem em preconceitos e racismos. Esta é mais uma das linhagens de negros e negras, que são associados ao passado de escravos, que mesmo depois de livres continuaram a ser perseguidos socialmente, que foram usurpados de suas terras. Mas a consciência disso, veio aos poucos se constituindo, tendo a fé no São Benedito, centrada na igreja o papel junto a herança social deixada por Tia Eva os fatores mais importantes, reproduzidos tantas vezes em tantas de suas ações afirmativas como comunidade, e que agora insiste em rerepresentar sua negritude positivamente, mostrando o quanto esta condição lhes trará benefícios, mesmo enfrentando no como no seu caso, um longo processo pela demarcação

destas terras. Mas em sua maioria estes indivíduos estão cientes, ao se auto definirem remanescentes de comunidades quilombolas, vendo que têm seus direitos territoriais garantidos pela Constituição nacional. Reafirmamos, portanto, que ainda faz-se urgente e necessário, reavaliar as dificuldades destas populações negras, enquanto movimento organizado de autoafirmação e valorização de suas heranças africanas, enquanto parte integrante da sociedade brasileira.

Historicizar como eles viveram este processo, a repercussão da resistência quilombola e suas referências ancestrais. O sentido social, histórico e moral que as narrativas carregam, nos apontam uma significação particular da identidade social, expressa nas articulações e consequências já expostas anteriormente. Assim no capítulo final demonstraremos a percepção e a importância dos movimentos sociais e o papel fundamental dentro da construção da noção de que o grupo era constituído de pessoas com direito, com perspectivas e estratégias de enfrentamento e resistência relacionados a elementos indissociáveis a luta imposta pelos sofrimentos vividos. Em suma, a vínculo sociocultural da comunidade Tia Eva e sua expressiva existência dentro sociabilidade humana, marcante capacidade de viverem e existirem dentro do seu espaço conquistado e adquirido.

CAPÍTULO III – A COMUNIDADE TIA EVA A AFIRMAÇÃO DA NEGRITUDE E OS DEBATES COM O MOVIMENTO NEGRO.

Dentro desta relação histórica, a população negra sempre apresentou uma existência plural, bastante complexa, e este fato não permite a visão de uma cultura e/ou identidade unitária; a afro descendência se articula a concepção de etnia (MUNANGA, 1999). A liberdade pós abolição não lhes garantiu os direitos nem mesmas oportunidades dadas aos brancos e demais camadas sociais, precisaram enfrentar ao longo do tempo um processo de luta na tentativa de construir uma sociedade igualitária e o acesso aos mais básicos setores sociais. Esta é uma luta contínua, porém com outros traços, influenciados pelo contexto histórico construído em cima do objetivo do reconhecimento do racismo e da denúncia sobre a segregação racial mascarada durante todo século XX.

O movimento negro organizado no Brasil, ganha uma proposta oficial nos anos 1930, na cidade de São Paulo com referida Frente Negra Brasileira (FNB), uma forma de organização política que surge a partir da ação de militares negros paulistas pós- abolição articulados com nacional. Compreende o movimento negro é como a organização e luta dos negros para resolver os problemas provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, ou seja, como um “movimento político de mobilização racial (negra).” (DOMINGUES, p. 102, 2007). Ao transformar-se em Partido político em 1936, a sua estruturação chega a ter uma abrangência nacional com uma proposta filosófica voltada para educação funcionando de alavanca na integração do movimento negro nacional. De acordo com Abdias Nascimento³⁰, a Frente, contudo, partia de uma perspectiva integracionista e não enfocava sua situação na afirmação identitária, seja social, cultural, étnica. Foi extinta com a repressão em 1937.

No período da redemocratização, o movimento negro se reorganiza³¹, assumindo novos contornos, e passa a reivindicar uma série de direitos e políticas públicas capazes de combater o racismo e reduzir as desigualdades raciais. Em tal processo, o Movimento Negro Unificado teve papel importante articulando militantes da causa negra, os quais passam a promover atos, conferências, produzir jornais e documentos de sistematização das demandas dos negros brasileiros. Uma das demonstrações de incidência desse movimento foi sua participação na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988.

Já o Teatro Experimental Negro – TEN na década de 1940, veio com a proposta de conectar de forma pedagógica uma garantia de expressão cultural e política e o movimento das mulheres negras fez a articulação entre as relações de gênero e raça na sociedade brasileira de modo geral e dentro dos movimentos sociais específicos. O TEN trouxe, portanto, uma dimensão considerável no contexto da mobilização pelos direitos de negros e negras no Brasil, que é o aspecto cultural e identitário. Dissiminando a criação de várias organizações negras de diferentes aspectos pelo País, que atuavam no aspecto cultural, político, recreativo, intelectual e literário³².

A partir da década 1970, nos anos de 1978 e 1979 houveram protestos de vários coletivos negros contra a morte sob tortura do trabalhador Robson Silveira, foi fundado o

³⁰ NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002. 2 ed. Brasília.

³¹ Domingues (2007) analisa a organização dos negros ao longo da República brasileira.

³² NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In: Joel Rufino dos Santos (Org). Negro Brasileiro Negro: revista do Patrimônio Histórico Nacional. Brasília, n.25, 1997. P. 73.

Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, posteriormente conhecido apenas como Movimento Negro Unificado – MNU. Uma organização que agrega vários grupos do movimento negro e possui um carácter nacional. As movimentações se ampliaram e trouxeram outras questões e discussões também sobre os quilombolas, intessificando as articulações com as mobilizações quilombolas, em especial nas décadas de 1970 e 1980. Pelo fato, do crescente acirramento da violência no campo e ao avanço da grilagem de terras destas comunidades.

A Frente Negra Brasileira foi uma instituição, que delimitou o lugar do negro diante da sociedade, que o Estado nunca havia oferecido: escolas, assistência de saúde e social e uma atuação forte na política e luta por políticas públicas específicas. (MUNANGA; GOMES, 2006). Mas a tão importante “questão racial” só foi realmente reconhecida e discutida de forma evidente em debates e políticas públicas a partir dos anos 1980 do século XX.

A luta e a resistência começam bem antes de ganhar corpo oficial, sabemos que desde que negros africanos chegaram aqui, já se organizavam como resistência contra escravidão. É complexo estabelecer uma cronologia fechada que englobe a constituição do movimento negro brasileiro ao longo do século XX em fases muito definidas, na medida em que há diferentes fases deste movimento durante todo período, é possível constatar a presença de muitos elementos comuns, muitas atividades em relação às formas de atuação e estratégias adotadas por ativistas e organizações.

Ao mesmo tempo, é possível perceber a existência de certas trocas entre os militantes mais velhos e jovens, que contribuíram para a construção de organizações negras em diversos momentos e regiões do Brasil. Este fator contribuiu na composição do movimento negro brasileiro, uma característica heterogênea, que ao longo das diferentes épocas e dos variados contextos históricos sempre se apresentou de maneira forte e atuando. O Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p. 101). Uma expressão emblemática do “protesto negro”, ligada a todas ações coletivas de combate ao preconceito de cor produzidos nos finais do século XIX até o centenário da abolição em 1988.

Diante de todas estas movimentações sociais, a raça passa ser tratada como um conceito central impulsionada pelo comportamento dos grupos sociais, que adotam a distinção (preconceito) herdada como reflexo biológico ligada a diferença de cor. Onde ser negro passa

ser uma questão de “identidade social” na sua dimensão seletiva e relacional. Entendemos que, abordando o “Ser” dessa forma, nos pensá-lo de maneira dinâmica e ativa. É nessa perspectiva relacional que desenvolvemos a discussão sobre “Ser negro”, enquanto indicador de “identidade negra”. Em relação à “raça” e o discurso da mestiçagem, estamos nos apoiando, desde início, num referencial teórico que entende tais realidades como historicamente determinadas e constantemente atualizadas nas práticas sociais. Dessa forma, portanto, afastamos da discussão uma visão monolítica da elaboração de “identidades negras”, assim alcançando e pontuando ações sociais que os identificam e determinam sua formação como cidadãos ativos e presentes dentro da sociedade brasileira. Pois, quem se define como “negro”, em um dado contexto, pode não assumir a mesma autoafirmação em outro contexto e situações sociais (SANSONE, 2004). Portanto, a reflexão sobre “identidade negra” pressupõe sempre uma contextualização densa e complexa das especificidades das relações sociais vividas pelos indivíduos envolvidos.

3.1 O racismo e suas discussões

A palavra raça para a maioria dos estudos tem pelo menos dois sentidos analíticos, associados a sociologia e a biologia genética. Para antropologia esta associação ao “conceito sociológico” seria a inadmissível. Pois, para os sociólogos se faz entender, que este conceito nasce no mundo social e na cultura. A vida em sociedade ligada a política e as relações entre os povos. Boas afirma, que podemos pensar a cultura material e simbólica, e essa a cultura simbólica é que permite constituir o comportamento individual e coletivo, pois é através dela que constituímos nossos artefatos e outros símbolos, e assim sobrevivemos e reproduzimos de maneira ampla a nossa vida social. Então, é importante para formação do sentido subjetivo de “raça” a leitura das ações sociais que só existe como tal, quando ela se associa ao sentido subjetivo.³³

Todo um complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente. (FERNANDES, p.1, 1980). Esclarecendo, que as oportunidades surgidas foram pontuadas pelos grupos melhor localizados da raça

³³ Ver WEBER, Max A Objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais. Trad. Rubens Eduardo Frias. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2008b

dominante', o que delineou a concentração racial da renda, do poder e do prestígio social em benefício do branco.

Mas o termo “raça” traz também o discurso biológico, que junto com a antropologia física deram a concepção das raças humanas, a ideia de que a raça humana está dividida em espécies e subespécies, ligada ao desenvolvimento dos valores morais, dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. É a partir desta concepção que surge as primeiras interpretações sobre “racismo”, que segregou os seres humanos pelas diferenças culturais e morais agregadas a características biológicas, genotípicas e fenotípicas, que hierarquizaram os diversos grupos humanos.

Raça não é conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, o que não é caso do racismo, um fenômeno que antecede sua própria definição. Racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos. (MOORE, 2007, p. 38)

Cabe destacar, que um maior desafio das ciências humanas é definir a origem do racismo na História. Seria necessário toda uma reconstrução histórica e geográfica das raças humanas desde a Antiguidade³⁴. Mas nesta pesquisa, ajustasse ao período referente a patente visão eurocêntrica, que a partir daí, está embasada no pensamento científico europeu e norte-americano, e que se consolida a partir do século XIX, exatamente no período em que o imperialismo europeu se estabelece.³⁵ Voltamos a reafirmar, que esta não é a única interpretação ideal de raça. As várias teorias consolidadas na Europa e EUA no final do século XIX, sempre inferiorizaram principalmente a raça negra, e isso gerou um impacto ascendente em toda história da sociedade contemporânea. Como define Appiah a seguir:

Por este lado, é importante diferenciar o “racismo” e o “racialismo”, se apresenta em doutrinas diferenciadas, que concorre pelo termo “racismo”, o “racialismo” se apresenta entre: “o racismo extrínseco” e o “racismo intrínseco”. O primeiro se mostra pelas distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que os racistas extrínsecos fazem entre os povos é sua crença em que os membros de diferentes raças diferem em aspectos (como honestidade, coragem ou a inteligência), que justificam o tratamento diferencial. Já os racistas intrínsecos, para eles, “são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um status moral diferente,

³⁴ Ver BORGES, MEDEREIROS, D'ADESKY, 2002, SWEET, 2005, POLIAKOV, 1974, ARENDT, 1989, entre outros.

³⁵ Ver SCHWARCZ, 1993, BANTON, 1977 e POLIAKOV, 1974, entre outros.

independentemente das características partilhadas por seus membros das diferentes raças, como, por exemplo, muita gente presume que o simples fato de ser biologicamente aparentada com outra pessoa lhe confere um interesse moral por essa pessoa, sustenta que o simples fato de uma mesma raça é suficiente para preferir outra pessoa. Ainda afirma, que a diferença fundamental entre os “ismos” intrínsecos e extrínsecos é o primeiro, declara que um certo grupo é objetável, sejam quais forem seus traços, ao passo que o segundo fundamenta suas aversões em alegações sobre características objetiváveis. Tais características formaram “uma condição essencial ao racismo”. (APPIAH, 1997, p. 33,35)

A relevância do questionamento do conceito de raça, está agregado a uma imagem clara que, de que o racista usufrui de privilégios econômicos e sociais que sempre foram negados a grande massa negra. Detentores de um poder hegemônico, onde o problema não reside no fato do racista se sentir superior, mas no de que ele vive uma vida efetivamente superior à daqueles que o oprime. Sendo assim, Hall também afirma: “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno do qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69). E é exatamente com objetivo de combater esse racismo, construído social e historicamente, e as suas consequências, que se reafirmaram, em diferentes períodos da história recente, os movimentos negros em diversas partes do mundo.

Banton (1977), definiu que as ideias modernas de raça, classe e nação surgiram no mesmo meio europeu, explicando que a nação prometia que todo homem teria uma nacionalidade e teria direito a ser governado como membro da sua nação. Já a ideia de classe expunha um padrão de aliança de grupo baseada na situação comum perante a propriedade dos meios de produção. E a raça prometia em primeiro lugar que cada tipo racial tomaria posse do território que lhe fosse mais adequado, mas este conceito deu lugar à crença de que os brancos tinham herdado uma superioridade que os habilitava a estabelecer o seu poder em todas as regiões do mundo (BASTON, 1977, p. 14). Explicitado no uso político da ideia de raça dos países imperialistas.

O que muito se assemelha a construção política do Estado-nação³⁶ brasileiro: uma nação moderna, que nos primeiros anos de República tentou a todo custo embranquecer e enfatizar a superioridade racial, copiada do modelo europeu. Em contrapartida um movimento em formação através das primeiras agremiações esportivas só a partir da década de 70, que os movimentos sociais ganham maior amplitude por todo país. Trazendo a ressignificação da ideia

³⁶ O autor dá como referência as mudanças no mapa da Europa ocorridas antes e depois da I Guerra Mundial.

de raça como um instrumento de luta por direitos e pela afirmação dos valores étnicos e de identidade, característica central do movimento negro brasileiro. Essa problemática, segundo Kabengele Munanga, fez com que a raça se tornasse no Brasil “eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do século XIX e repercutiu até meados do século XX” (MUNANGA, 1999, p. 51). Uma grande discussão, fortalecida no campo das ciências sociais e humanas, que abusaram da metáfora darwinista resinificada e utilizaram a eugenia³⁷ para sugerir as políticas públicas, pois a migração africana já havia acabado, incentivada no final do século XIX, com intenção de diminuir a população negra e mestiça no Brasil.

A política do branqueamento através da miscigenação era largamente debatida entre os “homens de ciência”³⁸ brasileiros. Divididos entre visões otimistas e pessimistas sobre o processo de branqueamento. João Batista Lacerda (1846-1915), Sylvio Romero (1851-1914) e Oliveira Vianna (1883-1951) eram os principais otimistas. E entre os pessimistas³⁹, destacamos Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Dialogavam diretamente com as teorias raciais na época, tentando solucionar a problemática. Os otimistas viam na mestiçagem a redenção do Brasil, na medida que haveria a importância do “elemento branco” na composição genética dos descendentes dos cruzamentos inter-raciais, um “tipo nacional” com o fenótipo branco europeu. Sylvio Romero, destacava a importância da miscigenação para o branqueamento da população brasileira, sem fugir do pressuposto racismo de que a hierarquia entre as raças seria algo indiscutível. Como observamos no trecho de Sergio Costa:

Sua defesa da mistura regeneradora funda-se precisamente na crença de que qualquer perspectiva de futuro da nação brasileira precisa enfrentar o problema no que entendia ser sua raiz última, qual seja, a fonte biológica; era preciso numa palavra, “branquear” a população. (COSTA, 2006, p. 178).

A teoria do branqueamento ganhou muito espaço e força durante todo século XX somado ao grande fluxo migratório, povos de diversas nações vindos da Europa e incentivados pelo Estado brasileiro, de então. Nos debates sobre branqueamento na sociedade brasileira foram sistematizadas e enfatizadas um complexo de teorias racistas, que já teriam sido superadas pela antropologia da época.⁴⁰ Sempre pautadas na diversidade enorme das nações

³⁷ A eugenia foi um movimento que acreditava na perfectibilidade humana a partir da genética, e que incentivou a “seleção da espécie” a partir do cruzamento entre indivíduos puros e superiores. A prática da eugenia teve seu ápice com instituição na Alemanha governada por Hitler a partir de 1933.

³⁸ Como eram chamados os intelectuais ligados as instituições de pesquisa da época. Ver: SCHWARCZ.

³⁹ Buscavam a teoria de GOBIENEAU, defendendo o pensamento, o qual a mestiçagem levaria à degenerescência da raça inexoravelmente.

⁴⁰ Ver, por exemplo> BOAS,1965 e BOAS, 2004.

negras trazidas para o Brasil, tanto somáticas como psicológicas, comparativamente aos brancos⁴¹. E “Gilberto Freyre surge com novos instrumentos teóricos, retomando a velha ilusão do paraíso racial, cara ao senso comum dos abolicionistas, dando-lhe roupagem científica” (GUIMARAES, 2003, p. 4). O autor agrega a discussão uma dimensão ainda maior, agora em torno da questão da identidade nacional. Operando a passagem do conceito de “raça” ao de cultura, evidenciando o distanciamento entre biológico e o cultural.

Nesse aspecto, Munanga, afirma “sua análise servia principalmente, para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vivida que a elite (primitivamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com índio, em menor escala) (MUNANGA, 1999, p. 79/80). Diversos autores consideram a obra *Casa & Senzala* de Freyre, o referencial na disseminação do termo “democracia racial”, que ganhou nas ciências sociais no Brasil.

Essa representação de democracia racial se baseava na dupla mestiçagem biológica e cultural, entre as três raças originais tendo como referência o modelo branco-europeu, o que confundi a percepção das desigualdades raciais existentes, principalmente, em função das ideias centrais de “democracia” e “igualdade”. Esse mito, segundo Munanga “encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para construção e expressão de uma identidade própria” (MUNANGA, 1999, p. 80). E durante todo século XX percebemos que as características impostas, dominadas e convertidas eram usadas como símbolos nacionais pelas elites, uma ideia visível utilizada pelo Estado, traduzida no slogan da democracia política no Brasil.

Um discurso de unidade nacional apoiado na teoria de democracia racial. Já que a capacidade harmonizadora do brasileiro e a miscigenação de nossa sociedade garantiriam por si só tal equidade. Servindo ao status quo burguês e nas palavras de Florestan. Todo um complexo de privilégios de comportamento e valores de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações sociais, na qual a democracia germinaria espontaneamente. (FERNANDES, 1980: 01). Desta forma o movimento negro se empenha ainda mais, assumindo novos posiocionamentos, e enfatizando a criação de uma série de direitos e políticas públicas capazes de combater o racismo e reduzir as desigualdades raciais.

⁴¹ Ver Oliveira Vianna

Considerando o modelo de abolição proposto, desde seus primeiros passos até a Lei Áurea, em 1888, e sobretudo nos períodos seguintes, fica clara sua incapacidade em promover e garantir igualdade dos ex-escravos perante o resto da população. Não foram garantidas pelo Estado condições objetivas de ascensão na sociedade de classes que se delineava, de forma que os outrora cativos se revelariam no século seguinte a imensa maioria da massa miserável, marginalizada e espoliada no Brasil (FERNANDES, p. 3, 2008). Um fator que contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais pode ser identificado na exclusão do negro dos meios de produção.

Se o racismo no Brasil resiste hoje com a malignidade e dimensão que possui, expandindo cada vez mais, apesar de todos os esforços morais, culturais e de todos os conhecimentos científico sobre as sociedades humanas, é porque ele carrega em si uma realidade persistente, firmado na consciência e na prática social, e quem se beneficia materialmente, em todos sentidos, ao desfrutar de um sistema racializado e fenotipocêntrico.

Assim, o racismo constitui um fator majoritário no universo onde ele se sustenta emocional e historicamente, permeando todas as camadas sociais. [...] O racismo é um fator permanente na sociedade, na medida em que ele é o produto de uma longa elaboração histórica e não intelectual. Ele está particularmente grudado nos íntimos interstícios das estruturas civilizatórias dos povos especificamente euro-asiáticos, cuja expansão migratória, invasões e conquistas agressivas através da história se fez a expensas de populações fenotipicamente diferenciadas. (MOORE, 2007, p. 291-292).

Seguidas das desigualdades estruturais, consequências políticas, no lugar reclamado, o anti-racismo tem que carregar antes de tudo, o reconhecimento da sua raça, a percepção racializada de si mesmo e dos outros. A raça ou a cor formam os elementos integrantes da chamada busca pela “consciência da negritude” em confronto direto com o branqueamento, que junto com ideia de democracia racial, tentou de forma enfática tanto tempo suprimir a construção da nova identidade negra positiva.

Assumir a negritude como fator ideológico pode ser visto, entre os negros, como modo de afirmação e de legitimação de uma especificidade cultural de grupo que pode ter um papel integrador, num contexto social onde as desigualdades baseadas na raça são expressão sócio-política de um sistema de discriminação no qual a cor da pele, apesar que de carácter variável e socialmente construído, sustenta implicitamente uma escala hierárquica e um sistema de valores. (D’ADESKY, 1996, p. 164).

Um desafio a esta hierarquia em termos raciais, que ao mesmo tempo busca uma autêntica democracia racial. A compreensão da noção de raça das relações raciais, mesmo sendo fruto de um processo de formação social aglutinado ao passado da memória da escravidão.

Hebe Mattos afirma que a “emergência de uma identidade negra no Brasil atual só pode ser entendida como construção política. (MATTOS, 2007, p. 30). Consideramos que, o movimento negro brasileiro apresenta formas de um processo de construção de identidade racial, em alguns casos desde a infância, dentro da família negra, e outros por traços externos de momentos emblemáticos, que chamaram de despertador da consciência racial. Mas sabemos que a luta pelo pluralismo racial, é pela afirmativa da diferença e da diversidade, a luta contra o racismo, deve ser um fator permanente e contínuo, articulado em todas as estruturas sociais. “ A luta permanente e multifacetada contra o racismo, nas suas formas estruturais e sistemáticas, no imaginário social e nas suas formulações ideológicas, se faz necessário em nível planetário” (MOORE, 2007, p.293). Uma luta multiforme, que alcance todas as formas de racismo, seja qual for a forma ou contexto ou instancia que se manifeste, sem privilegiar ou favorecer, mas sim de forma global e simultânea.

O Movimento Negro brasileiro é caracterizado como autor, sistematizador e articulador dos conhecimentos e saberes e nos inclui em contato com a possibilidade concreta de juntar o conhecimento e as experiências sociais. Uma constante reflexão teórica, e ao mesmo tempo, uma ação política em torno da natureza das etapas do conhecimento humano, concentrado nas relações do conhecimento científico e nas multiplicidades sociais, o que possibilitou uma comunicação e uma cumplicidade suportadas pelos movimentos sociais, organizações, as diversas ações coletivas e as experiências políticas de carácter autônomo, com muitas entradas e saídas sem perder sua identidade original.

3.2 Movimento Negro como ator político e educador

A concentração do movimento negro sempre girou em torno das “questões raciais”, o negro mostrou novos contornos diante da exploração do trabalho em busca de mudanças, os movimentos negros organizados passaram ocupar cada vez maiores a espaços e suas demandas aumentaram pressões e exigiram melhores propostas voltadas para condições de vida dos afrodescendentes no Brasil. Atualmente, o movimento negro concentra-se nas ações de imposição ao Estado, as escolas, universidades, as mídias e outras instituições estatais e privadas a obrigação a manifestar e discutir de forma clara, os assuntos relacionados ao racismo, preconceito, discriminação e desigualdade racial e as inúmeras consequências arrastadas ao longo dos anos por este comportamento social. Trata-se de um contexto nacional em que a

discriminação racial, à medida que ampliava o mercado capitalista competitivo, tornava-se mais acirrada e mais visível.

Os preconceitos e estereótipos continuavam a ser direcionados aos negros. A grande parcela da população negra e mestiça continuava vivendo em favelas, cortiços, mucambos (GUIMARÃES, 2002, p. 88). Integrado a um contexto político nacional em desenvolvimento e das esperanças da integração do negro na sociedade de classes. Petrônio Domingos afirma que, para o movimento negro ‘a raça’, isto é, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização racial, mesmo que em muitos momentos ele assume, viés fundamentalmente cultura, mas também com reivindicações políticas. E a luta contra o racismo, contou desde o início com diferentes tipos de organizações políticas e culturais nos vários cenários da população negra brasileira como: a “imprensa negra”, os grêmios, clubes e associações estes foram se redimensionando e ganhando carácter político sendo fundamentais para o fortalecimento do movimento negro. Com o golpe militar de 1964, toda a tentativa de organização e luta do movimento negro foi derrotada pela repressão política. Com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, ainda na ditadura militar. O MNU propõe-se então, unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional.

Importante compreender que o Movimento Negro em seu carácter mais significante apresenta o potencial emancipatório, reivindicativo, amarrado ao protagonismo político e educador, atingindo e contagiando por várias gerações, sem perder a sua essência e seu sentido mais profundo. E suas variadas formas de apresentação organiza e articula os negros e negras a participarem politicamente na luta contra o racismo com objetivo de superar e aniquilar e este fenômeno perverso da sociedade. Nesta perspectiva, Gonçalves e Silva (2000, p. 105) afirma: “[...] sem esse ator coletivo jamais teríamos pautado o tema racismo e da discriminação étnico-racial nas agendas políticas e da justiça brasileira”. Não se pretende, aqui, realizar uma cronologia das ações desenvolvidas ao longo da história. Muitos autores já se dedicaram sobre esse tema.⁴² Contudo, é importante considerar e refletir a importância da transição entre final do século XX e o início do XXI, em que os uma maior visibilidade na luta e as conquistas alcançaram etapas fundamentais para sociedade contemporânea, principalmente, no Brasil.

Relacionado ao recorte temporal analisado nesta pesquisa, que fica entre 1985 – 2008, verificamos que os anos 1990⁴³ foram palco de maior ebulição social, política e econômica

⁴² GOMES, GONÇALVES, LIMA, PEREIRA, 2008, DOMINGUES, NASCIMENTO entre outros.

⁴³ No governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, em fevereiro de 1996. Também foram elaborados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), um projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), que pela primeira vez reconhece e dita

nacional e internacional. No que se refere, especificamente, ao acesso à educação, possuía agora um discurso coletivo mais universal. É neste período, que as políticas públicas passam produzir ações afirmativas, e a emergir como uma possibilidade real de conquista e mudanças.

A América Latina passou, naquele momento, por ampla reforma constitucional. Em meio às pressões das políticas neoliberais, os movimentos sociais buscavam a reconstrução do Estado Democrático de direito depois das duas décadas de autoritarismo, de meados de 1960 a meados de 1980. As reformas constitucionais de alguns países, à época, trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais (GUIMARÃES, 2003). O ápice do processo no Brasil aconteceu nos anos 2000, o Movimento Negro brasileiro alcança um momento em que entram consenso em várias reivindicações acumuladas há anos. Marcada pela participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Duban, África do Sul.

Ao ser signatário do Plano de Ação de Duban, o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e comprometeu a construir medidas para superação. Entre elas. As ações afirmativas na educação e no trabalho. [...] Cabe destacar que as políticas de ações afirmativas fazem parte das discussões internas desse movimento social desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento (1914-2011) e, paulatinamente, passaram a ocupar um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações. Essas mudanças atingem também o plano acadêmico. Em 2000 foi fundada a Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros⁴⁴ (ABPN), responsável pela realização do Congresso Nacional dos Pesquisadores Negros, em sua nona edição, 2017. (GOMES, 2017, p. 35).

A respeito da Constituição Federal de 1988, demonstra pontos importantes, e se faz representar como um limite intolerável, deste histórico de lutas do Movimento Negro. Apresentando um Brasil pluriétnico, ao dar o direito ao reconhecimento novas percepções e usos da terra para além da lógica privada, e ao direito a manutenção da cultura e dos costumes a todos os povos aqui presentes. Incluindo artigos claros e pontuais, sobre a “não” discriminação racial como objetivo do Estado Brasileiro: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, texto online).

temas transversais tratando da diversidade e da multipluralidade cultural numa perspectiva universalista da educação.

⁴⁴Para saber mais, consulte www.abpn.org.br

O mesmo princípio foi fortalecido no artigo 5º, inciso XLI, ao prever que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”⁴⁵. Fica esclarecido que esse princípio não deve mais ser tratado como igualdade formal, mas como igualdade material, destacando desigualmente os desiguais. Pois, como é exposto por Boaventura de Sousa Santos, “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2009, p 458). A preocupação inicial do movimento negro era de o Brasil estabelecer relações diplomáticas com países que adotassem políticas discriminatórias, como o apartheid, a previsão do repúdio ao racismo no artigo 4º foi um passo importante. O combate ao racismo foi também previsto no art. 5º, XLII, da CF/88 “a prática do racismo se constitui como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988, texto online). Esta interpretação invoca e aposta no braço penal do Estado, demonstrada na violenta e histórica repressão – oficial ou não - sofrida pelo povo negro.

Especificamente, no que se trata aos direitos dos remanescentes de quilombo no Brasil, as conquistas resultantes da ANC (Assembleia Nacional Constituinte) foram os artigos 215 e 216 da CF/88, referentes à questão cultural. O destaque se justifica na tentativa de envolver a temática quilombola ajustando seu pertencimento a uma questão maior, a qual seja as estruturas fundiária e imobiliária brasileiras, porém sem deixar de evidenciar suas peculiaridades raciais e culturais. Substanciais na relação com o território, além de sua ligação natural com os séculos de escravidão mal resolvidos e cujos efeitos ainda tem reflexos.

[...] A Constituição Brasileira de 1988 opera uma inversão de valores no que se refere aos quilombos em comparação com a legislação colonial, uma vez que a categoria legal por meio da qual classificava quilombo como um crime passou a ser considerada como categoria de auto definição, voltada para reparar danos e acessar direitos. [...]. (ALMEIDA, 2002).

A luta dos remanescentes de quilombolas pela conquista de seus territórios, organizada a partir do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, passou a permitir uma nova moldagem para essa mobilização, com um caminho legal e identitário. Conforme descritos no capítulo anterior desta pesquisa.

A violência, a repressão e os protestos negros com relação a luta contemporânea quilombola pela implementação de seus direitos territoriais representa o reconhecimento falho da realidade jurídica brasileira desde a Lei de Terra desde 1850. A presença do debate sobre a

⁴⁵ O Art. 227, caput, da CF/1988, ao prever os direitos das crianças e adolescentes, também reforça o princípio da não discriminação.

discriminação racial no meio rural e sobre a questão quilombola também foi marcante nos movimentos sociais, com ênfase para movimento negro urbano. A questão quilombola é claramente percebida como símbolo da luta do movimento negro e muitos momentos. “[...] o Movimento Negro Unificado, fundado em 1979, sob as bandeiras “afrocentrismo” e do “pan-africanismo”- representadas no “quilombismo” de Abdias do Nascimento –busca incorporar às suas reivindicações étnicas a realidade de grupos isolados, tais como os negros do campo (GUIMARÃES, 2002). Todas estas mobilizações, ações e conquistas pelos quilombolas qualificaram o movimento negro urbano refletindo na discussão histórica presente em elementos fundamentais para a formação da resistência e existência dessas comunidades quilombolas até os dias de hoje.

A partir de uma dimensão histórica, cultural e identificada nos alicerces do seu existir transformada na atual ressignificação de suas lutas, agora com estratégias contemporâneas. Dialogaram em muitos estados com forte organização do movimento negro urbano. Alcançaram grandes desdobramentos políticos e estes foram incisivos no processo da Assembleia Constituinte. As comunidades quilombolas, as organizações do movimento negro urbano, organizações camponesas, pesquisadores e parlamentares se mobilizaram em diversas bases para articular a aceitação de artigos constitucionais em várias constituições estaduais, que garantissem o direito sobre a terra para as comunidades quilombolas. Os estados passaram a se mobilizar sucessivamente, somando atualmente onze unidades federativas que possuem artigos constitucionais e legislações específicas como instrumentos legais sobre a regularização fundiária quilombola.

Entretanto, muitos destes dispositivos legais compostos na Constituição Federal de 1988 e estaduais, encontram inúmeros empecilhos em serem efetivados, principalmente a respeito da criminalização do racismo e o reconhecimento da titulação das comunidades remanescentes de quilombolas. O que demonstra que o reconhecimento e efetivação do direito pelo Estado não são dados positivos, o que ainda requer muita luta e movimentação social.

Conscientes das limitações da lei e da opressão sofrida todos os dias, o movimento negro, para além da luta por dentro do direito positivo, apostando na construção e difusão de uma nova mentalidade para a sociedade brasileira que desconstrua algumas verdades absolutas. Essa busca se efetiva de diversos modos: formação política, manifestações artísticas e culturais, estratégias de militância, ocupações, protestos de rua. O importante, ela não se retrai frente às dificuldades, trilha os caminhos necessários até o horizonte do reconhecimento e da igualdade.

Mas os resultados eficientes dessa luta histórica são contínuos, e hoje, mesmo com resistências de alguns setores da sociedade, não é mais possível negar que o racismo é uma questão presente na realidade concreta e que são necessárias políticas públicas chamadas de ação afirmativa, políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade – para a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais (NASCIMENTO, 2006, p. 28). Foi graças ao movimento negro que o Estado e a sociedade passaram impor valorização e destaque a personagens importante e datas significativas para luta e resistência desse povo.

As movimentações, articulações, às práticas e intervenções do Movimento Negro, foi protagonista nas ações afirmativas que transformaram a questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, vozes e corpos negros anônimos atuaram luta contra o racismo e na reafirmação dos valores ancestrais, do trabalho, da cultura e da vida da população negra. Todos são herdeiros de alguma forma dos ensinamentos do Movimento Negro. Temos como exemplos efetivos: os 13 de maio (assinatura da Lei Áurea – declara o fim da escravidão) e 20 de novembro (morte de Zumbi, do Quilombo dos Palmares) passam serem dias de protesto e denúncia, dando uma conotação política da presença do negro quanto a ação opressora do branco. E a Lei 10.639⁴⁶, do dia 09/01/ 2003, que institui obrigatoriedade da inclusão do ensino de História da África e Cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos públicos e particulares de educação básica, incluindo o dia 20 de novembro no calendário nacional como dia de nacional. E a Lei 12.711, 29/08/2012, recentemente, onde obriga as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação a reservarem, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em suma, apesar de todos os avanços democráticos e das conquistas políticas, que obtiveram desde a abolição, os índices sociais em todos os aspectos ainda são desanimadores.

A presença visível e renovada somada as conquistas sobre questão racial e da identidade negra, se apresentam de forma afirmativa, presente agora em diferentes espaços, como literatura, arte e outras áreas de conhecimento. Contagiando os grupos do Movimento Negro, muitas vezes desarticulados, nos outros estados do país. Mas que com o tempo, estes pequenos

⁴⁶ Para mais informações a respeito do assunto, indica-se como material de consulta o artigo disponível no endereço https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003__inclus%C3%A3o_no_curr%C3%ADculo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf.

grupos visualizaram horizontes dentro da cena pública e política, reafirmando sua identidade negra e toda sua complexidade.

Desta forma, o Movimento Negro conseguiu se expandir e alcançaram a politização da raça e da identidade negra. Constituindo grupos e entidades políticas e culturais por todas as regiões do Brasil. Em Mato Grosso do Sul não foi diferente, surgem e renovam-se muitos grupos, que passam a discutir e marcar presença em lugares que jamais eram considerados possíveis, devido a tamanha invisibilidade proporcionada pela sociedade sul-mato-grossense.

3.3 A articulação e constituição do movimento negro em Mato Grosso do Sul

A identidade racial de Mato Grosso do Sul se origina de um momento histórico nacional favorável em relação a construção das políticas públicas, que conecta e estabelece compromissos políticos e fortalecendo a relação entre o movimento negro e o estado, especificamente às políticas raciais. Imposta pela marcante atuação do movimento negro nacional, em cursos pré-vestibulares, denúncias públicas, passeatas e protestos, entre eles a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília, em 1995, o Estado a partir deste momento, adota um compromisso firme e relevante contra as desigualdades raciais e estas ações afirmativas tornam-se visíveis e ponto inicial de um longo processo conquistas e mudanças por todo Brasil.

Sabemos que, no cenário nacional a construção das políticas públicas raciais, percorreram um caminho longo, e que o movimento negro brasileiro tem maior atuação em representação em nos eixos São Paulo e Rio de Janeiro. Mas em Mato Grosso do Sul, um estado marcado pela política econômica agroindustrial, comandado por uma elite advinda dessas camadas; tratando-se de um estado que não tem uma grande visibilidade na dimensão nacional, mas que gradativamente, também construiu suas bases nas políticas raciais.

Entendemos claramente, que as políticas públicas estaduais foram contagiadas pelas ações efetivas do conhecido “momento negro” (contexto nacional e internacional em fins do século XX e início do XXI). O que permitiu um elo permanente tanto entre o contexto regional, nacional e internacional favorecido pela globalização. Ao desenharmos o caminho institucional da sociedade civil negra em MS, devemos começar pela primeira instituição do movimento negro- o Grupo TEZ, seguido do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE), Instituto Luther King – ILK entre outras.

A principal discussão dentro movimento negro regional fica em torno apresentação da identidade negra sul-mato-grossense. E de como ela está inserida dentro da identidade regional? Entendendo a identidade regional, apenas em sua feição política, como um essencialismo artificial forjado, melhor compreendido na intervenção do estado ou, de um grupo ligado a elite regional, com intuito de criar uma identidade sul-mato-grossense. (COSTA, 2006; DAMATA, 2004). A identidade regional, identidade nacional e identidade negra e carrega a distinção objetiva, construída pelos símbolos culturais, da linguística, da música e literatura entre outras; e a identidade subjetiva, esta é a maneira pela qual os grupos se definem e/ou é definido pelos “outros” (MUNANGA, 2009, p. 11). Fica claro que ambos trazem a mesma carga política, ao definir da identidade sul-mato-grossense, constituída pelos anseios políticos do movimento divisionista que se mira na imagem do homem pantaneiro e da sua natureza exuberante como símbolo regional. Em relação a identidade subjetiva, verificamos que identidade negra, nas políticas de MS, carrega a imagem do fenótipo, ou seja, complexidade de materializar a identidade subjetiva nas políticas públicas, e reflexo do pensamento do movimento negro estadual.

O conceito de identidade se apresenta sob vários aspectos como já vimos anteriormente, sobre o sociológico, é preciso perceber que as maiores mudanças que agitaram a sociedade trazendo como quadro referencial que se compõem de argumentos e atitudes que reorganizaram a assentaram os indivíduos no mundo. Atualmente percebe-se que as formações das identidades estão descentradas, deslocadas ou fragmentadas ao ponto de se pronunciar que o sujeito pós-moderno, não possui identidade permanente ou essencial. Stuart Hall, afirma que o sujeito moderno possui uma identidade fragmentada e/ou composta por várias identidades, que seriam temporárias, sendo assim a “identidade que assume, uma costura de posição e contexto, e não é uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 15). Assim, reafirmamos que a identidade não é estática nem individual. A identidade requer mutação, multiplicidade dinâmica e constante. Portanto, a identidade regional aflora como a conjunção de singularidades, representadas como uma ação selecionadora dos símbolos e elementos que integram a cultura regional. A imagem ligada a jovialidade do estado, enquanto unidade federativa, sempre influenciou sobre esta identidade é a, construída em cima de uma tentativa visivelmente forçada de uma tradição inventada.

A identidade negra, desejada entre os negros brasileiros sempre carregou uma solidariedade política, o termo “negro” funciona como principal eixo articulador da identidade política atribuindo um novo significado ligada, principalmente ao Movimento Negro Unificado

(MNU), criado em São Paulo, produtor de um discurso desafiador da teoria da democracia racial que refletiu por todo país. Ao analisar alguns grupos que formam o movimento negro em Mato Grosso do Sul, chegamos a um mesmo consenso e o de que se reconhecem como uma categoria onde o “negro”, é o centro sobre o qual se apoia as memórias e preconceitos, lutas e histórias e o qual se articulam. Por outro lado, em Mato Grosso do Sul, é muito marcante o contraste da identidade negra com a branca, tentando calcificar uma solidariedade racial entre os negros. Fazendo a manipulação dos signos e símbolos tentando ressaltar o as diferenças e o distanciamento entre as identidades.

[...] pode haver a manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como desejo separatista. Essa manipulação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política (MUNANGA, 2009, p. 13).

Estruturada por características particulares podem ser dadas por uma história comunitária, memórias compartilhadas, sempre pautada na imagem do negro associada um indivíduo marginalizado, degradado da sociedade, ou como homem de cor, que deveria ser instinto da sociedade em poucos anos. Especialmente, no trata a sociedade sul-mato-grossense, conforme mencionado anteriormente. Verificamos que o grau de consciência é diferente, tão quanto os vários contextos vividos pelos negros em MS. Não podemos afirmar, que existe homogeneidade na porcentagem destes negros, em relação consciência política, percebe-se há uma comunidade politizada de militantes do movimento negro local, que domina e tenta expandir o conhecimento. É importante não esquecer que algumas diferenças em desigualdade e exclusão, quando não os dois. (SANTOS, 1999). Difundido de acordo com interesses e posicionamentos da elite frontalmente com as comunidades indígenas, principalmente da etnia guarani, mas também com Quilombolas e o Movimento Sem-Terra. Não valeremos da discussão neste texto, pois foge ao objeto tratado nesta pesquisa.

Ao tratar especificamente do movimento negro em MS e em todo país, vemos que há uma concorrência entre os conceitos de movimento social e sociedade civil. Sabemos que, ambos conceitos bebem das discussões nas ciências sociais. Desta forma, num contorno geral, os movimentos sociais atuam no espaço da sociedade civil, que é composta por muitas formas de ação coletiva. Quanto ao movimento negro, observamos que ele se apresenta não só pela atuação, enquanto movimento social, mas também, como organizações não governamentais e articulador na esfera estatal, através de Conselhos, Fóruns e no caso de Mato Grosso do Sul, há uma Coordenadoria específica atuante. O movimento social negro regional não é capaz de

abranger todas essas articulações, sem perder sua característica marcante, a não institucionalização. A presença de ONGs institucionais é marcante nos anos de 1980, se consolidou nos anos de 1990, marcado pela propaganda neoliberal no país, ganhando muita força aqui no estado, devido à descrença do apoio do Estado naquele período. No cenário nacional o processo de impeachment de Collor e a eleição de Fernando Henrique Cardoso proporcionaram muitas mudanças. Trazendo a reforma de estado trazendo ao Brasil conotações gerenciais. Seria necessário reinventar o político, de maneira democrática e não o deprecia-lo ou banaliza-lo como fez bem a propaganda neoliberal no país (NOGUEIRA, 2011). Fortalecendo terceiro setor e legalizando suas regulamentações, enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁴⁷.

Desta forma, segundo dados do IBGE, se encaixam nesta categoria as instituições como Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). E no primeiro caso, incluímos os subgrupos: associações de moradores, centros e associações comunitárias, que atuam na defesa dos direitos de grupos minoritários e outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos. Maior parte delas se juntam em duas frentes principais: na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, e as religiosas. Eram 87,4 mil entidades que, em conjunto, somam 30,1 % do total (IBGE, 2012, p 31).

E este fenômeno do terceiro setor foi fundamental para ações militantes, pois através dele conseguiram uma maior mobilização ao se organizarem como ONGs, e outros tipos de instituições, enquanto OSCIP, desenvolvendo muitas atividades sociais sem necessidade da aprovação do poder público para suas ações facilitou ao movimento negro em MS, que seguiu a mesma tendência se organizando em ONGs. Alcançando uma grande potencialização com surgimento destas entidades, que ganharam cada vez mais voz dentro da sociedade, se organizando principalmente, em Conselhos e Fóruns no interior do país. Moldando a definição de movimento social se encaixando em outras formas de ação coletiva⁴⁸, mantendo suas características mais marcantes.

⁴⁷ OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Ou seja, as entidades típicas do terceiro setor. Está prevista no ordenamento jurídico brasileiro como forma de facilitar parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Por ser uma qualificação, e não uma forma de organização em si mesma, vários tipos de instituições podem solicitar a qualificação como OSCIP. De maneira geral, as organizações não-governamentais (ONGs) são as entidades que mais se encaixam no perfil para solicitar a qualificação de OSCIP.

⁴⁸ Gohn (2000), Coehen e Arato (2000), entre outros autores tratam em detalhes em seus trabalhos.

São ações coletivas de carácter sociopolítico, construída por atores sociais pertencentes a diferentes classes sociais e camadas sociais, eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, são cortados por uma identidade coletiva, base da força da solidariedade do movimento e deve localizar-se em uma esfera não institucionalizada. (GOHN, 2000, p. 13).

Portanto, a base para o conceito de movimento social, mostra-se em torno de luta social, sendo assim, coletiva e no campo da sociedade civil, alcançando a sua necessidade de não ser institucionalizado trouxe muitos obstáculos teóricos a análise da realidade social brasileira. “Mas fica esclarecido, que muitos dos conhecidos “novos movimentos sociais”, abrangem dimensões subjetivas de ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não-compreensíveis para análise à luz de explicações macro objetivas. Trata-se de carências de ordem, situadas no plano de valores, da moral” (GOHN, 2000, p. 13). Ações políticas ligadas à justiça social, que através do movimento negro carrega o reconhecimento pela promoção da igualdade racial.⁴⁹ A desintegração do movimento negro tem como tendência a dedicação e atuação em áreas como cultura, educação, esportes, entre outras. Alcançando uma gama de ramificações e grande parte delas chegou ao Estado, institucionalizou-se e reproduziu ecos que atingiram toda sociedade civil. Na visível conquista de políticas públicas que atendem, ainda que insuficientemente, seus problemas sociais.

3.4 Ibaa.xe: que isso possa ser aceito⁵⁰

O Grupo Tez nasceu em 1985, na cidade de Campo Grande, MS. Se apresenta como a primeira instituição a defender os direitos do negro em MS. Formalizada a partir da primeira atividade registrada, uma discussão sobre o filme “Tenda dos Milagres” de Nelson Pereira Santos, de 1977, uma adaptação de um romance de Jorge Amado. Sabemos, que a inquietação a respeito do racismo em Mato Grosso do Sul não veio da criação do Grupo TEZ, mas ainda eram questões isoladas no estado. A consciência política do setor social naquele momento, contagiada pelo movimento organizado nas ruas por todo país envolvendo estudantes, trabalhadores e outros movimentos sociais, provocavam as instituições do movimento negro regional. Era assinalada pela politização da sociedade em fins da ditadura militar, fase em que

⁴⁹ Através do STF o Estado brasileiro reconhece não apenas a constitucionalidade das ações afirmativas, mas também uma demanda histórica do movimento negro contemporâneo.

⁵⁰ Nome do primeiro curso de formação promovido pelo Grupo TEZ e Secretaria de Estado de Educação.

as questões raciais chegavam ao ponto serem consideradas crime e afetavam a Segurança Nacional, passível de pena.

A década de 1980 é apontada pela abertura do regime e a explosão de reivindicações em prol da questão racial pelo Brasil e em MS eclodem muitas discussões. Ben-Hur Ferreira (2013) expõe: “a gente em 84 tinha participado ativamente das Diretas Já, eu fui orador do movimento estudantil nas Diretas Já, então acho também que isso ajudou em 1985”⁵¹. O marco para fundação da entidade foi a palestra de Fernando Gabeira, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)⁵², no ano de 1985. Ele conta que, em um dado momento da palestra Gabeira disse que apenas depois do exílio se deu conta da proporção que o racismo havia tomado, uma vez que ele mesmo havia sofrido discriminação por ser um latino americano na Europa. Os professores universitários na UFMS: Jorge Magalhães⁵³ e Dorothy Rocha⁵⁴; três alunos do curso de Direito da UCDB: Eurídio Bem-Hu⁵⁵r Ferreira, Paulo Roberto Paraguassú⁵⁶ e Jaceguara Dantas da Silva Passos⁵⁷ e Pedro, o que menos se tem notícias, mas acredita que ainda não cursava ensino superior. Estes professores saíram dali, decididos a fundar a entidade, no ano 1985. (BEN-HUR, 2013, p. 102).

D. Raimunda Luzia de Britto, conta, que na época, que a chegada dos irmãos Johnson, de uma das Guianas, para estudar na FUCMT, e provocou a formação de um grupo de discussões e estudos ao redor destes estudantes. “Mas todos os militantes reconhecem no Grupo Tez a primeira entidade do movimento negro, e de maior importância na difusão para o interior do estado da demanda racial” (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.39). A entidade não desabrocha com objetivos determinados, inicialmente se apresentavam como grupo de estudos,

⁵¹ As entrevistas de Bem-Hur estão disponíveis em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6RFT4ghw4YoJ:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19021/1/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Bruno%2520Teixeira%2520Bahia.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

⁵² A UCDB era Faculdade Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), fruto da primeira instituição de ensino superior em Campo Grande, em 1961, com curso de Pedagogia e Letras. In Bittar, Mariluce. Política de Educação na região sul de Mato Grosso e a influência de congregação salesiana. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association- BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

⁵³ Foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), aposentou-se e atuou nas Faculdades Anhaguera de Dourados. Faleceu em 2009.

⁵⁴ Professora universitária na UFMS, com mestrado em educação sendo Membro do Conselho Editorial da Revista Intermeio. Pesquisadora independente pela Universidade Nove de Julho- UNINOVE.

⁵⁵ Foi vereador em Campo Grande de 1993 a 1994, Deputado Estadual entre 1995 e 1999; e Deputados Federal entre 1999 e 2003. De 2000 a 2002 foi secretário de estado no governo do Zeca do PT em Mato Grosso do Sul. Advogado e professor do Curso de Direito na UCDB.

⁵⁶ Atualmente advogado e empresário na cidade de Campo Grande –MS

⁵⁷ Promotora de Justiça do Ministério Público de estado de Mato Grasso do Sul. Mestre em Direito, área de concentração Direito Constitucional pela PUC/SP.

as reuniões se estenderam por mais de dez anos nas tardes de sábado, começaram a se envolverem em ações políticas, como elucidam alguns membros do Grupo TEZ.

O espaço político foi alcançado através, de enfrentamentos ao longo das experiências vividas na sociedade de Campo Grande. O grupo surge da abominação, diante de situações e fatos, debatia e polemizava em todos os espaços públicos sul-mato-grossenses, todo seu trabalho trouxe visibilidade e logo se tornou protagonista em torno das discussões raciais.

Era combate ao racismo, a gente não tinha muito, era um pouco de afirmação da nossa identidade, de buscar eu lembro que a gente buscava muitos argumentos, de construir discursos. Engraçado falar sobre isso, na verdade a tava tateando né, a não, é negro ou é preto? Combater algumas palavras que eram utilizadas pra designar coisas ruins, sabe, contar trajetória de Zumbi. (BEN-HUR, 2013, p. 102).

1º Encontro Nacional dos Movimentos Negros 1991



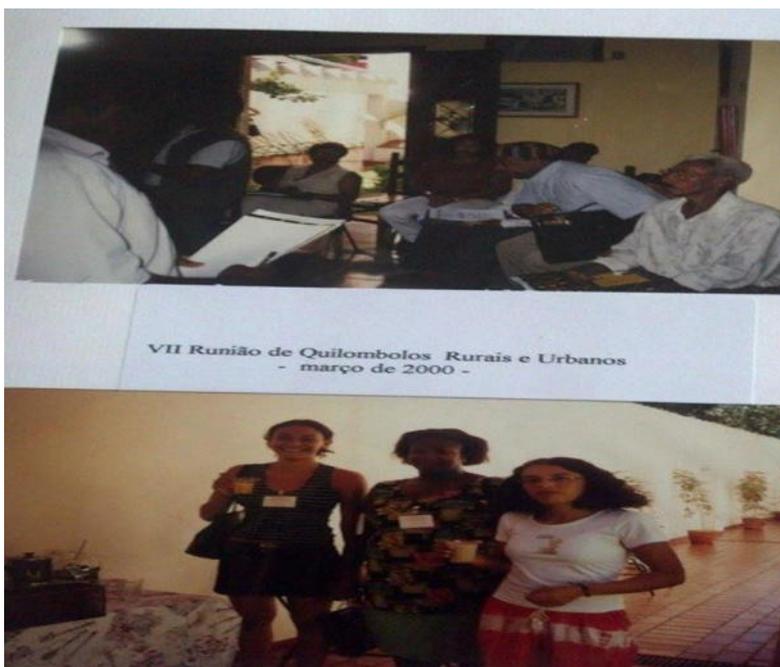
Fonte: Arquivo do TEZ.

Ao longo do tempo o Grupo Tez se estendeu e alcançou suas bases de atuação até Aquidauana e Três Lagoas, formando entidades similares e em Campo Grande tentou abrir uma entidade na Comunidade Tia Eva, mas não vingou, mas muitas reuniões do Grupo ocorreram nessa comunidade, um esforço constante de juntar a comunidade negral regional. Sabemos que, estas reuniões foram responsáveis por esclarecimentos importantes para Comunidade Tia Eva. Começaram a se organizar como Associação de Descendentes de Tia Eva e mais tarde a auto titulação como Comunidade Quilombola pela Fundação Palmares, estas ações também os

incentivaram e apoiaram a entrar com processo de desapropriação das terras através do INCRA. Passaram a se reconhecerem e ter conhecimento de seus direitos e das políticas públicas que os beneficiaram em conquistas muito importantes para formação da identidade da comunidade como está hoje.

Ana José, uma das militantes da época nos narrou, que antes da aproximação do Grupo Tez na Comunidade, ela não sabia da existência da comunidade Tia Eva. Ali parecia tão longe, isolado. Eram fechados entre si. Só com tempo, fomos tocando informações e conhecimentos com eles. A vida em comunidade parecia desenrolar-se no tempo da natureza, tudo corria calmamente. O território herdado, favoreceu a eles continuarem vivendo em comunidade e recriando seus laços fraternos e o vínculo com a terra. Naquela época, a distância do centro cidade, a memória dos mais velhos trazia as lembranças de uma época, que parecia não ter passado.

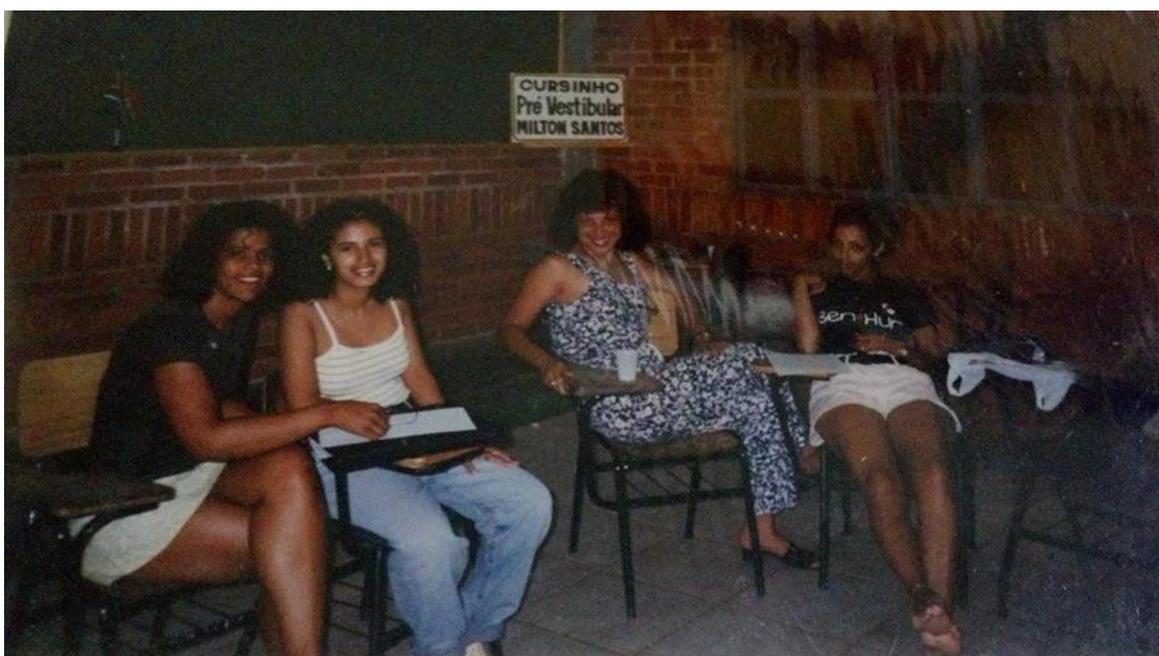
“Pode-se dizer que adotaram certas características dos bairros rurais paulistas, no que diz respeito a vivencia das relações interpessoais, ajuda mútua, vizinhança e compadrio, além das festas e práticas econômicas” (CARRIL, 1997, p. 23). O Grupo de estudos se reunia dentro da comunidade muitas vezes, com intuito sempre de trazer conhecimento acadêmico e ao mesmo tempo, trazer ações decisivas ligadas a outros campos, como infraestrutura e cidadania entre toda comunidade negra. Passando a dar visibilidade a Comunidade Tia Eva e as outras comunidades para todo estado e depois pelo país.



Fonte: Arquivo do TEZ.

O Grupo TEZ coordenou muitas ações significativas para o Movimento Negro, foram os primeiros a partir 1999, em parceria com o Sindicato dos Professores (ACP) realizou “o primeiro seminário dirigido aos professores da rede municipal e estadual de Campo Grande com objetivo de discutir as relações raciais em sala de aula, focalizando especificamente o negro e o indígena” (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p. 45). Foi uma atividade de formação de professores de maneira sistematizada, pela primeira vez para duas redes, não apenas uma palestra isolada em uma escola. No ano 2000, depois de muitos contratemplos, saiu o primeiro curso estruturado de formação, que se chamou Ibaa.xe, o nome em Iorubá que significa: que isso possa ser aceito. O curso foi executado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SED), teve como público-alvo professores que desde o ano anterior, participavam de grupos de estudos com temas voltados para questões raciais gerido pela SED. O curso teve várias edições (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

O Grupo TEZ também possibilitou a criação de um curso pré-vestibular para pessoas carentes em 1997, ação afirmativa adotada pelo estado, foi primeira ação afirmativa racial patente. Membros do grupo sempre afirmam, que a educação sempre foi a maior preocupação da entidade, que iniciou como grupo de estudos acadêmicos, palestras em escolas, elaborou e implantou cursos de formação para professores, ofereceu curso pré-vestibular à população carente da cidade e tantos outros eventos.



Fonte: Arquivo pessoal.

Constatamos que, a demais entidades ligadas à promoção da igualdade racial que seguiram ao longo do tempo em MS, são vinculadas de algum modo ou possuem sua origem entre membros do Grupo TEZ, atuantes, participavam das reuniões realizadas aos sábados à tarde pela instituição. Realmente, o Grupo TEZ foi inspiração para maioria das instituições do movimento regional, cooperou para uma maior diversidade das entidades ligadas ao movimento negro regional, mesmo não solidificado com essa expansão via fragmentação proporcionou a aproximação política do estado de MS.



Fonte: Arquivo pessoal.

O Grupo TEZ, trouxe abrangência e a diversidade ao movimento negro de Campo Grande, mas trazia uma peculiaridade muitos membros eram filiados a vários partidos políticos, uma parte era vinculado ao PT e outra parte não e isso dividiu a entidade algumas vezes, deu ao grupo conotação partidária. Ganhando rotulação, devido ao crescimento político do Ben-Hur, pelo fato de ser um dos fundadores da entidade. Principalmente após a sua eleição, pois sempre fez questão de associar que sua candidatura ajudou a divulgar e estruturar o movimento negro em MS. E este fato, causava constrangimento a ala não partidária ao PT, que faziam parte da entidade. Em outros aspectos, está singularidade, foi fundamental para amplitude das entidades conectadas ao movimento negro no MS, carregaram outros rótulos e cada uma da sua própria forma deixou ter o Grupo TEZ como o centro de representação, um exemplo é a formação do Coletivo de Mulheres Negras “Raimunda Luzia de Brito”.

O Movimento Negro em MS foi delineando suas próprias definições e muitas outras instituições e entidades foram se formando desvinculadas do Grupo TEZ. Já em 1994, surgiu o ICCAB- Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira, que tem como objetivo estudar e levantar a problemática dos afrodescendentes⁵⁸ no campo sócio-econômico-educacional e cultural, esta instituição abrigou o PROGRAMA SOS RACISMO⁵⁹, no MS (SANTOS, 2005). Nesta época nasce também o Instituto Luther King⁶⁰ em meio a outras entidades ligadas a educação e cultura, como Grupo Raízes Negras em Aquidauana, Movimento Negra em Dourados entre outros por todo estado.

O processo da Constituição de 1988 deu oportunidade a sociedade civil brasileira de se mobilizar cada vez mais e funciona como um marco de referência, como já foi mencionado anteriormente. Os primeiros anos da década de 1990 são marcados por mudanças significativas em relação à luta pela igualdade racial. E os maiores protagonistas foram as organizações quilombolas e o movimentos negro urbano, materializando compromissos e assumindo posições importantes na relação com o Estado.

Petrônio Domingues (2008) já havia apontado que várias outras instituições que atuam em MS, o nos auxilia a qualificar o quão ongzada se tornou importante e organizada a questão racial, como aconteceu em âmbito nacional. A “ongzada”⁶¹ é característica do movimento negro. Outras formas de institucionalização são comuns ao longo do histórico do movimento negro, como os Conselhos e Fóruns, internalizaram o enfretamento ao racismo e as desigualdades raciais, foram consequência da ongzção, as representações passam a se pautar nas ONGs.

As principais organizações em MS foram os Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE-MS) e o Conselho Municipal dos Direitos do Negro (CMDN), ambos em Campo Grande, com base de representação as ONGs, comum entre os conselhos. O Conselho Estadual dos Direitos do Negro é um órgão colegiado, proposto pelo governo do estado, participam tanto a sociedade civil organizada, como representantes do governo estadual. Atualmente, está vinculado à Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária.- SETASS/MS-

⁵⁸ Principlamente após a reunião de Durban (2001) o termo afrodescendente teve uma ascensão no meio social.

⁵⁹ O Programa foi idealizado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Direitos humanos, numa tentativa de aproximar sociedade civil e poder público. Foi implementado em 2000 em Campo Grande. (SANTOS, 2005).

⁶⁰ Instituto Luther King- Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa entidade que se classifica como OSCIP, teve sua fundação em 15 de fevereiro de 2003, com objetivo de criar um espaço intercultural de aprendizagem e um meio de combater as desigualdades sociais e entnoraciais.

“tem por finalidade promover, em âmbito estadual, políticas que visem a eliminar as discriminações que atingem o negro e defender seus interesses” (BRASIL, 2005, texto online). O CEDINE – MS é a segunda instituição seguindo o recorte racial, sendo estadual, enquanto, o Grupo TEZ segue apenas com representantes da sociedade civil. Os Conselhos vêm representar uma maior demanda de participação do Movimento Negro, pois os colegiados são formados pela sociedade civil, atuando mais próximos aos governos estadual e municipal, gerando uma nova possibilidade de diálogos constantes entre o Estado e a sociedade civil. Um avanço para o Movimento Negro regional, no caminho da conquista da igualdade racial no estado, mas essa conquista enfrenta vários empecilhos típicos da política democrática brasileira, como a falta de organização, muita burocracia, que somada à ausência de políticas públicas mais imediata e objetivas, traz descrédito e a desarticulação para o movimento.

Os Fóruns são compostos de militantes do movimento negro, sendo que, o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS, acontece com a finalidade de articular as entidades e os militantes do movimento negro de MS. E outro é o Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial de MS tem como sua principal prioridade a discussão em torno da Lei 10.639/03 e sua aplicação em nosso estado, ambos com reuniões mensais na programação abertas ao público. O Fórum Permanente foi criado em 2002, com o objetivo de congregação de todas as entidades do movimento negro estadual, composto por entidades não governamentais do movimento negro e pelas comunidades negras do estado, sejam elas rurais ou urbanas. Mas segundo alguns militantes, o Fórum não atinge o potencial que deveria, não há compromisso e interesse por meio dos militantes. Os Fóruns das Entidades, é representativo do movimento negro apenas para eventos e burocracia, suas atividades de articulação, infelizmente, estão inativas, sobrecarregando o CEDINE-MS. Passando o Conselho a ser o maior articulador para o movimento negro.

Entendemos que, os negros são marcados pelo fenótipo, que funciona como arma principal na definição da negritude em MS, fica claro que o estado gera um aprendizado contínuo em relação à formação da identidade negra regional, uma aprendizagem gradual com as políticas de identidade, que passaram a ser cobradas com mais rigor pelas instituições para serem atendidas. A identidade negra que antes era oprimida e invisível e agora ganhou o seu espaço no cenário social. Hall (2005) aponta, a identidade cultural torna-se parâmetro para elaboração de políticas públicas; são sujeitos emudecidos que agora gritam por seus direitos. E todo processo gera a politização e junto com ela vários desafios, e o Estado é exigido, as novas agendas inclusas e as instituições que surgem, são reflexos de todo novo comportamento social

fortalecida pela nova identificação. Hall (1997) afirma as identidades são formadas culturalmente, e ao tratar identidades sociais, deve-se analisar o contexto cultural no qual está imerso.

A argumentação de Hall (1997) enfatiza que é que a partir de todo contato com a politização da cultura, cria-se um alargamento na esfera pública, que em um movimento simultâneo, acaba por confundir, ainda mais as dimensões públicas e privadas. Ganhando cada vez mais ações no campo cultural, com debates e embates presentes na esfera pública como pela própria identidades acompanhando esse movimento. O movimento negro e sua luta por políticas públicas específicas são parte substancial desta politização das identidades culturais, mas não é alcança o discurso sobre o Estado-Nação difundido ao longo da história, e isso acaba não funcionando, é apenas como indicativo da politização cultural. Assim, a sociedade não enxerga que o resultado de toda mediação se apresenta através da cultura, amparada pelos benefícios políticos e teorias integrantes desta politização de raça, etnia, sexualidade entre outras identidades.

Desta forma, a composição de todo sistema, apresenta uma gama de comunidades, dentre elas a Comunidades Quilombola Tia Eva, e outros agentes sociais, que abraçaram esta estratégia e a transformaram no caminho para defender seus direitos historicamente esquecidos. Direitos assegurados, em grande medida, mas que ainda não estão concretizados dentro da realidade destes coletivos. Vimos que toda organização e articulação dentro do processo histórico do movimento negro regional, exposto anteriormente, foi fundamental para o fortalecimento das redes de solidariedade entre as comunidades quilombolas e negras tradicionais do estado, ampliando as conexões, redimensionando as percepções e expectativas em relação, que agora ligada na identidade, no território e na igualdade racial. Representando uma mudança no padrão da relação entre o movimento negro e o Estado. Entendemos, que tais decisões interferiram nas iniciativas tomada em outras unidades federativas, nesse sentido, as políticas de igualdade racial de MS firmadas em um contexto nacional de debates em torno de novas ações afirmativas e políticas específicas. Demonstrando que, a questão racial também colaborou para um aprofundamento do sistema democrático nacional.

Essas solicitações feitas pelo movimento negro conseguiram chamar atenção de toda sociedade civil, possibilitou dialogar uma multiplicidade dinâmica de debates em diferentes espaços públicos, que envolveram a mídia, universidades, partidos políticos, movimentos sociais e indivíduos. Trazendo promoção de ações diretas dentro e fora da Comunidade Quilombola Tia Eva, dentre elas a que mais se destacou o Projeto Negraeva, uma ação que

valorizou e ascendeu a busca pelo conhecimento acadêmico dentro grupo de maneira progressiva e definitiva, reafirmando sua negritude e o seu papel como comunidade quilombola e cidadão.

3.5 A autoafirmação veio com conhecimento

Uma constante nas lutas dos Movimentos Negros do Brasil sempre foi o direito à educação. Primeiro momento foi à luta pelo acesso à educação e depois, além da luta pelo acesso, a luta é pela inclusão da cultura negra no currículo escolar, questionando as relações racistas que constam nos currículos. Segundo, Romão: A história da educação do negro é a história de um conjunto de fenômenos. Parte da concepção do veto ao negro; percorre os caminhos da articulação de consciência dos seus direitos; resinificam a função social da escola; recupera os movimentos, no sentido de organizar suas experiências educativas e escrever uma história social da educação do negro; revela imagens que não conhecemos. (2005, p.12).

Fica claro que no Brasil a educação de qualidade, é muito mais do que um direito, continua sendo um privilégio para poucos. E em se tratando das classes populares, mais especificamente, negras, ligada a razões históricas de discriminação e preconceito, se tornam ainda distantes. Porém, apesar dessas dificuldades, os afrodescendentes, por meio de muita luta, articulação, organização e resistência, derrubaram os obstáculos romperam com estigma da exclusão a inserção no ensino superior e, ao ocuparem este espaço, afirmam sua identidade cultural/racial, contribuindo positivamente para que mais sujeitos deste grupo cultural e de outros grupos culturais em situação de desvantagem sintam-se encorajados para lutar e ocupar lugares tradicionalmente frequentados pelos grupos dominantes.

As narrativas e relatórios feitos ao longo desta pesquisa, mostraram que o Projeto Negraeva⁶² representou uma ação permanente e incisiva e possibilitou, efetivamente, o acesso e a permanência de jovens da comunidade Tia Eva ao ensino superior, além de ter contribuído profundamente e de forma determinante para a vida destes jovens que participaram diretamente e indiretamente desta ação.

O Projeto Negraeva foi desenvolvido e coordenado pelos jovens moradores da Comunidade Tia Eva, idealizado e desenvolvido entre 2002 e 2004, em parceria com Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade

⁶² As referências e narrativas foram retiradas dos arquivos pessoais do Prof. Edson Silva no Departamento do Curso de Jornalismo da UFMS.

Estadual do Rio de Janeiro com dotação financeira da Fundação Ford e intermediado pela Universidade de Mato Grosso do Sul – curso de Jornalismo. O seu foco era possibilitar o acesso, a manutenção e a permanência de jovens negros na educação superior nas IES de Mato Grosso do Sul. O Projeto ofereceu um curso preparatório para o vestibular, que atendeu 308 estudantes e beneficiou 22 estudantes com bolsa conseguindo manter 16 desses estudantes em cursos superiores em universidades públicas e privadas

Vivemos neste período um movimento histórico de homogeneização da sociedade, e o currículo tem sido também um objeto de contestação, resistência e aos poucos vem adquirindo uma perspectiva mais plural e multicultural, pois os diferentes grupos (raciais, sexuais, religiosos...) sabem que a “[...] igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente” (SILVA, 2004, p. 90). É dentro deste contexto que se insere a luta desses grupos sociais, este em especial, formado por sujeitos negros remanescentes de quilombola, que conseguiram acessar o ensino superior, por meio desta ação coletiva, que ia almejava uma identidade e um lugar social diferente daquele que sempre estiveram inseridos.

O acesso das classes populares, no caso estudantes afrodescendentes, na universidade representou um fator decisivo para o processo identitário dos mais jovens envolvidos diretamente no processo, que acabou contagiando toda comunidade Tia Eva naquele período. Todo o processo foi gradual e procurou integrar toda comunidade. Inicialmente foram envolvidos em reuniões, discussões, encontros, ou seja, um conjunto de ações coletivas para que tudo se realizasse. Percebemos nas narrativas e pequenos vídeos-documentários, que este projeto trouxe para a comunidade Tia Eva um sentimento de pertencimento racial, o qual serviu de fortalecimento para encarar os processos discriminatórios aos quais eram obrigados viver, cotidianamente, seja pelo tipo de trabalho que exerciam (empregada doméstica, faxineiro...), pelas piadas, pelas práticas pedagógicas, pela exploração maior (salários mais baixos). Nesse sentido, cabe destacar, a explicação da coordenadora do Negraeva, universitária beneficiada pelo projeto:

Nunca, ninguém, nenhum de nós tinha experiência de montar projeto. Nunca escrevemos um projeto sequer e aquele era o primeiro projeto que a gente sentava para fazer. Depois disso, num final de semana a gente discutindo, o professor (...) chega na comunidade para fazer uma visita, vai na minha casa conversar com a minha mãe e ele vê o grupo reunido, num domingo à tarde sentado lá um grupo de jovens discutindo o que escrever, o que deixar de escrever e se interessou em saber o que a gente estava fazendo, pegou o documento foi ler, era o edital de convocação do Concurso. Entrou lá para dentro e continuou conversando, sentou e continuou conversando com a minha mãe e lendo o material e a gente lá escrevendo, discutindo, falando, o que a gente queria, o que a gente deixava de querer. Daí ele voltou e

perguntou: mas o que vocês estão tentando fazer? Nós estamos tentando montar o projeto, (...) a entrada dos alunos, de nós negros na universidade. Ele disse: Eu vou ajudar vocês, eu posso ler o que vocês estão escrevendo. Ele disse: vocês começaram pelo lado contrário de um projeto. Aí ele sentou com a gente, explicou item por item do edital (...). Então é o seguinte, nós não queremos que a universidade venha, adote o projeto e venha executar dentro da comunidade, a proposta nossa é nós elaborarmos o projeto e nós executarmos. A universidade, ela pode auxiliar, mas ela jamais será a executora do projeto aqui dentro da comunidade, nós queremos ser os sujeitos da nossa história (...). Fechamos o projeto em cima disso, passamos o Natal, o Ano Novo, janeiro, todo sentado em cima do projeto. A gente ia para a casa do professor (...) nos finais de semana, oito horas da manhã, saía três e meia, quatro horas da manhã. A gente apresentou ele no fórum das entidades do Movimento Negro e o único projeto que foi todo anotadinho, todo estruturadinho para apresentar foi o nosso, as outras entidades deram desculpas de que o disquete não abria, outra deu a desculpa que tinha esquecido o trabalho em casa... e o único projeto apresentado foi o nosso, para o fórum. Só fomos nós a apresentar. (PAVAN, s/d)

E de sua Mãe, D. Neusa:

Foi um trabalho digníssimo. Os jovens que estavam de certa forma desligados de tudo que tava acontecendo, se juntaram, se ligaram, se contaminaram. Estudou, fizeram muita coisa também. Teve um “enfã” bem grande na comunidade. E este trabalho quem teve a ideia de criar as coisas, foi minha filha Ana (coordenadora). Aconteceu assim: a gente tava numa reunião do Mov. Negro não sei dizer agora qual. Houve uma candidatura pra ser Presidente (coordenadora) do Projeto, aí entrou a Sandra e a Ana Sena. Aí a Ana Sena ganhou, ela era uma menina nova, mas era muito esforçada, interessada, ligada, sabe nas coisas. Vivia no meio já. Desmotivei a Sandra por isso. Daí qdo Sandra ganhou, falei com a Sandra que tal agora vocês. Foi quando Dr. Aleixo apresentou a proposta do NegraEva, foi aqui que ele ganhou este nome, mas ele trouxe aqui no primeiro dia eu disse: Porque vocês jovens não sentam junto se reúnam façam um debate e aproveita oportunidade, pedi ajuda o Prof. Edson Silva (foi uma pessoa que deu “enfã” aqui nesta comunidade, pena que não dizem). E ajudou muito a gente. Incentivei e elas ficaram muito interessadas foi uma alavanca pra elas...chama ele pra participar, ele tava sempre aqui com nós.

O Projeto Negraeva teve como principal entidade gestora e proponente Associação dos Descendentes de Tia Eva em conjunto com o Departamento de Comunicação Social – Jornalismo- Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e com o Coletivo de Mulheres Negras – Mato Grosso do Sul. E apoio de várias outras instituições ao longo do seu desenvolvimento, dentre elas, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS). Fez parceria com a Universidade para o Desenvolvimento do Estado Região do Pantanal (UNIDERP), sendo esta a única instituição particular de educação/ensino superior particular a aceitar a proposta, oferecendo um desconto de 10% nas mensalidades para alunos do Projeto. A sede ficava na Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, localizada na comunidade, lá havia uma sala que funcionava como secretaria do Projeto e onde realizavam as reuniões da coordenação e outras atividades.

E o Salão Comunitário servia de apoio para ações com maiores proporções como palestras, seminários, debates e outras atividades culturais.

O perfil dos estudantes bolsistas demonstrado nos arquivos era composto de maioria do sexo feminino, cerca de mais de 60% dos alunos. Os cursos mais frequentados foram jornalismo, pedagogia e administração, os alunos estavam distribuídos entre 13 cursos diferentes, o Projeto não determinava a escolha do curso, era a decisão espontânea. A referência de faixa etária girava em torno de 21-25 anos a sua maioria. E observamos também 70% dos alunos eram oriundos de famílias com renda familiar entre 3 a 4 salários mínimos, apresentando em geral, que a renda destas famílias era relativamente baixa. E a Universidade Católica Dom Bosco tinha predominância em preferência pelos alunos, devido à proximidade, pois a maioria dos alunos vinham de escolas públicas e eram provenientes da Comunidade Tia Eva e de bairros vizinhos.

Havia paralelamente, um Curso Preparatório para o Vestibular era realizado na Escola Antônio Delfino Pereira em parceria com Secretaria Estadual de Educação (SED/MS), funcionava semestralmente, ou seja, após 6 meses as turmas eram renovadas, cedendo o lugar a novos alunos. No ano de 2002 o Projeto atendeu 122 alunos e no ano de 2003 atendeu 126 alunos, totalizando 308 beneficiados pelo projeto Negraeva. (Relatório Narrativo Final do Projeto n°. III, 2003, p. 07). Eram alunos de toda região em torno da comunidade Tia Eva, originários de escola pública e de composição racial variada, procurando atender a todos os interessados. O Curso Preparatório Pré-vestibular foi bem-sucedido, apesar de enfrentar muitos obstáculos, como tempo permanência do aluno e recurso humanos.



FONTE: NEW, 2013, texto online.

Concluimos que, o Projeto Negraeva desenvolveu suas atividades voltadas a atender o maior número de alunos, dando acesso, permanência, pesquisa e extensão. Beneficiando

também a Comunidade Tia Eva, possibilitando a eles concretização desse projeto com atividades, que contemplasse aos anseios de todo grupo e como também, os alunos do Projeto. Realizando inúmeros eventos públicos, não só para Comunidade, mas para sociedade em geral. Como I Seminário de Educação e Comunicação Negraeva com tema: Perspectivas de acesso e manutenção de afrodescendentes no ensino superior panorama local e nacional. Oferecendo através do seminário várias oficinas e formas de desenvolvimento de habilidades e capacitação necessárias para organização e manutenção de eventos científicos, aberto ao público em geral. Proporcionou, sobretudo, a formação do perfil histórico e socioeconômico da comunidade, possibilitando a eles condições favoráveis ao desenvolvimento e construção da sua história e identidade, que culminaram da produção do livro: Tia Eva, Negraeva: História da Comunidade de São Benedito. O Projeto ainda construiu uma página na internet, alocada no site da UFMS, conquistando, desta maneira, a visibilidade que alcançariam além das fronteiras de Mato Grosso do Sul.

Percebemos nas narrativas e observações alguns elementos pontuais e muitas provocações que culminaram na construção da identidade cultural, aprofundaram as discussões em torno da classe e sobre a questão racial. E tal discussão justifica-se à medida que observamos pelas narrativas que todos, sem exceção, apontaram como a maior dificuldade enfrentada em relação ao acesso ao ensino superior a questão financeira, inclusive está sendo destacada como o motivo pelo qual alguns universitários do projeto acabaram desistindo. Associar a raça com a classe, tem sido comum nos campos de estudos culturais. Hall (2003, p. 210), lembra: “[...] fazer com que os estudos culturais colocassem na sua agenda as questões críticas de raça, a política racial, a resistência ao racismo, questões críticas da política cultural, consistiu numa ferrenha luta teórica.”

As consequências destes processos acabam se encaminhando para dois desfechos o determinismo de classe ou um determinismo de raça, e não demonstrando as inúmeras ligações produzidas na vida social, mas ambos não conseguem incluir os processos identitários. Desta maneira, o determinismo de classe não permite compreender as inúmeras diferenças “[...] tais como as divisões sociais e as contradições que surgem em torno de raça, etnia, nacionalidade e gênero” (HALL, 2003, p. 304). Enquanto, o determinismo de raça apresenta o olhar para o que é necessário, atravessamento econômico que todas as dimensões da vida têm, incluindo a construção da identidade cultural. O ingresso ou não a determinados bens materiais implica uma forma específica de identidade cultural e racial. A dimensão econômica transpõe a raça e a cultura e vice-versa. Segundo Hall (2003 p. 69), raça é “[...] a categoria discursiva em torno

da qual se organiza um sistema de poder sócio econômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo”.

O fator maior importância para eles, era o ingresso num curso superior um elemento fundamental para a construção da identidade cultural, como se pode observar nas observações feitas no grupo de mulheres: “Entrar na universidade empodera muito a gente. Precisamos temos que mudar isso: que negra nasceu para ser empregada doméstica, para o trabalho braçal. Temos que lutar para conquistar e garantir o nosso espaço lá fora”. Sabemos, que as conclusões a respeito das construções culturais, sustentam que as identidades são embasadas nas conexões feitas entre outros contextos culturais e sociais: “A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas [...]. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 76). Portanto, quando os sujeitos conseguem ter acesso ao ensino superior, eles passam a sentir aquele ambiente elemento natural do seu universo social e cultural, redimensionando seus objetivos, seus sonhos e alongando seu campo de visão de mundo. Estimulados pela apropriação do conhecimento, potencializam as forças individuais e do coletivo para reivindicação dos seus direitos, questionamentos e desconstrução de conceitos, que antes pareciam exatos, como no caso, o mito da democracia racial, por exemplo. Tomando para si então uma nova identificação, que para eles passou a ser muito mais complexa e dotada de novos elementos: cultural, racial e étnico como legítimos para sua nova identidade.

As entrevistas, relatórios e as diversas formas de observação etnográfica, nos fizeram entender, que as lideranças negras do Movimento Negro de MS em conjunto com a chance de crescimento intelectual trazido pelo Projeto Negraeva foram altamente consideráveis dentro do processo de construção identitária, sobretudo, o de autoafirmação como quilombola em 2008 pela Fundação Palmares. Complementado, ao contexto histórico, os aspectos subjetivos neles contidos e a importância de toda tradição histórica e religiosa deixadas pelas memórias de Tia Eva, que juntos integram a ideia de negritude desenvolvida dentro do processo de luta deste grupo, tem como principal objetivo constituir um referencial na concretização da identidade negra quilombola dentro do coletivo.

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem seu protagonismo de luta anti - escravista e anti- racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata, e por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira. [...]. (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000, p. 204)

A resistência quilombola carrega em si um processo estabelecido na história de seus ancestrais, vivido de várias formas diferentes, mas de acordo com contexto de cada um em cada período. A ocupação das terras brasileiras pelo poder colonial datada de cinco séculos. Nos atingiu e nos atinge todos os dias. E atualmente, após a vigência do artigo 68, que deu acesso e oportunidade há centenas de comunidades a terem suas terras reconhecidas pelo Governo Federal, com seu direito fundamental a terra e não é efetivado. Um processo doloroso e lento, em que a comunidade Tia Eva busca e espera há mais de 10 anos a sua concretização preconizado de aspectos, que demonstram, segundo nos apresenta que este empreendimento partiu da comunidade para sociedade, a partir de todas as influências trazidas pela aproximação estreita com a sociedade civil, acadêmica e o movimento negro. Transformando todas as ações afirmativas em possibilidades e concretizações de desenvolvimento cultural, social e econômico, que procura sempre gerar a permanência dos descendentes no território associado ao fortalecimento da sua história e tradições, elementos fundamentais da constituição desta identidade cultural. O Movimento proporcionado “pelos de fora” ao longo do processo, sobretudo, do Projeto Negraeva, possibilitou de forma prática, um olhar positivo e mais familiar da sociedade para com a mesma e vice-versa, efetivação de novas políticas públicas afirmativas no Estado, além de atuar como um fator de elevação determinante da auto-estima do grupo.

Avaliar a contribuição dos projetos e ações ligadas ao movimento negro de MS mostra claramente que foi uma proposta efetiva, que virou embrião do que é hoje a organização e o comportamento da comunidade diante a sua posição social e integração como cidadão ativo dentro do processo de reconhecimento e conquistas de seus direitos a terra. Representou na prática o fortalecimento da educação e da presença do negro no ensino superior no Brasil. Reverter o quadro será sempre um desafio grande, mas já há conquistas concretas alcançadas pelo movimento negro durante os séculos XIX e XX. Uma reação de vários setores da sociedade brasileira, perante a falta de políticas públicas igualitárias e ações afirmativas, que não se posicionavam como tal pela falta de conhecimento, produzido pela imposição da “democracia racial” imposta pelas elites que comandam o estado. Mas foi a partir daí, que comunidades quilombolas como Tia Eva souberam se posicionar utilizando a mais eficaz das estratégias a busca do conhecimento, através da educação.

CONCLUSÃO

A historiografia recente se voltou em destacar a dimensão das relações estabelecidas na essência da constituição dos quilombos e na sua ligação, com a então, sociedade colonial, além de considerar sua influência sobre os movimentos sociais e políticos, que formaram a base da luta pela igualdade racial e a conquista da cidadania.

Fator relevante na formação da sociedade, a escravidão, tanto indígena, quanto africana, se estabeleceu pela economia do período colonial brasileiro, como exigência dos interesses das nações colonizadoras. Marcado pelo prestígio das elites associadas as propriedades de terras e a posse de numerosos escravos, fatores fundamentais das relações socioeconômicas e psicológicas da estrutura social brasileira. Uma sociedade estamental, por quase não haver mobilidade ou ascensão entre as classes, e que só permitia “status” aos chamados “homens bons” (homens brancos e proprietários de terras) os títulos de nobreza, cargos políticos, relações de notabilidade social e posse ou aquisição de terras em sesmarias oferecidas pela coroa. Índios,

negros africanos ou os homens livres mestiços ou pobres cabia a marginalização social, o trabalho escravo ou a autonomia garantida na legislação vigente. Porém, suas formas de resistência contra o sistema de repressão e exploração foram referência para os movimentos sociais de luta até os dias de hoje. Um processo contínuo de conquista pela cidadania e de resistência à marginalização social.

E neste contexto surge a visão de quilombo como uma negação e resistência a este sistema escravocrata, que associa as fugas de escravos como resultado inquestionável da contradição deste sistema: lucros para colônia a partir da força de trabalho escravo. Mas o realce às lutas e a resistência contra o sistema apresenta a capacidade funcional de organização política, econômica e social enredada nestes núcleos formadas por estes sujeitos. E a relação dos quilombos com a sociedade e os intercâmbios com os mercados próximos provam o sentido contrário definido nas primeiras definições adotados pelo então Conselho Ultramarino. É nesse sentido que um tipo de economia se desenvolvia em torno desses núcleos, assim como tipos de relações comerciais contrabandistas, taverneiros, negras de tabuleiros e até com fazendeiro se desenvolviam. (GUIMARÃES,2000). Todos os aspectos nos levam a analisar com uma dimensão maior caminhos que sinalizam uma autonomia que romperam obstáculos e criaram brechas na conquista pela liberdade.

Atualmente as comunidades quilombolas, herdeiras de terras de seus antepassados, sucederam essa inserção no campesinato brasileiro. Estruturando uma economia familiar baseada na agricultura de excedentes, no extrativismo, na caça e na pesca. Tendo a terra o papel fundamental na estruturação e na reprodução da vida, associada a sobrevivência física e cultural. Pontuando a territorialidade como sinônimo de pertencimento do grupo ao seu espaço territorial. Uma nova avaliação, agora sobre a perspectiva do trabalho como percepção interna de um tempo antes e o tempo de agora mostrando a introdução de novos elementos e a extinção ou permanência de outros. Apresentando uma nova linguagem socioeconômica vivenciando conflitos com a modernização, urbanização e aglutinado novos ritmos de trabalho dentro do seu espaço.

A comunidade quilombola Tia Eva apresenta em sua formação histórica e geográfica estas transformações ao longo do seu contexto histórico. Os descendentes, que desde a sua formação viviam ligados a terra, como elemento substancial de reprodução física e cultural. Tem seu tempo e espaço regulado gradativamente pela chegada da cidade e da urbanização, impondo condições diferentes daquelas vividas como meio rural. Uma realidade que alcançou vários quilombolas, que foram obrigados a englobar uma nova conjugação a sua vida dinâmica

da natureza, tornava-se integrante desta nova elaboração social urbana trazendo a sua representação simbólica, incluindo adequação as suas festas, tradições, práticas culturais, seus conhecimentos da natureza, suas possibilidades de cura de doenças e expectativas para futuro da permanência no espaço.

A existência desse tempo agregada a valores ligados a alteridade e ao choque cultural, possibilita compreender a lógica baseada no ritmo de vida, identificada a definição do fato de serem negros e quanto ainda necessitavam adquirir e repensar políticas públicas e reconhecimento cultural e social. Um debate permanente entre manter o campesinato ou aceitar se inserir aos moldes do capitalismo, um processo de protelação ou de indiferença do Estado e da sociedade. Mas estes grupos insistem e resistem e ressurgem como uma força social, política e cultural organizada percebendo e se encaixando aos reflexos externos, comandados pelos ritmos dos projetos técnicos e urbanísticos agregados ao seu espaço e inseridos no avanço do mercado capitalista.

Vistos como grupos tendenciosos a desaparecer conseguem avançar e reformular suas relações modernas, mantendo na medida do possível as estruturas, as tradições, os costumes, os conhecimentos dando continuidade cultural e econômica a vida do grupo.

A expressão quilombo reaparece agora com uma nova identificação e se insere ao movimento social de abrangência nacional. Atenta as novas óticas, em que as comunidades quilombolas agora não podem ser associadas a como resíduos dos quilombos. Mas sim, seria preciso discutir o que é e como estão se construindo historicamente. As diferentes formas de conquistas apresentadas, autonomias adquiridas por vários mecanismos, onde não se trata de buscar a identidade do quilombo em arquivos, em fontes, escavações arqueológicas, mas a identidade coletiva. Tratando a raça não como um elemento biológico, mas sim como uma categoria socialmente construída dentro da trajetória do grupo. Amplificada pela autodefinição, no caso dos quilombolas, um componente político-organizado capaz combinar e unificar o grupo e através disso, reformular novas demandas econômicas, culturais e políticas em que a etnicidade se apresenta como um carácter mobilizador.

Nesse sentido, os núcleos de negros, como o caso da comunidade Tia Eva se encaixou nas configurações dadas a estes núcleos, a configuração que se estabelece e se traduz pela periferia. Dentro do contexto que se apresenta ao de não encontrar bons empregos, nem a possibilidade de ascensão social por meio da educação pública, fez do afrodescendente um ser confinado destinado a compartilhar territórios com os demais “pobres” da cidade. Foram sendo empurrados para além da periferia que já urbanizada, tenta engolir e excluir estes grupos. Não

se tratando do lugar, mas da concepção de que uma parte da população não tem e não teve os mesmos direitos e oportunidades amarradas um passado colonial de relações desiguais. Mas é no território estabelecido que se manifesta a territorialidade, que se traduz nas contradições entre a vida local deles e as estratégias de inserção global. São nas territorialidades que nascem a vida territorial e isso faz parte da essência do ser humano, formadas pelas condições subjetivas e objetivas de ocupação do espaço pelo grupo. São frutos de identificação cultural e de vida material. Pois tanto a cultura quanto a territorialidade se fundam os usos e as necessidades humanas.

Um quilombo funda sua territorialidade expressa no modo de vida camponês, que tem a terra como base fundamental e a partir daí, recria sua cultura e sua economia. No entanto, o seu pertencimento ao universo é intercedido pela especificidade étnica, pela memória, pela história dos quilombos contra escravidão. Mas foi a vida cotidiana, que junto a terra ao longo tempo criou os dilemas enfrentados dentro e fora do grupo. No caso dos quilombos urbanos, como a comunidade Tia Eva, se constrói uma representação própria, não se tratando do que já foi, mas como agente social capaz de se mobilizar se utilizando da reafirmação étnica contra a exclusão. A nova identidade é constituída pela reatualização das tensões historicamente engendradas e vividas pelo grupo. Na comunidade Tia Eva muitos descendentes migraram para outras localidades rurais ou centros urbanos próximos, outros retornaram e para as terras e fortaleceram o movimento social, pois não deram certo fora.

Verificamos que o quilombo urbano se fortalece nas manifestações culturais, como a tradicional Festa de São Benedito realizada pela comunidade Tia Eva, símbolo da sua religiosidade e da fé deixados pela sua matriarca Tia Eva. Aludida a um território de liberdade e expressão, conectada a um código cultural a sua forma de ser e de manifestar-se perante a exclusão do sistema. Figurada sempre da segregação territorial, marcada pela territorialidade carregados dos seus signos, que, dificilmente, vão ser vistos e compreendidos pela cidade, pois continuarão estranhos a ela. Mas este existir e viver urbano se dissocia do modo de vida rural vivenciado até alguns anos atrás. Pois neste novo contexto territorial a representação se constrói sobre a terra, os conhecimentos e sobre suas raízes. Acabando com a questão de conflito do passado e passando a aceitar e explicar a inserção do negro a sociedade capitalista brasileira.

Desta forma, constatamos que a tradição, materializada na terra e na promessa deixada por Tia Eva em contradição com a realidade vivida pelos seus descendentes no presente, envolvidos em contextos totalmente diferentes do passado. Compartilhada por uma memória coletiva passada, que de certa forma se altera, colidindo com a memória tradicional, mas que

serve de embasamento para o diálogo “sobrevivido”, que define formalmente os direitos territoriais como remanescentes quilombolas.

Concluimos que, a perda de parte das terras e altas taxas dos impostos (IPTU) foram os fatores mais relevantes da atualidade na história da comunidade e que junto com a constituição da identidade quilombola somada ao conjunto de ações trazidas pelos “de fora” caracterizaram as delimitações políticas mantidas por eles. Mas fica claro, que a representação desta comunidade perante a sociedade a qual está inserida tem também a característica mais comum destas comunidades quilombolas tradicionais, que são os fluxos e comunicações inter e intra territoriais, que com perdas de terras criam barreiras, utilizando a resistência consolidada no imaginário através dos séculos, no embate da exclusão e permanência históricas, cedendo às pressões da sociedade. Uma narrativa que recorre aos feitos lendários da comunidade, como as histórias contadas por Tia Eva e passadas por tantas gerações. Se expressando também num sentido antropológico, o qual está encharcado de soluções imaginárias para tantas tensões, conflitos e contradições que não parecem ser resolvidos nunca no sentido real. Assim, o território é o que melhor representa e traduz uma identidade étnica, um fundamental requisito para reprodução da vida. E na comunidade Tia Eva a posse legal da terra será decisiva para permanência e continuidade da presença construída historicamente, riqueza que deve ser garantida como patrimônio cultural para cidade Campo Grande, MS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no mato grosso do sul**. Tese de Doutorado UNESP. Presidente Prudente, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia do quilombo. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

APPIAH, kwane Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRUDA, Angelo Marcos Vieira. Arquitetura e urbanismo de Campo Grande. In: **Cultura e Arte em Mato Grosso do Sul**. Fundação de Cultura de Mato Grosso, 2006.

ARRUDA, Gilmar. A ferrovia e o povo do Sertão. **ARCA Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande**, MS. Campo Grande – MS n 2, p 9-13, 1991.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terra e territorialidade negra no Brasil contemporâneo. In: **XV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, GT – Temas e problemas da população negra no Brasil. 1991, p. 2-38. Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS.

BANTON, Michael. **A ideia de Raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTH, Fredrik; BARTH, Fredrik (Org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización de las diferencias culturales**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1976.

_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000

BENTO, Maria Aparecida Silva. “ Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida (org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1888)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

BIRMAN, Patricia. Favela é comunidade? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (org). **Vida sob cerco: Violência e Rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do Estado Sonhado ao Estado Construído**. São Paulo: USP, 1997.

BOAS, Franz. **The mind of primitive man**. New York: The Free Press, 1965 [1991]

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro-RJ: Editoria Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Correa. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Fundação Palmares certifica 29 cunidades quilombolas**. Governo do Brasil. Patrimônio Cultural. Publicado 16/01/2017. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/fundacao-palmares-certifica-29-comunidades-quilombolas>. Acesso em 03 jan. 2017.

BRITO, Raimunda Luzia de. **A comunidade de São Benedito e a questão racial**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2001.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral & tradição escrita**. Tradução Waldemar Ferreira Netto, Maressa de Freitas Vieira. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória em Rede**. Pelotas, v1, n1, jan/jul 2009.

CARDOSO, Ciro. “El Modo de Producción Esclavista Colonial em América”. In GORENDER. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese**. (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, Feusp, 2005.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e Periferia a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANANTE, Bartolina Ramalho. **A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999 – 2002)**. 2010. Disponível: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/17.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CHOAY, Françoise A. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

D’ADESKY, Jaques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo. Racismo e anti-racismos no Brasil**. São Paulo: tese de doutorado em antropologia social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

DAMATA, R. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHULER, F. L.; BORDINI, M. G. (org.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, vol. 12, n. 23, 2007, p.100-122.

FERNANDES, Florestan. **O mito revelado**, In Folha de São Paulo, 8 de junho de 1980.

GALETTI, Lyllia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

- GODELIER, Maurice. **L' idéal et le matériel**: pensée, économies, sociétés. Paris: Fayard, 1984.
- GOHN, Maria da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, Ongs e o Terceiro Setor. In **Revista Mediações**, Londrina, v.5, nº 1,2000.
- GOMES, Arlindo de Andrade. **O município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande: IHGMS, 2004.
- GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1. ed. Claro Enigma, São Paulo, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, L. A. O; SILVA, P. B. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, set.-dez./2000, p. 134-158 [São Paulo].
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, Raça e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n 1, jun/ 2003, p. 93-107. [São Paulo].
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Caminhos transversos: território e cidadania negra. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos**. ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: Decania CFCH/UFRJ, 1995.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22,nº 2,p.15-46,jul/dez.1997.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização: LivSovik. Tradução Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2003.
- _____. “Que negro é esse na cultura negra?”. In Hall, S. **Da Diáspora Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizontes: Ed. UFMG,2003.
- _____. “Who needs indentity”. In: BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das Tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz, 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Cia da Letras, 2013.
- KABENGUELE, Munanga. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- _____; LINO Nilma, Gomes. **O Negro no Brasil hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- LARA, Silvia Hunold. “Do singular ao Plural: Palmares, capitães do mato e o governo dos escravos”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdades por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEONTIEV, Aleixei Nikolaevich. O homem e a cultura. In: BAUMAN, Zygmunt et al. (Orgs.). **O papel da cultura nas Ciências Sociais**. Coleção Rosa dos Ventos. Porto Alegre-RS: Editorial Villa Martha, 1980.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na fronteira do Médio Araguaia**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

LOURENÇO, Luís Augusto B. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. **Cadernos de diálogos pedagógicos: combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-matogrossense**. Campo Grande, 2005.

MATOS, Eliane; KASHIMOTO, Emilia. Manifestações religiosas, turismo e perspectivas de desenvolvimento na comunidade São Benedito - Campo Grande - MS. In: **Cesur em revista: Rondonópolis: Centre de Ensino Superior de Rondonópolis**, v 3, n 1, 2003. e Terra, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **“Das cores do silêncio: racialização, memória do cativo e cidadania no Brasil”**. Paper apresentado no V Congresso Europeu CEISAL de latino-americanistas- Bruxelas, 2007.

MELLO, Dorival Carvalho. **Nos porões do passado: a descoberta de Jataí**. Jataí: Ltda, 2002.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Carlos E. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no séc. XIX**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Camponês**. São Paul: Editora Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1999.

_____. **Negritude usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica editora Ed, 2009.

_____. **Redescutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional vesus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Alexandre. **Ação afirmativa – da luta do movimento social negro às políticas concretas**. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006.

NASCIMENTO, Alexandre do.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1983-1997”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. Tese de (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

_____. Apresentação. **Caderno Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: UFRJ/ABA, 1995.

_____. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **TOMO**, São Cristóvão-SE, n.11, p. 43-58, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Carta para a Senadora Benedita da Silva de. 22 de maio de 1995, In: Regulamentação de Terras de Negros no Brasil, **Boletim Informativo NUER**, nº 1, Florianópolis, 1996, p.83-85.

OLIVEIRA NETO, Antônio Fernandes de. **A rua e a Cidade**: Campo Grande e a 14 de julho. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

ORTIZ, Renato. **Trabalhos e Projetos**. São Paulo: Ática, 1994.

PACIORNICK, Eduardo Franco. **Plantas medicinais do Município de Curitiba, Paraná. Família Asteraceae Dumortier**. Curitiba, 187 p. Dissertação (Mestrado em Botânica). Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

PAVAN, Ruth. **O CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS: SUBVERTENDO HISTÓRIAS BRANCAS**. UCDB. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT12-5266--Int.pdf>. Acesso em 12 mar. 2019.

PEREIRA, Eurípides B. **História da fundação de Campo Grande**. Campo Grande: Ed. do autor, 2002.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa. **Fiés descendentes: redes – irmandades na pós abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, vol. 02, n. 03, p. 200- 212, 1989.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. (Trad. de Alain François.) Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. **Arquipélago**, n. 7, p. 177-194, 2000.

ROMÃO, Jeruse. Samba não se aprende na escola. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse (orgs). **Negros e currículo**. Florianópolis, nº 2, Núcleo de Estudos Negros.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. **Coleção documentos goianos**, nº 24. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANT'ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888)**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A contra-revolução jurídica**, 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4493. Acesso em 05 nov. 2018.

SANTOS, I. A. A. **O Movimento negro e o Estado: caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987)**. Dissertação de Mestrado UNICAMP. Campinas-SP, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org). **Identidade e diferença: a perspectivas dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.73-102.

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória. Questão sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, v15, p 51-84, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEINGÄRTNER, Alisolette Antonia dos Santos. In: **Revista Arca**. Campo Grande, nº 5, outubro, 1995.

WOLF, Eric R. **Parentesco, amizade e relações patrono- cliente em sociedades complexas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Departamento de Imprensa Nacional, 1982. (Texto de aula, Antropologia 7).

WOORTMANN, Klaas. **Lévi Strauss e a família indesejada**. Série Antropologia nº 351. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

_____. **Com Parente Não se Negueia**. Anuário Antropológico. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1990.

FONTES DE PESQUISA

LISTA DE ENTREVISTADOS

- ANTONIO MARCOS FERREIRA (47 anos), morador da comunidade Tia Eva. Entrevista realizada no dia 21/08/2017.
- ANA JOSÉ, Militante do Movimento Negro. Entrevista realizada no dia 08/09/2017.
- EDSON SILVA, Professor e Jornalista. Entrevista realizada no dia 23/08/2016.
- GERALDO DUARTE FERREIRA, jornalista. Entrevista realizada no dia 08/09/2017
- LUCIA SILVA ARAUJO, moradora da comunidade Tia Eva. Entrevista realizada no dia 21/08/2017.
- NEUZA JERONIMA ROSA DOS SANTOS (69 anos), moradora da comunidade Tia Eva. Entrevista realizada no dia 21/08/2017.
- SÉRGIO ANTONIO DA SILVA (87 anos), morador da comunidade Tia Eva. Entrevista realizada no dia 21/06/2016.
- OTÁVIO GOMES DE ARAÚJO (80 anos), morador da comunidade Tia Eva. Entrevista realizada no dia 21/08/2017.
- PAULO CABRAL, Professor e Sociólogo. Entrevista realizada no dia 20/10 2016.

- RAIMUNDA LUZIA DE BRITTO (80 anos), Professora e Assistente Social. Entrevista realizada no dia 11/09/2017.
- CADERNO DE CAMPO ABERTO em 23/04/2016 até abril 2018.

JORNAIS

- JORNAL PRIMEIRA HORA DA CIDADE – CAMPO GRANDE –MS
- EVA – jornal comunitário da Vila São Benedito, Bairro São Francisco, Campo Grande-MS – Projeto Jornalismo Aberto – assessoria e consultoria aos movimentos sociais/são benedito – ano 2001.
- Vídeos e imagens.
- Arquivo Pessoal de Sérgio Antônio da Silva.
- Arquivo do Grupo TEZ.
- Arquivo Pessoal de Professor Edson Silva.
- Atas (rascunhos) da Associação dos Descendentes de Tia Eva.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 02 de julho 2019.

Myleide de Souza Meneses Oliveira

